



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO - EA
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL - PDGS
CENTRO INTERDISCIPLINAR DE DESENVOLVIMENTO
E GESTÃO SOCIAL - CIAGS

MÁRCIA VILENICE DE MACEDO DIAS

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO SEMIÁRIDO BAIANO: UM
ESTUDO SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA
UMA TERRA E DUAS ÁGUAS (P1+2)**

SALVADOR
2017

MÁRCIA VILENICE DE MACEDO DIAS

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO SEMIÁRIDO BAIANO: UM
ESTUDO SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA
UMA TERRA E DUAS ÁGUAS (P1+2)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Interdisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social.

Orientador: Prof. Dr. Benito Muiños Juncal
(Doutor em Geografia Humana - Universidad de Barcelona - 2002)

SALVADOR
2017

Escola de Administração - UFBA

D541 Dias, Márcia Vilenice de Macedo.

Segurança alimentar e nutricional no semiárido baiano: um estudo sobre as contribuições do Programa uma Terra e Duas Águas (P1+2) / Márcia Vilenice de Macedo Dias. Salvador, 2017.

150 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Benito Muiños Juncal.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2017.

1. Segurança alimentar – Bahia – Regiões áridas. 2. Nutrição – Bahia – Regiões áridas. 3. Políticas públicas – Bahia – Regiões áridas. 4. Agricultura de regiões áridas. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 363.8098142

**ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MÁRCIA VILENICE
DE MACEDO DIAS DO CURSO DE MESTRADO INTERDISCIPLINAR E
PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.**

Aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e dezessete a Comissão Julgadora, eleita pelo Colegiado deste Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, composta pelo Prof. Dr. Benito Muñoz Juncal (UFBA), orientador da aluna, pelos membros titulares Profa. Dra. Elizabeth Matos Ribeiro (UFBA) e Profa. Dra. Tatiana Ribeiro Veloso (UFRB) e Profa. Dra. Alicia Ruiz Olaide (UFRB) se reuniu para julgar o trabalho de dissertação intitulado: **Segurança Alimentar e Nutricional no Semiárido Baiano: Um Estudo sobre as Contribuições do Programa uma Terra e duas Águas (P1+2)**, de autoria de **Márcia Vilenice de Macedo Dias**. Após a apresentação da dissertação, a mestrandona foi submetida à arguição pela comissão julgadora e ao debate. Em seguida, a comissão julgadora reuniu-se para analisar e avaliar o referido trabalho, chegando à conclusão que este merece ser **APROVADA**.

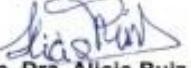
Nada mais havendo a ser tratado, esta Comissão Julgadora encerrou a reunião da qual lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim, orientador, pelos demais membros da comissão e pela mestrandona.

Salvador, 31 de agosto de 2017.


Prof. Dr. Benito Muñoz Juncal
(UFBA - Orientador)


Profa. Dra. Tatiana Ribeiro Veloso
(UFRB)


Profa. Dra. Elizabeth Matos Ribeiro
(UFBA)


Profa. Dra. Alicia Ruiz Olaide
(UFRB)


Sra. Márcia Vilenice de Macedo Dias
(UFBA - Mestranda)

*Dedico este trabalho ao povo resistente,
apaixonante e inspirador do Semiárido
Brasileiro.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, Grande Arquiteto do Universo, criador da vida, fonte permanente de força e luz que habita em mim.

A minha filha Amanda Macedo Dias Santana, por todas as emoções partilhadas ao longo desta caminhada, que certamente contribuíram para o fortalecimento da nossa relação de amor e cumplicidade incondicionais.

Ao meu irmão Marcos Dias, por todo o apoio e generosidade dedicados desde o ingresso no Mestrado.

Aos meus pais Cleonice de Macedo Dias e Calvilson Vieira Dias, presenças marcantes de amorosidade, cuidado e estímulo na minha vida.

Ao paciente orientador Prof. Dr. Benito Muiños Juncal, por ter me escolhido e acreditado no meu Projeto.

A admirável Profa. Dra. Tânia Fischer, idealizadora deste Mestrado e de tantas outras iniciativas, focadas em desenvolver maior proximidade entre a Academia e a Sociedade em geral, visando a construção e a partilha do conhecimento.

Aos membros da Secretaria do CIAGS, em especial a Marcela, pelo apoio profissional e solidário dispensado durante as aulas até a finalização do mestrado. Agradeço também aos servidores em geral que fazem a infraestrutura da UFBA funcionar, mesmo em meio aos desafios conjunturais.

Aos docentes, que com suas expertises nos trouxeram elementos teóricos importantes de reflexão e abstração sobre as múltiplas realidades que compõem o tecido social.

A maravilhosa turma 6, pela convivência frutífera, cumplicidades, sonhos e capacidades partilhadas com respeito, admiração e sentimento. Destaco aqui a felicidade de ter participado desta família, que cresceu em luz e graça ao longo dos dois anos com a chegada de 4 bebês, sinais vivos de esperança entre nós.

Aos colegas do CONSEA-Ba – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Bahia e SJDHDS – Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, campo de trabalho e de articulação com importantes segmentos da sociedade civil e do poder público na gestão da política pública de Segurança Alimentar e Nutricional no Estado.

A ASA – Articulação Semiárido Brasileiro, na pessoa do Prof. Naidison de Quintella Baptista, membro da coordenação Bahia, e um apaixonado divulgador das infinitas possibilidades de Convivência com o Semiárido, cujas palavras e ações só ampliaram em mim a vontade de contribuir nesta causa.

A equipe do IRPAA – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada, pelo apoio e acolhimento solidário durante a imersão de campo, em especial aos companheiros André, Pe. João, José Moacir, Cícero Felix, Haroldo, Augustinho, Sandra, Jamille, Nelzidete, Elisangela, Naldo e Denis pelas horas de conversas, estradas e partilhas de saberes.

Às famílias de Agricultores Familiares das comunidades visitadas nos municípios de Curaçá, Juazeiro, Casa Nova e Uauá, que me receberam com generosidade e partilharam comigo um pouco de suas vidas, sonhos e fé inabalável por melhores dias.

A Benedita Varjão pela generosidade, acolhida e boas conversas em Uauá.

Ao amigo Flávio Bastos, pelas contribuições iniciais que ajudaram a delinear o projeto de pesquisa.

A amiga Maria José Pompeu Sodré, minha irmã reencontrada de outras vidas, pelo companheirismo e incentivo constante em toda a trajetória.

Ao casal amigo Maria Cândida e Altair Lira, por toda cumplicidade e apoio partilhados com amorosidade.

A amiga Edite, pela audição generosa, lucidez e estímulo quando tudo era dúvida.

A Luciana Pinto, pela atenção e generosidade nas contribuições à minha proposta de pesquisa.

A Matheus Campos pela paciência e cumplicidade no cotidiano de trabalho.

A Renata Ferrari pela disponibilidade e precioso apoio nas demandas finais.

Às amigas e amigos pela compreensão com minhas ausências e declínios aos convites.

Enfim, a todos e todas que de alguma forma contribuíram para que eu concretizasse esse sonho, minha sincera **GRATIDÃO**.

Nordestino Sim, Nordestinado Não

Patativa do Assaré (2005, p.38-41)

*"Nunca diga nordestino
Que Deus lhe deu um destino
Causador do padecer,
Nunca diga que é o pecado
Que lhe deixa fracassado
Sem condição de viver.*

*Não guarde no pensamento
Que estamos no sofrimento
É pagando o que devemos.
A Providência Divina
Não nos deu a triste sina
De sofrer o que sofremos.*

*Deus o autor da criação
Nos dotou com a razão
Bem livres de preconceitos,
Mas os ingratos da terra
Com opressão e com guerra
Negam os nossos direitos.*

*Não é Deus que nos castiga,
Nem é a seca que obriga
Sofrermos dura sentença,
Não somos nordestinados,
Nós somos injustiçados
Tratados com indiferença.*

*Sofremos em nossa vida
Uma batalha renhida
Do irmão contra o irmão,
Nós somos injustiçados,
Nordestinos explorados,
Mas nordestinados, não.*

*Há muita gente que chora
Vagando de estrada afora
Sem terra, sem lar, sem pão,
Crianças esfarrapadas,
Famintas escaveiradas
Morrendo de inanição.*

*Sofre o neto, o filho e o pai,
Para onde o pobre vai
Sempre encontra o mesmo mal,
Esta miséria campeia
Desde a cidade à aldeia
Do sertão à capital.*

*Aqueles pobres mendigos
Vão à procura de abrigos
Cheios de necessidades,
Nesta miséria tamanha
Se acabam na terra estranha*

Sofrendo fome e saudade.

*Mas não é o Pai Celeste
Que faz sair do Nordeste
Legiões de retirantes,
Os grandes martírios seus
Não é permissão de Deus,
É culpa dos governantes.*

*Já sabemos muito bem
De onde nasce e de onde vem
A raiz do grande mal,
Vem da situação crítica
Desigualdade política
Econômica e social.*

*Somente a fraternidade
Nos traz a felicidade,
Precisamos dar as mãos,
Para que vaidade e orgulho
Guerra, questão e barulho
Dos irmãos contra os irmãos.
Jesus Cristo, o Salvador,
Pregou a paz e o amor
Na santa doutrina sua,*

*O direto banqueiro
É o direito do tropeiro
Que apanha os trapos na rua.*

*Uma vez que o conformismo
Faz crescer o egoísmo
E a injustiça aumentar,
Em favor do bem comum
É dever de cada um
Pelos direitos lutar.*

*Por isto, vamos lutar,
Nós vamos reivindicar
O direito e a liberdade
Procurando em cada irmão
Justiça, paz e união,
Amor e fraternidade.*

*Somente o amor é capaz
E dentro de um país faz
Um só povo bem unido,
Um povo que gozará
Porque assim, já não há
Opressor nem oprimido".*

DIAS, M. V. M. Segurança Alimentar e Nutricional no Semiárido Baiano: Um Estudo Sobre as Contribuições do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2). 150 fls. 2017. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento e Gestão Social) – Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia.

RESUMO

O presente trabalho é fruto do estudo sobre as contribuições do Programa 1 Terra e 2 Águas (P1+2), desenvolvido pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), na melhoria das condições de Segurança Alimentar e Nutricional do Semiárido baiano. O propósito principal foi o de levantar elementos que demonstrem a viabilidade desta região, suas riquezas e potencialidades, ocultadas por detrás da imagem fatalista e de atraso, construída historicamente. Neste sentido, ressalta-se a reflexão sobre a Convivência com o Semiárido enquanto um paradigma para se pensar e empreender novas relações sociais, políticas e econômicas, revestidas com o protagonismo do sertanejo, capaz de resgatar suas histórias e identidades diluídas no processo de construção do Semiárido. A pesquisa realizada buscou na experiência do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPA), o apoio para a elaboração de análises sobre as contribuições possíveis do P1+2 na Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores familiares que receberam esta tecnologia em municípios do Território de Identidade Sertão de São Francisco. As percepções de melhorias nas condições de SAN, relatadas pelos próprios agricultores e registradas na íntegra neste trabalho, constituem referência fundamental para entender como se compreendem nesta realidade, e quais são os principais desafios e perspectivas que conseguem vislumbrar sobre a situação que vivenciam no cotidiano do Semiárido. Estes depoimentos possibilitaram uma reflexão sobre o real déficit que prevalece no sertão, que é o de políticas públicas adequadas e não apenas o hídrico. O produto das reflexões está registrado na forma de recomendações e propostas de incremento a abordagem da Segurança Alimentar e Nutricional, no processo de formação e mobilização realizado pelo IRPA na implantação das cisternas e também na prestação do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) às famílias de agricultores que receberam o P1+2.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional, Direito Humano à Alimentação Adequada, Convivência com o Semiárido, Cisternas, Políticas Públicas.

DIAS, M. V. M. Food and Nutrition Security in the Semi-arid Baiano: A Study on the Contributions of the One Earth and Two Waters Program (P1 + 2). 150 fls. 2017. Dissertation (Interdisciplinary Masters in Development and Social Management) - School of Administration, Federal University of Bahia.

ABSTRACT

The present project is originated from the study of the contributions of the Program1 earth and 2 waters (P1+2), developed by Brazilian Semiarid Articulation(ASA), improving the conditions of the Bahia Semi-arid's Food and Nutritional security. The main purpose was to survey elements that show the viability in this region, its riches e potentials, occulted behind the fatalistic and delayed image historically built. In this sense, the reflection of the Coexistence with the Semi-arid as a paradigm to think and to engage new social, political and economic relations, clothed with the protagonism of the sertanejo, is able to rescue their stories and identities diluted in the process of construction of the Semi-arid. The current research searched in the Regional Institute of Appropriate Small Farmers (IRPA) experience, support for the elaboration of analyzes about the possible contributions of P1 + 2 in Food and Nutrition Security of the farmers families who received this technology in municipalities of the Territory of Identity Sertão de São Francisco. The perceptions of improvements in SAN conditions, reported by the farmers themselves and recorded in their entirety in this work, are a fundamental reference to understand how they understand this reality, and what are the main challenges and perspectives that they can glimpse about the situation they experience in the daily life of the Semiarid. These statements made possible a reflection of the real deficit that prevails in the backlands, which are the right public policies and not the water. The product of the reflections is recorded in form of recommendations and proposals to increase the approach to Food and Nutrition Security in the process of training and mobilization carried out by the IRPA in the implantation of cisterns and also in the provision of the Technical Assistance and Rural Extension (ATER) to families of farmers who received P1 + 2.

Key words: Food and Nutrition Security, Human Rights to Adequate Food, Living with the Semi-Arid, Cisterns, Public Policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Composição do território de Identidade do Sertão de São Francisco	30
Figura 02 – Mapa das áreas alimentares do Brasil	53
Figura 03 – Mapa das sub-regiões do Nordeste	62
Figura 04 – Mapa da nova delimitação do Semiárido Brasileiro	64
Figura 05 – Engenho de tração animal no sertão de Pernambuco	67
Figura 06 – Chegada dos retirantes a um campo de concentração no Ceará	71
Figura 07 – Mapa da cidade de Fortaleza indicando dois campos de concentrações (Matadouro e Urubu) em 1932	72
Figura 08 – Cisternas de polietileno deformadas pelo clima quente no Cedro (CE) – 2012 ..	94
Quadro 01 – Delineamento metodológico por objetivos	29
Quadro 02 – Mapa teórico da dissertação	36
Quadro 03 – Roteiro de questões para entrevistas com agricultores familiares	37
Quadro 04 – Demonstrativo das entrevistas realizadas na pesquisa	38
Quadro 05 – Roteiro de questões para entrevistas com o IRPAA	39
Quadro 06 – Situação de SAN e suas descrições	55
Quadro 07 – Consumo mínimo de água no semiárido por unidade	91
Quadro 08 – Tecnologias sociais de captação das águas de chuva para produção	98
Quadro 09 – Proposta do Ciclo de Oficinas sobre SAN e Convivência com o Semiárido ..	119
Gráfico 01 – Situação de SAN e INSAN no Brasil nos anos de 2004, 2009 e 2013	55
Gráfico 02 – Redução da fome entre 2002 e 2014 no Brasil	57
Gráfico 03 – Situação de SAN e INSAN na Bahia nos anos 2004, 2009 e 2013	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRANDH	Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ASA	Articulação no Semiárido Brasileiro
ATER	Assistência Técnica Rural
CAISAN	Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DHESC	Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FBSSAN	Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
GGSAN	Grupo Governamental de Segurança Alimentar e Nutricional
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IAL	Insegurança Alimentar Leve
IAM	Insegurança Alimentar Moderada
IAG	Insegurança Alimentar Grave
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
INSAN	Insegurança Alimentar e Nutricional
IOCS	Inspetoria de Obras contra as Secas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRPAA	Instituto Regional de Pequena Agropecuária Apropriada
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MCTI	Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação
MIN	Ministério da Integração Nacional

OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas
P1+2	Programa Uma Terra e Duas Águas
PIDESC	Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SUDENE	Superintendência do desenvolvimento do Nordeste
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1. METODOLOGIA	26
1.1 - Abordagem da pesquisa	27
1.2 - Caracterização do campo empírico	29
1.2.1 - Critérios adotados para escolha do território e das comunidades visitados	31
1.3 - Etapas da pesquisa	33
1.4 – Técnicas utilizadas	34
1.4.1 – Análise documental	34
1.4.2 – Revisão bibliográfica	35
1.4.3 – Entrevistas semiestruturadas	36
1.4.4 – Observação direta	40
1.5 – Tratamento dos dados coletados	40
2. A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	
2.1 – Evolução do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)	43
2.2 – A Construção da SAN no Brasil	48
2.3 – A (In) segurança Alimentar e Nutricional (INSAN) pelas lentes de Josué de Castro.....	52
2.4 – Estudos oficiais sobre SAN e INSAN no Brasil	54
2.5 – Avanços e desafios na situação de SAN na Bahia	58
3. O SEMIÁRIDO BRASILEIRO	
3.1 – Caracterização	62
3.2 – Breve histórico sobre a ocupação do Nordeste Brasileiro	66
3.3 – O Sertanejo e os flagelos das secas	69
3.4 – O imaginário simbólico construído sobre o Semiárido	75
4. A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	
4.1 – A Construção do conceito de Convivência com o Semiárido	79
4.1.1 – Contribuições do IRPAA na construção da Convivência com o Semiárido	81
4.2 – A ASA e os caminhos da Convivência com o Semiárido	87
4.3 – Estratégias de Convivência com o Semiárido	91
4.3.1 – Programa 1 Milhão de Cisternas – “Primeira Água”	92
4.4 – O P1+2 e a SAN no Semiárido	96

5. PERCEPÇÕES DOS AGRICULTORES FAMILIARES SOBRE CONTRIBUIÇÕES DO P1+2 NA SAN

5.1 – Antes da chegada das cisternas – “Nos tempos mais difíceis de seca” 101

5.2 – Depois das cisternas – “Mudanças em curso” 103

6. CONSTATAÇÕES E RECOMENDAÇÕES..... 111

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 120

REFERÊNCIAS..... 124

ANEXOS

1 – Carta Política da V Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional da Bahia129

2 – Carta do IX Encontro Nacional de ASA – ECONASA 2016 132

3 - Galeria de fotos da imersão de campo no território do Sertão de São Francisco 138

INTRODUÇÃO

O Nordeste Brasileiro foi a primeira região explorada pelos colonizadores Portugueses, que extraiam seus produtos vegetais para serem vendidos na Europa, a exemplo do açúcar, originário da cultura de cana de açúcar, que se desenvolvia com bons resultados principalmente na faixa de terras próximas ao litoral. Esta atividade se desenvolveu com a implantação de engenhos que eram administrados por famílias tradicionais, que ocuparam grandes extensões de terras “concedidas” pela Coroa Portuguesa para exploração das potencialidades produtivas e das riquezas do solo nordestino. A criação de animais foi direcionada mais para o interior do Nordeste, no perímetro semiárido. E assim foram se instituindo os poderes locais exercidos pelos chamados coronéis, cujo grau de importância e influência na sociedade rural era dado pelo desenvolvimento das capacidades produtivas nas terras sob seus domínios (BURSZTYN, 1985).

Conhecer a história do Nordeste é de fundamental importância para entender como se deu o processo de ocupação e exploração desta região, assim como também como se estabeleceram as relações patriarcais¹ que influenciaram nos direcionamentos políticos e econômicos da região. Ao examinar esta trajetória, é possível resgatar como se deu o processo de concentração de terras, a exploração máxima da força de trabalho, a instituição do que mais tarde se confirmaria como um modelo agroexportador, baseado na monocultura, e também as reais causas da extrema pobreza na região. Segundo Marcell Bursztyn (1985, p. 22), ao contrário do que se fez acreditar ao longo da história, as condições de pobreza e miséria que acometia à população nordestina, não estavam só relacionadas aos desafios climáticos da região, mas sim com a “omissão do setor público”.

Esta omissão às reais necessidades da população do semiárido vem desde o início da história de ocupação da região. A Coroa Portuguesa e depois o Estado Republicano, cristalizaram uma postura paternalista² e de favoritismo, sendo mediado pelos coronéis, que se utilizavam do

¹ Conforme Antonio Gasparetto Junior, “o termo Patriarcalismo é oriundo de Patriarcado, que, por sua vez, tem origem na palavra grega pater. A lógica patriarcalista estabeleceu o poder de uma autoridade religiosa masculina sobre seus subordinados. Mas estende-se também a situações em que os homens dominam familiares, empregados ou aspectos políticos de uma organização social. Assim, as pessoas passam a dever obediência à imagem do homem dominante. O patriarca manteve o poder, ao longo da história, sobre qualquer indivíduo na organização social de que fazia parte. Poderia ser sua mulher, seus filhos, seus súditos, seus escravos ou seu povo. Cabendo-lhe o poder de decisões cruciais de forma inquestionável no seio da sociedade. Assim, na vigência do patriarcalismo, as relações humanas são estabelecidas em patamares desiguais e hierarquizados. O patriarca representa a autoridade maior determinando as condições que justificam seu status de superioridade e o status de inferioridade dos outros indivíduos”. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/sociedade/patriarcalismo/>>

² Para João Paulo Orsini Martinelli, “o termo paternalismo tem origem anglo-saxã e é definido como a prática de uma administração paternal ou, do ponto de vista jurídico, como a intenção de suprir as necessidades ou regular a

autoritarismo e da força para impor suas ideias e direcionamentos políticos, tanto no espaço rural, quanto nas cidades. Mesmo quando a República foi instituída e o exercício sufragista passou a vigorar, a conformação política ainda era estruturada a partir das influências dos coronéis, fortes referências de poderes locais instituídos (BURSZTYN, 1985).

O Nordeste foi e é uma região de muitos contrastes, que possui terras ricas e de grande potencial econômico, principalmente para produção de alimentos em variedade e quantidade, mas que, sob a ótica dos poderes locais instituídos ao longo de sua história, desenvolveu a cultura do latifúndio destinado a expansão do modelo de desenvolvimento agroexportador, baseado no cultivo da monocultura, nos primórdios açucareira e na atualidade de frutas e grãos para exportação. O açúcar produziu e ainda produz riquezas para uma elite agrária a custa de devastação das florestas nativas, envenenamento dos rios e subjugação da força de trabalho sem garantias e direitos. Essa situação também foi registrada no livro “As Veias Abertas da América Latina”, onde Eduardo Galeano descreveu o processo de exploração e esgotamento solo nordestino, e classificou essa região como uma das mais subdesenvolvidas do hemisfério sul ocidental naquela década, cuja flora e fauna foram devastadas pela monocultura extensiva da cana de açúcar, deixando no seu rastro fome e miséria para a maioria da população nordestina (GALEANO, 1976).

A dominação dos poderes locais no Nordeste foi ganhando espaço na mesma proporção da retração e omissão do Estado, contribuindo assim para o fortalecimento e perpetuação da elite agrária e a manutenção da concentração de terras, o que de certa forma dura até os dias atuais com novas roupagens, a exemplo das famílias influentes que ocupam cargos políticos e estratégicos em órgãos públicos nos Municípios, Estado e Governo Federal.

A região semiárida do Nordeste brasileiro, por causa da incidência dos períodos cíclicos de longa estiagem, sempre foi caracterizada de forma “fatalista”, fortalecendo no imaginário coletivo a ideia de “desolação”, “desesperança” e “morte”. Essa região sofreu a negação à sua cultura, às suas particularidades ecossistêmicas, ao seu povo, a partir de uma concepção de desenvolvimento onde os desafios enfrentados, eram considerados como fatores impeditivos ao seu crescimento econômico. A vertente do combate à seca foi e ainda é a base para formulação

vida de uma nação da mesma forma como um pai faz com sua família. É a imposição da vontade do mais forte porque este entende saber o que é melhor a quem deve proteger, o mais fraco. Um comportamento paternalista, em sentido amplo, é a interferência na liberdade de ação de uma pessoa, justificada por razões que se referem exclusivamente ao bem estar, à felicidade, às necessidades, aos interesses ou aos valores da pessoa coagida”. Disponível em: <http://www.revistaliberdades.org.br/site/indice/2009_02_artigo1.php>.

e implantação de políticas caracteristicamente assistencialista³, que funcionavam mais no sentido de administrar as mazelas sociais oriundas da extrema pobreza, que se instalou não só na faixa do semiárido brasileiro, mas também na faixa costeira nordestina.

Nesta realidade de negação e ausência de políticas estruturantes⁴ que garantissem as condições de vida e produção, sobretudo de alimentos, no Nordeste, um dos assuntos proibidos era a fome. Havia um tabu grande sobre essa discussão, principalmente no tocante aos posicionamentos dos governos ao longo da história do país, que ao não priorizar essa questão, só concordava para que ela se agravasse. De acordo com Eduardo Galeano (1976, p. 75), a região “naturalmente nascida para produzir alimentos, passou a ser uma região de fome”. E com o passar dos tempos, a fome foi se tornando um fenômeno comum entre os sertanejos, sem terras e sem acesso às políticas públicas adequadas. Com os progressivos desgastes dos recursos naturais, o Nordeste foi considerado um peso ao desenvolvimento econômico do país, sob o argumento de uma suposta “inviabilidade” ligada aos fatores climáticos predominantes. As imagens difundidas sobre a região reforçavam ideologicamente a ideia de atraso relacionado diretamente com a seca, junto a opinião pública do resto do país, o que não era propriamente a verdade.

Os sertanejos eram representados com seres quase sem vida, doentes, com seus corpos esquálidos e ressequidos como a própria terra, andarilhos, pedintes e retirantes de qualquer lugar caminhando para lugar nenhum, sem identidade cultural, étnica ou pertencimento. Grupos inteiros de desvalidos, vitimados por doenças provocadas pela fome, desprovidos de direitos, caminhantes de uma busca sem fim por sobrevivência.

Paradoxalmente era esse mesmo povo, principalmente os homens, que desde a mais tenra idade, frágeis mortos vivos, eram encaminhados para as frentes de serviços, onde se ocupavam de construir grandes açudes, barragens, estradas e ferrovias até mesmo em outras regiões, muitas vezes tendo como salário somente a refeição. Ao saírem em busca da garantia de sobrevivência, deixavam para trás mulheres grávidas e filhos pequenos, “esperançosos” do envio de recursos para compra de alimentos, que muitas vezes não chegavam, e assim foi-se formando uma legião de viúvas de maridos vivos. Se, por um lado, esses homens e mulheres eram descritos como produtos e produtores dos índices de extrema pobreza, por outro, eram a

³ De acordo com Norberto Alayón “o assistencialismo é uma das atividades sociais que historicamente as classes dominantes implementaram para reduzir minimamente a miséria que gerava e para perpetuar o sistema de exploração” (ALAYÓN, 1995, p. 15-16).

⁴ Entendemos por políticas estruturantes aquelas que são estratégicas, adequadas e relevantes para toda uma coletividade, considerando suas particularidades geográficas, climáticas, culturais, econômicas, sociais e históricas.

força de trabalho motriz explorada na expansão do Capital no campo, a custa da negação de sua cidadania, desestruturação familiar e cultural, além da ausência de políticas públicas adequadas às condições climáticas da região.

Apesar de todo o “fatalismo” na abordagem oficial sobre o povo sertanejo, existiram olhares diferenciados, que ao mergulhar nas histórias do Nordeste, trouxeram para o conhecimento da sociedade as lutas por vida e dignidade da população desta região, seja na faixa litorânea, seja na grande extensão do semiárido dentro do Nordeste. Os sertanejos foram estudados, relatados, retratados e tiveram suas histórias, imagens e canções imortalizadas em obras clássicas, a exemplo de “Os Sertões”, “O Quinze”, “Vidas Secas”, “Retirantes”, “Asa Branca”, “Morte e Vida Severina” dentre tantas outras produções, que falam de um povo resistente, cheio de vida, sensível, forte, com cultura própria e rica em tradições, ancestralidade, religiosidade e ligação com a natureza.

Todas estas obras relataram as histórias das lutas e sonhos frustrados do sertanejo, seus desafios, mas trouxeram também ao conhecimento de todos, a benevolência dessas pessoas, a fé inabalável, a simplicidade, a resistência, as crenças, a criatividade, a cultura, a alegria e a força de vontade dos nordestinos, principalmente da população do semiárido, na luta pela sobrevivência. Apesar do fenômeno da fome ter se tornado tão comum entre os nordestinos, e desse assunto ter sido considerado pela sociedade e pelo poder público como um “tabu”, quem corajosamente colocou a questão da fome nas pautas das discussões políticas, econômicas e sociais do Brasil, foi o grande pesquisador desta temática, Josué de Castro⁵. A partir de suas experiências com pesquisas sobre desnutrição, deficiências vitamínicas e fome nas regiões brasileiras, ele compreendeu que a fome e a situação de miserabilidade que acometiam a população do Nordeste Brasileiro, principalmente na faixa do semiárido, eram produtos dos direcionamentos políticos e econômicos do país em função do modelo de desenvolvimento vigente.

Em seus estudos Josué de Castro evidenciou que o fenômeno da fome no semiárido não tinha relação de causalidade com os efeitos climáticos próprios daquela região, como se fazia crer os meios de comunicação e as abordagens dos gestores públicos. Ele apresentou para a sociedade brasileira da década de 1940, a discussão sobre a fome e as demais mazelas sociais contundentes na realidade regional, como produtos da ausência de políticas públicas adequadas

⁵Josué Apolônio de Castro (Recife, 5 de setembro de 1908 - Paris, 24 de setembro de 1973), mais conhecido como Josué de Castro, foi um influente médico, nutrólogo, professor, geógrafo, cientista social, político, escritor e ativista brasileiro do combate à fome. Partindo de sua experiência pessoal no Nordeste brasileiro, publicou uma extensa obra que inclui: Geografia da Fome, Geopolítica da Fome, Sete Palmos de Terra e um Caixão e Homens e Caranguejos. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Josué_de_Castro>.

às particularidades e potencialidades de cada região. Esse pesquisador nordestino, reconhecido internacionalmente, dedicou sua vida ao estudo do flagelo da fome, suas causas, abordagens, impactos sociais e sua relação com a extrema pobreza. Com esse trabalho chamou a atenção para uma realidade de desigualdades sociais perpetradas por um modelo de desenvolvimento conservador, concentrador e excludente (CASTRO, 1946).

Durante muito tempo, Nordeste e semiárido foram vistos como um único território, portanto, há que se fazer aqui uma justa distinção entre ambos. Quando se fala de Nordeste é necessário que se lembre do fato desta região ser formada por uma faixa costeira, banhada pelo oceano atlântico, e também pela área do semiárido que vai até o norte de Minas Gerais. Na literatura é comum encontrar referências e análises de políticas públicas para o Nordeste, mas essas não compreendem necessariamente as demandas do semiárido. Quando se trata de políticas para o semiárido, estas têm quase sempre o caráter emergencial, a exemplo formação das frentes de serviços, do fornecimento de água por meio de carros pipa e distribuição de cestas básicas, caracteristicamente assistencialistas, que desenvolvidas ao longo de décadas alimentaram a indústria da seca. No entanto, até mesmo estas ações sempre foram insuficientes para mitigar os efeitos dos períodos de longa estiagem, por serem descontinuadas e por não alcançarem as comunidades esparsas e ermas existentes na geografia do semiárido (MALVEZZI, 2007).

O interesse em aprofundar compreensões sobre a realidade do semiárido se constitui uma das principais motivações para estabelecer estudos exploratórios sobre as condições e melhorias ocorridas na Segurança Alimentar e Nutricional⁶ da população do semiárido e a viabilidade desta região tão negada historicamente, a partir da implantação de tecnologias sociais estruturadas para a captação e armazenamento das águas de chuvas. O conceito de tecnologia social aqui utilizado é o apresentado por Dagnino (2011), que comprehende "produtos, técnicas e/ou metodologias re-aplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social".

Neste sentido, optou-se por conhecer o trabalho desenvolvido pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPA)⁷, uma das organizações fundadoras da Articulação

⁶ A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BAHIA. Lei de Segurança Alimentar e Nutricional nº 11.046 de 20 de maio de 2008. Artigo 2º. Salvador, 2008).

⁷ O IRPA - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada é uma Organização Não Governamental sediada em Juazeiro, na Bahia. A Convivência com o Semiárido é a sua maior e mais importante meta. Soluções eficazes, que respeitam as características do povo e das terras desta região, são as alternativas que o instituto

Semiárido Brasileiro (ASA)⁸, cuja sede está situada na cidade de Juazeiro. Nesta pesquisa o foco foi sobre a estocagem de águas das chuvas em cisternas de 52 mil litros destinadas à produção, denominado de Programa 1 Terra e 2 Águas (P1+2)⁹. Foi delimitado como lócus da imersão de campo o território de identidade¹⁰ do Sertão de São Francisco, uma das principais áreas de atuação do IRPAA, entidade que acolheu a presente pesquisa.

As possibilidades de explorar os assuntos que rodeiam a questão da seca e da fome no semiárido são inúmeras, e algumas delas já vêm sendo estudadas. Todavia, foi possível perceber que a produção de reflexões e sistematizações sobre as ações e mudanças que vem ocorrendo no semiárido brasileiro, a partir da implantação das cisternas de placas¹¹, difundidas no programa de formação e mobilização da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), se constitui num campo fértil de análise, ainda pouco explorado. Cabe aqui destacar como outro elemento de motivação desta pesquisa, o desejo de conhecer a trajetória de construção da perspectiva de Convivência com o Semiárido em contraponto a do Combate a Seca, a partir de um movimento de rede, composto por mais de mil organizações da sociedade civil, com histórias, missões e metodologias distintas, mas ao mesmo tempo sinérgicas no tocante a estruturação de novos referenciais para se pensar políticas públicas adequadas às particularidades da região semiárida e ao desenvolvimento do Nordeste brasileiro.

Adotou-se como abordagem principal do estudo aqui desenvolvido o tema da Segurança Alimentar e Nutricional, onde se buscou identificar elementos de avanços e desafios do tratamento desta temática a partir da discussão sobre as estratégias de acesso a água, desenvolvidas pela ASA em parceria com os Governos Federal e Estadual, entre os anos de 2003 e 2016. Para além da implantação de tecnologias sociais de captação das águas de chuvas,

oferece através de seus diversos projetos. Para o IRPAA, há mais de 27 anos, viver no Semiárido é saber reconhecer o seu valor. Conheça mais sobre o IRPAA em: <<http://www.irpaa.org>>.

⁸ ASA – Articulação Semiárida Brasileiro, criada no final da década de 1990, é uma rede que defende, propaga e põe em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político da Convivência com o Semiárido. É uma rede porque é formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG's, Oscip, etc. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>>.

⁹ Tecnologia Social de captação das águas de chuvas destinadas à produção e dessedentação animal.

¹⁰ Território de Identidade pode ser definido como “um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial”. No ano de 2007, o Governador Jaques Wagner reconheceu a legitimidade da divisão territorial que foi conformada e a adotou como unidade de planejamento das políticas públicas do estado da Bahia. Disponível em:<<http://www.seplan.ba.gov.br>>.

¹¹ Cisternas de placas são reservatórios de captação da água de chuva, construído com placas de cimento pré-moldadas, cuja finalidade é armazenar água para o consumo básico das famílias rurais residentes na região semiárida durante o período de estiagem ou quando não há disponibilidade de água com qualidade para o consumo. Disponível em:<<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/29532/1/Cartilha-vol-2-Cisterna-de-placas.pdf>>.

buscou-se identificar e compreender os impactos destas na vida dos sertanejos, na busca do reconhecimento dos seus direitos como cidadãos brasileiros. Procurou-se verificar também a existência de indicadores das possíveis mudanças ocorridas nas condições e qualidade de vida, principalmente no tocante ao acesso a alimentação de forma regular, dos agricultores familiares desta região, principalmente daqueles que tiveram acesso ao P1+2.

A análise deste trabalho focou a temática da Segurança Alimentar e Nutricional no Semiárido baiano e teve como estudo de caso as contribuições do Programa 1 Terra e 2 Águas (P1+2), desenvolvido pelo IRPAA no território de Identidade Sertão de São Francisco. Este Programa tem como um dos seus principais objetivos estocar águas das chuvas nas proximidades das casas dos agricultores familiares¹², de forma a promover Segurança Hídrica, Alimentar e Nutricional dessas famílias, principalmente nos períodos de estiagem prolongada.

A discussão sobre acesso a água enquanto um direito, neste estudo, trouxe consigo a proposta de enxergar o semiárido com outras lentes, onde se pudesse reconhecê-lo, apesar de todos os desafios, como uma região cheia de vida e possibilidades. Cientistas, pesquisadores, agentes do poder público e da sociedade civil organizada tem discutido e experimentado alternativas para armazenar água no sertão, e assim melhorar a qualidade de vida e a segurança alimentar e nutricional dos sertanejos. A escolha pelo estudo do P1+2, também conhecido popularmente como a “segunda água”, se deu justamente pelo fato deste Programa ter como proposta contribuir para produção e consumo de alimentos saudáveis, gerar renda e com isso promover a segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares da região semiárido (ASA, 2009).

A pergunta orientadora da pesquisa foi: como a implantação do P1+2 (Programa 1 Terra e 2 Águas), desenvolvido pelo IRPAA no território de identidade Sertão de São Francisco contribui para a melhoria das condições de Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores familiares do semiárido baiano que receberam essa tecnologia? A esta foram agregadas outras perguntas ao longo do processo investigativo, principalmente na imersão de campo, mas todas no sentido de saber se havia uma ligação direta entre a implantação da tecnologia social em questão e a melhoria das condições de vida no tocante ao acesso a alimentação de qualidade e permanente.

¹² A agricultura familiar aqui é compreendida segundo conceito de Ricardo Abramovay (1997, p.03) que a caracteriza como “ aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento”, onde há uma predominância de três atributos básicos: gestão, propriedade e trabalho familiar.

O objetivo geral do projeto de pesquisa foi identificar, sistematizar e analisar as contribuições da experiência de implantação do P1+2 na melhoria das condições de segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares do semiárido baiano, mais especificamente no Território de identidade Sertão de São Francisco. Para consecução deste pleito foram estabelecidos com objetivos específicos: Descrever e analisar as trajetórias históricas da Segurança Alimentar e Nutricional e do Programa 1 Terra e 2 Águas (P1+2), procurando entender os pressupostos teóricos e metodológicos do P1+2 e suas interconexões com o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN; e mapear, selecionar, descrever e analisar experiências de implantação do P1+2 no Território de Identidade Sertão de São Francisco, localizado ao norte da Bahia. A execução desta pesquisa foi viabilizada pela entidade acolhedora Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPA, que possibilitou o contato com comunidades que receberam o P1+2, nos municípios de Juazeiro, Curaçá, Casa Nova e Uauá.

Para concretização desta investigação foi realizada uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, por entender que esta consegue trazer elementos da complexidade social para o campo de análise, mesmo com suas subjetividades e contradições presentes na estrutura da sociedade. Buscou-se através da imersão de campo observar, descrever e analisar as experiências e aprendizagens adquiridas nesse processo, respeitando as percepções dos atores envolvidos sobre suas condições, compreensões e anseios de melhorias nas condições de vida e principalmente de Segurança Alimentar e Nutricional.

A relevância do estudo aqui desenvolvido está em poder conhecer, analisar e difundir a experiência de implantação de uma tecnologia social de captação das águas da chuva, como uma das alternativas para se conviver com o semiárido e promover a segurança alimentar e nutricional. Outro fator importante é evidenciar a viabilidade e potencialidades desta região, assim como os limites e possibilidades da gestão social das alternativas de acesso à água, a partir da pactuação entre sociedade civil organizada em um movimento de rede e o poder público. Mais importante ainda é poder, com o presente trabalho, despertar reflexões e análises outras sobre as dimensões política e social catalisadas no processo de mobilização e construção das tecnologias sociais de captação das águas de chuvas. Para além das tecnologias em si, ressaltar o que elas ambientam em termos de discussões sobre a integralidade das políticas públicas, protagonismo, direitos e cidadania.

A importância deste estudo está também no fato de que há uma carência de sistematização e divulgação dos impactos e desafios que circundam as experiências alternativas que vem sendo implantadas no Semiárido brasileiro, sobretudo, no tocante ao acesso à água, e

que visam o desenvolvimento desta região numa perspectiva sustentável. Além disso, foi possível perceber durante uma previa revisão bibliográfica que os programas desenvolvidos pela ASA em parceria com o poder público, mais especificamente o P1+2, ainda não foram estudados do ponto de vista dos resultados produzidos e dos desafios frente ao modelo de desenvolvimento hegemônico.

Pretende-se com os resultados e elementos de reflexão levantados por esta pesquisa, contribuir para incrementar a abordagem sobre Segurança Alimentar e Nutricional no processo de formação e implantação das cisternas e a posteriori, no momento de prestação do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), quando esta for realizada pelas entidades membro da ASA. No caso desta dissertação, serão compiladas recomendações ao IRPAA sobre este aspecto, com especial destaque para os trabalhos desenvolvidos com mulheres e jovens, considerando que o contato direto foi com esta organização e também que a mesma desenvolve ATER nas comunidades que receberam o P1+2. Espera-se também que este trabalho inspire outras pesquisas sobre as temáticas aqui trabalhadas, e que possa ampliar e aprofundar o debate sobre a viabilidade do semiárido e a necessidade de elaboração de políticas públicas adequadas às especificidades desta região. Que outros olhares e atores sociais envolvam-se na (re)construção de outro imaginário e realidade sobre o Nordeste e principalmente para o Semiárido.

A presente dissertação foi estruturada em seis capítulos, além desta introdução, sendo o primeiro intitulado “Metodologia”, onde é descrito o caminho metodológico percorrido a partir da construção da problemática orientadora da pesquisa, a identificação das principais bases teóricas, os objetivos e a abordagem.

O segundo intitulado de “Trajetória Histórica da Segurança Alimentar e Nutricional”, aborda a trajetória histórica da construção do conceito de SAN e INSAN no Brasil, com uma reflexão sobre a fome (INSAN grave) pelo olhar de Josué de Castro, e traz informações em dados sobre a situação de SAN e INSAN no Brasil e na Bahia, apontando os principais avanços e desafios.

O terceiro intitulado “Semiárido Brasileiro” caracteriza o Semiárido, sua delimitação, aborda o processo de ocupação e a construção do imaginário sobre a região, buscando entender como os simbolismos cristalizados no imaginário coletivo contribuem para a manutenção de políticas públicas que não consideram ou atendam às reais necessidades e particularidades desta região e sua população.

No quarto capítulo “A Convivência com o Semiárido e a SAN” são apresentadas as bases teóricas e metodológicas desta proposta, difundida através do trabalho da Articulação

Semiárido Brasileiro (ASA), no programa de mobilização e formação, desenvolvido no processo de construção das tecnologias sociais de captação das águas de chuvas, em particular as cisternas de placas.

O quinto intitulado “Percepções dos Agricultores Familiares sobre as contribuições do P1+2 na SAN”, registra as reflexões avaliativas destes sobre mudanças e melhorias ocorridas nas condições de vida e SAN, a partir da experiência de implantação das cisternas de produção do Programa 1 Terra e 2 Águas (P1+2).

No sexto capítulo intitulado “Constatações e Recomendações” são registrados os principais resultados dos estudos realizados e são feitas algumas recomendações à entidade acolhedora, o IRPAA, no sentido de incrementar a abordagem de SAN no processo de formação e mobilização que baliza a construção de cisternas, com especial direcionamento aos jovens e às mulheres.

O trabalho dissertativo finaliza com as “Considerações Finais”, espaço onde são apresentadas reflexões e sugestões para o desenvolvimento de novas pesquisas de aprofundamento sobre outras temáticas que tangenciam os estudos sobre Semiárido e SAN.

1. METODOLOGIA

O processo de elaboração da pesquisa e a definição sobre o que escrever partiu de uma ideia, motivada por paixão e intensa curiosidade. Para a formação de um tema foi preciso ler e desenvolver conversas informais, com representantes da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), nas oportunidades de plenárias do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, campo de trabalho da pesquisadora. Após leituras e algumas reflexões a ideia ganhou forma e se materializou na proposta de investigação sobre mudanças ocorridas nas condições de Segurança Alimentar e Nutricional de agricultores familiares do semiárido baiano, que receberam cisternas de produção do P1+2.

A intenção de pesquisa foi concretizada no Projeto, no entanto, somente no processo de gestão desse é que as questões começaram a revelar-se. A primeira delas, de suma relevância, foi a questão do tempo para realização da imersão de campo, pois os limites conjunturais e contratuais do campo de trabalho precisavam ser equalizados. Os conjunturais diziam respeito às reformas setoriais do Governo baiano, o que incidiu diretamente na gestão do trabalho da pesquisadora, e os contratuais diziam respeito às condições de férias da mesma, principalmente quanto a definição dos períodos, os quais foram utilizados nos dois últimos anos para cumprimento dos compromissos do Mestrado Profissional, a exemplo da Residência Social e da Pesquisa de Campo. Convém ressaltar que a administração destas etapas nem sempre ocorrem de acordo com o planejado em projeto, cabendo a este uma flexibilidade aos ajustes necessários.

No processo de administração do tempo para atender ao trabalho e às demandas do mestrado, as dúvidas sobre o que, como, onde e porque pesquisar povoaram as preocupações iniciais. Tanto pela proposta do mestrado profissional quanto pelo anseio da pesquisadora, havia a intenção de produzir uma Tecnologia de Gestão Social (TGS) que efetivamente se constituísse numa contribuição à entidade acolhedora e à comunidade acadêmica, resultante do processo reflexivo proporcionado pela imersão de campo. Uma das principais dúvidas era: considerando que as cisternas já eram as tecnologias sociais, implantadas e geridas de forma participativa, então o que se poderia apresentar como TGS?

Essa questão começou a ser mais bem compreendida com o aprofundamento das conversas com o orientador, no avanço das aulas de metodologia, nas leituras iniciais sobre como é desenvolvida a implantação das cisternas nas comunidades e com a Banca de Qualificação, que ajudou a melhorar o Projeto de Pesquisa e ampliar o olhar sobre as possibilidades reais de contribuição. Esses tópicos formaram um norte para a execução da

pesquisa e também ajudaram a delinear o produto desta dissertação que é uma sistematização de recomendações à entidade acolhedora, sobre como pode ser abordada e trabalhada a temática da Segurança Alimentar e Nutricional nos processos de formação realizados pela mesma, seja na implantação de cisternas e/ou na prestação do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural. No capítulo que trata das constatações e recomendações é apresentado o desenho de uma proposta com um ciclo de oficinas sobre SAN e Convivência com o Semiárido, inicialmente voltadas para os públicos de jovens e mulheres. Os jovens serão aqueles já inseridos nos projetos do IRPAA, que podem se tornar multiplicadores em suas comunidades. As mulheres seriam, inicialmente, as que fazem parte das famílias que receberam o P1+2.

1.1 – Abordagem da pesquisa

Para a consecução da investigação optou-se por desenvolver uma pesquisa qualitativa, que segundo Flick (2009, p.37), “dirige-se à análise de casos concretos em suas peculiaridades locais e temporais, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais”. Por esta razão, concluiu-se que seria a mais adequada à reflexão sobre a temática em questão, pois considera o aspecto relacional entre o sujeito e o contexto em que vive, procurando identificar as percepções deste sobre tudo o que acontece ao seu redor. Esse tipo de pesquisa também considera a interação do pesquisador com o que está sendo pesquisado, e permite uma leitura contextualizada e flexível sobre o desenvolvimento da pesquisa, cujo percurso poderá incidir em alterações e mudanças no direcionamento. Como reforço a essa perspectiva, Arilda S. Godoi (1995, p. 58) afirma que

a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico de análise de dados. Parte de questões ou focos de interesse amplo, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares, processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos participantes da situação de estudo.

A pesquisa qualitativa foi desenvolvida a partir de um estudo de caso único, que de acordo com Robert Yin (2001, p.32), “é direcionado a uma investigação empírica sobre fenômenos sociais contemporâneos, sejam individuais, grupais, organizacionais, sociais e políticos, considerando seu contexto de vida real em toda a sua complexidade”. Com relação a presente dissertação o estudo de caso focou a análise no Programa 1 terra e 2 águas (P1+2), desenvolvido pelo Instituto da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), entidade membro

da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), através do qual são implantadas cisternas de placas para a captação de 52 mil litros de águas das chuvas no semiárido brasileiro, também conhecida como “segunda água”, destinadas para produção animal e vegetal. O cerne da investigação foi sobre as mudanças ocorridas nas condições de segurança alimentar e nutricionais dos agricultores familiares do semiárido baiano, que tiveram esta tecnologia implantada em suas comunidades.

Convém explicar que a pesquisadora buscou registrar as mudanças percebidas pelos próprios entrevistados, por sua observação e pelo exame de dados gerais sobre a situação de Segurança e Insegurança Alimentar e Nutricional do Estado e do território delimitado para a experiência empírica.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi formulada como pergunta orientadora a seguinte: como a implantação do P1+2 (Programa 1 Terra e 2 Águas), desenvolvido pelo IRPAA no território do Sertão de São Francisco, contribui para a melhoria das condições de Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores familiares do semiárido baiano que receberam essa tecnologia? Como parte do processo de problematização que incide sobre o projeto de pesquisa, e que vai gerando um aprimoramento nas suas versões, a pergunta foi sofrendo pequenas alterações na sua formulação inicial elaborada antes da Banca de Qualificação, no entanto, manteve a sua essência, que era saber dos efeitos da tecnologia em questão na situação de Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores familiares.

A partir dessa definição é que se delineou melhor o objetivo geral da pesquisa, ficando sua redação final da seguinte forma: identificar, sistematizar e analisar as contribuições da experiência de implantação do P1+2 na melhoria das condições de segurança alimentar e nutricionais dos agricultores familiares que receberam esta tecnologia no semiárido baiano. A seguir quadro elaborado com os objetivos específicos em correspondência com as fontes de informações, técnicas utilizadas e respectivas justificativas, para entender melhor a caminhada metodológica.

Quadro 01 – Delineamento metodológico por objetivos específicos da pesquisa

Objetivos Específicos	Fontes de Informações	Técnicas	Instrumentos	Justificativa
1. Descrever e analisar as trajetórias históricas da Segurança Alimentar e Nutricional e do Programa 1 Terra e 2 Águas (P1+2).	<ul style="list-style-type: none"> - Documentos, publicações e sistematizações sobre o Programa, produzidos pela ASA e pelo IRPA; - Monografias, dissertações e teses; - Artigos; - Sites; 	<ul style="list-style-type: none"> - Análise documental; - Revisão bibliográfica; 	<ul style="list-style-type: none"> - Fichamentos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Entendimento dos pressupostos teóricos e metodológicos do P1+2 e suas interconexões com o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN;
2. Selecionar, descrever e analisar experiências de implantação do P1+2 em comunidades do Território de Identidade Sertão de São Francisco.	<ul style="list-style-type: none"> - Documentos, publicações e sistematizações; - Visitas a sede do IRPA; - Visitas de campo; 	<ul style="list-style-type: none"> - Análise documental; - Entrevistas semiestruturadas; - Observação direta; 	<ul style="list-style-type: none"> - Diário de Campo; - Gravações de áudios; - Fotografias; 	<ul style="list-style-type: none"> - Verificação das mudanças ocorridas nas condições de segurança alimentar e nutricional das famílias de agricultores (as) que receberam a tecnologia do P1+2.

Fonte: elaboração própria

O quadro acima sintetiza o planejamento da execução do projeto de pesquisa, evidenciando o caminho percorrido e o instrumental para coleta de dados e construção da dissertação.

1.2 – Caracterização do campo empírico

A pesquisa que originou a presente dissertação foi realizada no Território de Identidade do Sertão de São Francisco, que está localizado ao norte da Bahia, é atravessado pelo Rio São Francisco e faz fronteira com os estados de Pernambuco e Piauí. Possui uma área de aproximadamente 61.610,01 km², que abrange 10 municípios: Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Uauá. Segundo dados censitários do IBGE (2010), o território todo tem uma população de 494.331 habitantes, sendo que 315.797 (64%) vivem na área urbana e 178.634 (36%) na área rural.

Figura 01 – Composição do Território de Identidade do Sertão de São Francisco



Fonte: SEI, 2006.

Este território encontra-se, em toda a sua extensão, dentro do semiárido baiano e tem Juazeiro como cidade sede, que por sua vez é ligada a Petrolina (PE) pela ponte Presidente Dutra. Na década de 1970 foi construído o lago artificial de Sobradinho, o que provocou grande impacto ambiental, social, cultural e econômico na região, pelo fato de ter inundado e relocado cinco municípios: Pilão Arcado, Sento Sé, Remanso, Sobradinho e Casa Nova.

As atividades produtivas que mais se destacam na região são a caprinocultura e a produção irrigada de frutas para exportação, além da histórica exploração da cana de açúcar que ainda ocupa grandes extensões de terras. Predomina na região, inclusive com incentivos governamentais, o modelo agroexportador, que desenvolve a monocultura em larga escala, irrigadas com águas do Rio São Francisco e seus afluentes. Os investimentos em políticas adequadas ao fortalecimento da Agricultura Familiar ainda são poucos, considerando as demandas e problemáticas da região, a exemplo da regularização fundiária das terras dos povos e comunidades tradicionais e principalmente dos fundos de pasto, cuja maior incidência encontra-se neste território.

O Sertão de São Francisco é uma região de contrastes, pelo fato de estar dentro do semiárido baiano com áreas esparsas que enfrentam a escassez de água, e outras banhadas pelo Rio São Francisco, cujas águas irrigam o agronegócio, que se expande nas monoculturas para exportação. Todos os municípios que compõe o território apresentam algum grau de

Insegurança Alimentar e Nutricional, ou seja, algum tipo de privação no aspecto alimentar, no acesso, na quantidade ou mesmo na qualidade.

As principais causas da incidência da INSAN no território são a escassez de água nas áreas mais esparsas, a baixa produção de alimentos para consumo interno, falta de acesso a terra e regularização desta, falta de políticas públicas adequadas às particularidades da região e suas condições de produção, especificamente direcionadas para a Agricultura Familiar, além do consumo de alimentos envenenados.

O Território do Sertão de São Francisco é uma área de expansão do capital no campo, com reconhecido potencial produtivo, onde a maior parte das terras irrigadas e/ou beneficiadas pelas políticas de governo estão em poder de uma minoria, historicamente influente. Apesar do potencial produtivo, explorado para exportação, esse não se converte ou se quer contribui para melhorar as condições de Segurança Alimentar e Nutricional no território, que ainda possui famílias convivendo com a fome e as doenças dela decorrentes.

Neste cenário de contrastes, quatro municípios foram delimitados pela entidade acolhedora, o IRPAA, para as visitas realizadas, três dos quais estão localizados na parte leste do território (Juazeiro, Uauá e Curaçá), o outro (Casa Nova) localiza-se na margem esquerda do Rio São Francisco, também conhecida como médio São Francisco. A escolha desses municípios permitiu o contato mais próximo de observação, reflexão e análise sobre os contrastes da região, e principalmente sobre os fatores determinantes no direcionamento das políticas públicas.

1.2.1 – Critérios adotados para escolha do território e das comunidades

No processo de definição do lócus da pesquisa consideraram-se os seguintes condicionantes, com suas respectivas justificativas:

a) A escolha do território do Sertão de São Francisco deu-se por ser área prioritária de atuação do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), entidade acolhedora da pesquisadora, uma instituição não governamental que trabalha a mais de 27 anos na região e foi uma das entidades fundadoras da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). Além disso, também foi uma das organizações que trabalharam e defenderam a proposta de estruturação e execução do Programa 1 Terra e 2 Águas (P1+2);

b) Outro elemento importante foi o fato de ser um território onde se concentram áreas de fundo de pasto, que é uma forma de conviver e produzir baseada no uso coletivo da terra, principalmente para a criação de caprinos soltos na caatinga;

c) Um elemento instigante foi o fato do território do Sertão de São Francisco comportar o contraste de ser cortado pelo rio da integração nacional que é o São Francisco, ter extensas áreas irrigadas com produção de hortifrútis para exportação, características marcantes do agronegócio na região, e ao mesmo tempo concentrar preocupantes índices de prevalência da insegurança alimentar e nutricional nas suas manifestações leve e moderada;

d) Um fator importante é o da facilidade de acesso da pesquisadora à organização acolhedora, o IRPAA, e também a familiaridade e interesse pelos estudos sobre as questões rurais, despertos ainda na juventude quando era estagiária da Comissão Pastoral da Terra¹³.

Para a definição dos municípios e comunidades, a pesquisadora estabeleceu contatos prévios com técnicos do IRPAA, explicitou o objetivo do projeto de pesquisa, e apresentou as seguintes solicitações:

- Acessar publicações e documentos necessários a caracterização do território, do IRPAA, e principalmente sobre o trabalho desenvolvido na perspectiva de Conivência com o Semiárido nas comunidades;
- Participar de reuniões, formações realizadas no período da imersão de campo;
- Conhecer experiências de comunidades onde o P1+2 está funcionando, ou seja, produzindo, e também ter acesso àquelas onde a tecnologia foi implantada e não está funcionando;
- Facilitação no contato com Agente Municipal de Saúde e de Pastoral da Criança que atuem nas comunidades indicadas para visitação;
- Apoio logístico para realização das visitas (carro, técnico(a) para acompanhar nas visitas, hospedagem solidária);

Incialmente foram essas as solicitações apresentadas à entidade acolhedora e que foram atendidas. Somente não foi possível realizar os contatos pretendidos com Agentes de Saúde (só houve uma rápida oportunidade de conversa com uma agente), e também não se conseguiu encontrar pessoas ligadas à Pastoral da Criança para entrevistar nos municípios delimitados e

¹³ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. Nasceu ligada à Igreja Católica. O vínculo com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ajudou a CPT a realizar o seu trabalho e a se manter no período em que a repressão atingia agentes de pastoral e lideranças populares. Logo, porém, adquiriu caráter ecumênico, tanto no sentido dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs, destacadamente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>>.

visitados, pois, segundo técnicos e comunitários, houve nos últimos anos uma retração no movimento da Pastoral em todo o Território do Sertão de São Francisco.

1.3 – Etapas da pesquisa

O percurso metodológico da pesquisa foi desenvolvido em três etapas, atendendo aos dois objetivos específicos estabelecidos, que foram se complementando ao longo do processo, e trouxeram elementos de resposta à pergunta orientadora da investigação.

Na primeira etapa foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre as principais temáticas abordadas na investigação. Complementar a esse processo, ocorreram as reuniões de orientação e banca de qualificação, que tiveram um efeito positivo no sentido de destacar autores clássicos e contemporâneos, que poderiam contribuir na reflexão e problematização dos conteúdos. Nesta etapa, correlata ao objetivo 1, além de trabalhar no levantamento de referenciais teórico, também se concentrou nos estudos sobre documentos da entidade acolhedora e também da ASA, especificamente sobre a concepção e funcionamento do Programa de Cisternas, com especial destaque para a segunda água (P1+2). Os atores envolvidos foram a pesquisadora, técnicos do IRPAA, orientador e convidadas da banca de qualificação.

A segunda etapa focou a imersão de campo propriamente dita, a partir da elaboração do planejamento de execução desta, que foi previamente debatido com o orientador e técnicos do IRPAA, antes e durante a estada no Território do Sertão de São Francisco. Convém ressaltar que a logística de hospedagem e deslocamento foi providenciada pela entidade acolhedora, o que contribuiu para o bom andamento da pesquisa. Esta etapa atendeu ao objetivo 2, direcionado a selecionar, conhecer e analisar as experiências do P1+2, implantadas nas comunidades.

Os elementos de análise que foram surgindo a partir do conhecimento sobre as frentes e as metodologias de trabalho do IRPAA, bem como as visitas, entrevistas, escutas e observações realizadas, foram submetidos a paulatino processo de reflexão com os atores locais (técnicos, assessores, agricultores familiares, jovens, mulheres), com os quais foi possível manter contato durante os 15 dias de estada no território do Sertão de São Francisco. Essa foi uma fase muito rica por possibilitar novas aprendizagens, o conhecimento sobre metodologias participativas de trabalho, geridas pelo IRPAA, pela possibilidade de conviver um pouco com o semiárido e sentir sua gente, seu clima, desafios, mesmo em tão rápida imersão de campo e principalmente por ver e entender de perto a viabilidade do Semiárido.

A terceira fase focou a transcrição dos áudios das entrevistas realizadas, e no tratamento dos dados coletados destas à luz do referencial teórico indicado na pesquisa e de mais alguns agregados por sugestão da entidade acolhedora e do orientador. Neste processo foi possível perceber uma gama significativa de variáveis e novas questões surgidas no processo de imersão, o que foi desafiador para manter-se objetivamente no horizonte delineado pelo projeto de pesquisa. A visão inicial foi modificando-se e qualificando-se ao longo da mesma, com as novas descobertas e entendimentos sobre as histórias que formam a história do semiárido baiano e do Nordeste brasileiro.

A definição das comunidades visitadas partiu da indicação dos técnicos da entidade acolhedora, com base na solicitação de pesquisa previamente apresentada pela pesquisadora. Também por se tratarem de áreas aonde o IRPAA vem desenvolvendo projetos e ações com jovens, associações de agricultores familiares, ATER para as famílias que receberam o P1+2 e também para o fortalecimento dos empreendimentos solidários¹⁴, que envolvem principalmente as mulheres, a exemplo da COOPERCUC¹⁵.

1.4 – Técnicas utilizadas

As principais técnicas adotadas para a coleta de dados foram a análise documental, revisão bibliográfica, entrevistas semiestruturadas e observação direta. Estas se complementaram ao longo da pesquisa e contribuíram para uma compreensão mais contextualizada das temáticas em questão e, principalmente da realidade vivenciada pelos agricultores familiares no semiárido baiano. Na sequência são descritas cada uma das técnicas.

1.4.1 – Análise documental

Conforme explicita Lakatos e Marconi (2003, p. 174), “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não,

¹⁴ Empreendimentos de Economia Solidária são as diversas formas concretas de manifestação da Economia Solidária, ou seja, grupos de pessoas que produzem e comercializam seus produtos com base nos princípios da Economia Solidária, esta por sua vez é o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão. Disponível em: <www.ecosolbasebrasilia.com.br/index.php/economia-solidaria/empreendimento-solidario>

¹⁵A COOPERCUC – Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá – criada em 2004, é formada por 204 cooperada(o)s. Seu ambiente é a Caatinga, um bioma exclusivamente brasileiro e o mais expressivo da região Nordeste, ocupando cerca de 850 mil Km² ou 10% do território nacional. Sua missão é contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar com vista na produção ecológica, economicamente viável e socialmente justa e solidária. Disponível em: <<http://www.coopercuc.com.br/quem-somos/>>.

constituindo o que se denomina de fontes primárias". Dessa forma, antes mesmo de executar o projeto de pesquisa foram iniciadas conversas, busca por informações com a entidade acolhedora por e-mails, exploração dos sites institucionais do IRPAA e da ASA, leituras de publicações sobre o processo de concepção e implantação do P1+2, documentos sobre o IRPAA e a ASA, as cartas políticas dos encontros da ASA, monografias, dissertações, teses, artigos sobre as tecnologias sociais de acesso as águas de chuvas, relatórios e vídeos institucionais de execução do programa. A partir da análise dos documentos institucionais foi possível conhecer melhor o histórico do IRPAA, a sua contribuição na estruturação da ASA, assim como na construção da concepção e implantação do P1+2 no semiárido baiano. O conhecimento acessado sobre a entidade facilitou também a interação com os técnicos da instituição nos momentos de entrevistas, nas visitas e conversas informais com os mesmos e com agricultores.

Foram também levantados documentos históricos, tratados, declarações, marcos legais e estatísticas oficiais sobre Segurança e Insegurança Alimentar e Nutricional, de forma a caracterizar e conhecer o processo de construção dos respectivos conceitos, nos âmbitos internacional e nacional. A reunião dessas informações contribuiu para o resgate da construção do conceito de SAN, e também para compreender como esta temática vem sendo trabalhada no Brasil ao nível das políticas públicas.

1.4.2 – Revisão bibliográfica

A revisão bibliográfica, também considerada como fonte secundária, tem um papel muito importante no processo de pesquisa, pois de acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 183) esta “tem por finalidade colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito em relação ao tema de estudo”.

Esta parte do trabalho investigativo teve início antes mesmo de elaborar o projeto de pesquisa. Os primeiros passos foram dados ainda no processo de elaboração do desenho de projeto de pesquisa para ingresso no mestrado, ainda que de maneira superficial. Posteriormente, já no decurso das aulas e também nas reuniões com o orientador, na medida em que as discussões de aprofundamento se davam, eram sugeridos os títulos e referenciais de autores para fundamentação. A seguir mapa com as principais referências teóricas utilizadas para a estruturação da presente dissertação.

Quadro 02 – Mapa teórico da pesquisa

Capítulos	Assuntos Tratados	Autores
1 - Metodologia	Descrição do caminho metodológico percorrido a partir da construção da problemática orientadora da pesquisa, a identificação das principais bases teóricas, os objetivos e a abordagem.	Flick (2009); Lakatos e Marconi (2003); Minayo (2001); Vergara (2005); Bardin (1977); Yin (2001); Godoy (1995).
2 - Trajetória Histórica da Segurança Alimentar e Nutricional.	Trajetória histórica da construção do conceito de SAN e INSAN no Brasil apontando os principais avanços e desafios.	Brasil (1934), (2005, (2006), (2010), (2011); Bahia (2008), (2015); Burity (2010); Castro (1946); CONSEA (1995), (2004), (2010); FAO (2000), (2015), (2016); IBGE (2004), (2009), (2013); Leão e Maluf (2012); Leão (2013); Londres (2014); Maluf e Meneses (2000); Maluf, Meneses e Valente (1996); Medeiros (2012); Peliano (1993); Pinto (2014); Valente (1997), (2002); Weid (2003).
3- Semiárido Brasileiro	Caracteriza o Semiárido, sua delimitação, aborda o processo de ocupação e a construção do imaginário sobre a região, buscando entender como os simbolismos cristalizados no imaginário contribuem para a manutenção de políticas públicas que não consideram ou atendem às reais necessidades e particularidades deste espaço e sua população.	Albuquerque Jr. (1999); Andrade (1963); Ab'Sáber (2003); Bourdieu (1989); Bursztyn (1985); Callado (1960); Castro (1997), (2001); Censo Agropecuário (2006); Censo (2010); Duque (2004); Furtado (1974); Leal (1976); Malvezzi (2007); Rios (2014); Santos (2014);
4 - A Convivência com o Semiárido e a SAN	São apresentadas as bases teóricas e metodológicas da Convivência com o Semiárido, difundidas através do trabalho da Articulação Semiárido Brasileiro, no programa de mobilização e formação, desenvolvido no processo de construção das tecnologias sociais de captação das águas de chuvas, em particular as cisternas de placas.	Abramovay (1997); ASA (2003, 2009, 2016); Asa (site); Barbosa (2009); Sauer (2008); Schistek (2015); Furtado (1998); Baptista e Campos (2013); Irpaa (site); Alcântara e Germani (2009); Ferraro Jr e Bursztyn (2010); Whitaker (1993); Silva (2006); Bahia (2014);

Fonte: elaboração própria

Convém explicar que os autores aqui elencados não são os únicos a tratarem das categorias trabalhadas nesta dissertação. No entanto, estes foram priorizados a partir das experiências de leituras da pesquisadora, das indicações da entidade acolhedora, das sugestões do orientador e da Banca de Qualificação. A partir destas leituras foram feitos fichamentos de citações e das ideias centrais dos textos, sendo que algumas citações foram utilizadas no inteiro teor da dissertação.

1.4.3 – Entrevistas semiestruturadas

Na imersão de campo foram realizadas entrevistas semiestruturadas por serem mais flexíveis e permitirem um diálogo mais próximo e construtivo entre a pesquisadora e os entrevistados, com o cuidado necessário quanto a objetividade necessária ao processo de investigação. Para Lakatos e Marconi (2003, p. 195), “a entrevista por si só é um ato

interacional, um encontro entre duas pessoas a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”.

A entrevista semiestruturada teve um roteiro de questões orientadoras da conversa cujo cerne foi entender, a partir de relatos dos entrevistados, as percepções de mudanças nas condições de vida destes agricultores familiares depois da implantação do P1+2. Durantes as narrativas estimuladas por algumas questões, os entrevistados partilharam fragmentos de suas histórias, sobre as conquistas e desafios do presente e também sobre o que esperam para o futuro próximo.

A seguir o roteiro de questões que orientou as entrevistas realizadas junto às famílias de agricultores.

Quadro 03 – Roteiro de questões para entrevistas da pesquisa - Agricultores Familiares

Apresentação da pesquisadora

Márcia Dias, Assistente Social, servidora do Estado na SJDHDS, Secretaria Executiva do CONSEA-Ba, aluna do Mestrado Interdisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia.

Motivação da pesquisa: Compreender como a implantação do P1+2 contribui para a melhoria das condições de Segurança Alimentar e Nutricionais das famílias de agricultores que receberam esta tecnologia.

Aspectos éticos da pesquisa: Foi solicitada a permissão para gravar com o compromisso de manter o anonimato e a privacidade dos entrevistados.

BLOCO I – Agricultores familiares que receberam o P1+2.

Nome da pessoa entrevistada:

Comunidade:

Perguntas:

- Como conheceram o Programa de Cisternas?
- Quando e como o P1+2 foi implantado na comunidade?
- Como foi a participação da família na implantação da segunda água?
- Teve alguma formação antes? Como foi essa formação?
- Como era antes da chegada das cisternas: consumo humano e produção?
- O que mudou na produção?
- O que mudou na alimentação da família?
- Como estão se alimentando?
- O que entende por Segurança Alimentar?
- Como estão atravessando esta longa estiagem?
- As cisternas resolveram o problema da falta de água para as famílias e as comunidades?
- Existem outras tecnologias de captação de águas dentro da comunidade? Como funciona a gestão disso?
- Existem cisternas que não estão funcionando na comunidade? Porque?
- O que produzem em suas terras?
- Faz parte de alguma organização comunitária: sindicato, associação, cooperativa?
- O que entende por Convivência com o Semiárido?
- Como é a relação com o poder público local?

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - Os carros pipa chegam até as comunidades? Com que frequência? De onde são as águas que trazem? Essas águas são tratadas? - Recebem ATER? Para quais atividades produtivas? Como é feita? Como é a participação das famílias de agricultores? - Quando são realizadas as formações sobre ATER quem participa? |
|--|

Fonte: elaboração própria

As visitas às comunidades para conhecer as experiências e realizar as entrevistas foi planejada com a equipe do IRPAA, que ao analisar as solicitações feitas previamente, indicou localidades onde seria possível ir e voltar para hospedagem no mesmo dia, procurando otimizar tempo e recursos. Outro ponto considerado foi sobre a disponibilidade de agenda dos técnicos que acompanharia a pesquisadora, considerando que cada um destes tem uma programação de visitas com objetivos institucionais, e que para isso estão sempre nas comunidades, percorrendo grandes extensões de estradas, na maioria das vezes, em motos (mais usual nas estradas da caatinga), para cumprir as visitas de assessoria técnica aos agricultores familiares e monitoramentos dos projetos do IRPAA.

Assim foi possível realizar onze visitas nos quatro municípios delimitados, que envolveram treze famílias, com uma média de participação de até cinco pessoas em cada uma delas. Nesta jornada apenas uma agente municipal de saúde foi encontrada com disponibilidade para uma rápida entrevista. A seguir o quadro 4 apresenta o demonstrativo das visitas realizadas em quinze dias de permanência no Território do Sertão de São Francisco.

Quadro 04 – Demonstrativo das entrevistas realizadas na pesquisa

Municípios	Comunidades	Quantidade de famílias	Agente municipal de saúde
Curaçá	- Fazenda Bom Socorro	01	-
	- Povoado São Bento	02	-
	- Fazenda Urtiga de Cima	01	-
Juazeiro (Massaroca)	- Lagoa do Jacaré	01	-
	- Lagoa do Meio	01	01
	- Fazenda Cachoeirinha	02	-
Casa Nova	- Ladeira Grande	01	-
	- Fazenda Melancia	01	-
Uauá	- Fazenda Papagaio	01	-
	- Lagoa das Canas	01	-
	- Injeitada	01	-
04 municípios	11 comunidades	13 famílias	01 agente de saúde

Fonte: elaboração própria

Buscando complementar as entrevistas realizadas com agricultores familiares, também foram realizadas algumas conversas com alguns técnicos do IRPAA. Nestas se buscou compreender melhor a missão institucional do IRPAA, como desenvolve metodologicamente seu trabalho e como foi estruturada a perspectiva da Convivência com o Semiárido. Além dos aspectos históricos, também se levantou um pouco das percepções de cada um sobre o trabalho realizado com a implantação do P1+2 e com a realização do serviço de ATER a estas famílias. O quadro 6 apresenta questões orientadoras das entrevistas com técnicos e assessores do IRPAA. Foram realizadas cinco entrevistas com pessoas que fundaram a instituição e também a ASA, e também com a geração mais recente, que trabalha nas equipes sediadas nos municípios acompanhados pela instituição.

Quadro 05 – Roteiro de questões para entrevista com o IRPAA

Apresentação da pesquisadora

Márcia Dias, Assistente Social, servidora do Estado na SJDHDS, Secretaria Executiva do CONSEA-Ba, aluna do Mestrado Interdisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia.

Motivação da pesquisa: Compreender como a implantação do P1+2 contribui para a melhoria das condições de Segurança Alimentar e Nutricional das famílias de agricultores que receberam esta tecnologia.

Aspectos éticos da pesquisa: Foi solicitada a permissão para gravar com o compromisso de manter o anonimato e a privacidade dos entrevistados.

BLOCO II – Instituição acolhedora (IRPAA - Instituto Regional de Pequena Agropecuária Apropriada)

Nome da pessoa entrevistada:

Função:

Perguntas:

- Quais as principais contribuições do programa de formação e mobilização social para a Convivência com o Semiárido implantado pela ASA?
- Quais as efetivas mudanças estimuladas/possibilitadas pela implantação do Programa, na vida dos agricultores familiares que vivem no semiárido, mais especificamente no território do Sertão de São Francisco?
- Quantas cisternas de consumo e de produção foram implantadas até o momento? Desde quando? Quantas estão produzindo e quantas não estão?
- Sobre as que não estão produzindo, qual a razão? Como a instituição avalia esses casos e quais as medidas adotadas?
- Como vivem os agricultores familiares onde a segunda água não está funcionando?
- Sobre as que estão produzindo: como é organizado o processo produtivo em torno da segunda água? Qual a metodologia utilizada?
- Como se dá o acompanhamento das áreas onde as famílias estão produzindo com a segunda água?
- Os agricultores familiares onde a segunda água está funcionando recebem ATER? Eles participam da definição do que vão produzir?
- Como a SAN – Segurança Alimentar e Nutricional é abordada neste programa? Quais são as dimensões mais trabalhadas? Acesso, disponibilidade, renda, nutrição?
- Qual é o entendimento sobre SAN que os agricultores tem na opinião da instituição?
- Qual/quais as mudanças percebidas na vida dos agricultores familiares a partir da implantação da segunda água? Principalmente no tocante a SAN.
- Como a ATER realizada dialoga com a SAN?

Nas conversas realizadas tanto com os agricultores familiares, quantos com técnicos e assessores do IRPA, se evidenciaram muitos elementos passíveis de análises para estruturação de outras pesquisas. Convém ressaltar que através dos relatos foi possível perceber também como os agricultores enxergam o mundo a partir de sua realidade, confirmado a afirmativa de Minayo (2002, p.59) quando diz que “através do contato com as histórias de vida, reflete-se sobre a dimensão coletiva a partir da visão individual”.

1.4.4 – Observação direta

Ao longo de toda a imersão de campo, foi exercitada a observação direta em todos os momentos dentro da instituição, nas conversas informais, nas entrevistas, nas visitas e também nas oportunidades de participação em duas reuniões de formação e articulação da instituição com públicos distintos, a exemplo de uma com jovens e representantes de organizações associativas da região de Curaçá, que voltaram a se encontrar para reativar um Fórum de Entidade com atuação na região.

O ato observacional realizado não foi estruturado, mas espontâneo, e não seguiu roteiros. Muitas questões surgiram dessas observações, assim como também novas compreensões e reflexões sobre os símbolos fortes e presentes no imaginário dos sertanejos, os quais ainda influenciam a maneira destes conduzirem a própria vida, e a lidarem com as adversidades do cotidiano de longa estiagem.

Neste sentido, a observação proporcionou complementariedade de conteúdo no processo de coleta das informações através do olhar atencioso e das percepções da pesquisadora, ainda que sem seguir um roteiro. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 190), “essa é mais uma forma de coletar dados e conseguir informações, utilizando os próprios sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade”.

1.5 – Tratamento dos dados coletados

As informações e dados coletados, registrados nos fichamentos, diário de campo e nas transcrições dos áudios, foram submetidas a uma análise de conteúdo, que segundo Bardin (1977, p. 42) refere-se

a um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

[...] o objeto é a linguagem, as palavras, e se procura conhecer o que está por trás das palavras.

Foi feita a reunião de todo o material e procedida uma organização com direcionamento por bloco de categorias. As principais que compõem esta dissertação são: Segurança Alimentar e Nutricional, Semiárido, Convivência com o Semiárido, P1+2, Cisternas, Políticas Públicas e Modelo de Desenvolvimento. Essa organização do material foi necessária para se pensar de maneira mais estruturada como se daria a análise do conteúdo, de forma a responder e encontrar coerência com os objetivos e com a pergunta orientadora da pesquisa.

Para o tratamento dos dados adotou-se a modalidade de análise dos enunciados, ou seja, das falas, dos discursos dos entrevistados. Para Minayo (1999, p. 206), essa técnica caracteristicamente interpretativa

apoia-se numa concepção de comunicação como processo e não como um dado estatístico, e do discurso como palavra em ato. Este tipo de análise considera que na produção da palavra elabora-se ao mesmo tempo um sentido e operam-se transformações. O discurso não é um produto acabado, mas um momento de criação de significados com tudo o que isso comporta de contradições, incoerências e imperfeições.

O processo de análise, de uma maneira geral, não se restringiu ao momento específico do pós-imersão de campo, mas foi acontecendo desde a definição e exame do referencial teórico, da primeira leitura exploratória e das demais indicadas ao longo do processo metodológico.

As unidades de análise consideradas durante o exame do material coletado foram as compreensões sobre as temáticas que são tratadas na pesquisa, expressas por meio das comunicações estabelecidas dentro e fora do momento da entrevista, as observações sobre os costumes, forma de agir e reagir, o conteúdo produzido em documentos e publicações pela entidade acolhedora, sua atuação metodológica na comunidades, frases, interações, participações, opiniões e visões sobre a própria realidade colocadas pelos agricultores, observação sobre rotinas, rituais e demais manifestações da comunicação seja verbal ou não.

As análises de conteúdos foram realizadas não apenas ao final da pesquisa, mas durante a execução de suas etapas. Na primeira etapa, referente a contextualização das temáticas abordadas na pesquisa, foram analisados textos conceituais, documentos institucionais, estatísticas oficiais, publicações, vídeos, artigos, passo fundamental para aprofundar o conhecimento das trajetórias históricas da Segurança Alimentar e Nutricional, do Semiárido e também da Convivência com o Semiárido. Esse processo foi incrementado por informações e dados colhidos nas conversas informais com membros do Conselho Estadual de SAN e também

da ASA, que contribuíram com percepções e experiências sobre as temáticas abordadas, e indicaram outras bibliografias. Essas análises possibilitaram o entendimento de base para elaboração e execução do percurso metodológico de construção da dissertação.

Na segunda etapa o foco foi a estruturação e realização da imersão de campo, cujos dados foram coletados através de entrevistas e observações realizadas na sede do IRPAA, nas comunidades onde vivem os agricultores familiares, nos seus lares e nas roças. Neste processo foram necessários ajustes metodológicos às abordagens, inclusive o próprio roteiro de questões foi modificando-se, tornando-se mais objetivo e direcionado ao que se pretendia nos objetivos. Os dados coletados através destas duas técnicas foram confrontados e analisados à luz das leituras feitas na primeira etapa, e que continuaram em paralelo ao processo de coleta das informações.

A terceira etapa foi dedicada à análise dos dados coletados nas etapas anteriores e à estruturação da dissertação. Procurou-se organizá-la de forma a evidenciar os principais conceitos das temáticas abordadas, destacando e correlacionando com contribuições de algumas fontes, as percepções dos agricultores familiares a partir de suas experiências de vida. Neste sentido, foi organizado um capítulo com falas dos entrevistados, relatando na íntegra compreensões sobre a importância das cisternas no semiárido, principalmente sobre a cisterna de produção (P1+2), seus efeitos e importância na longa estiagem.

As análises realizadas em cada etapa foram se complementando e influenciando no aprimoramento da abordagem e composição da dissertação, e culminaram com o capítulo das recomendações, resultante das interações vivenciadas antes, durante e depois da execução do projeto de pesquisa.

2. A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Esta sessão é composta por uma contextualização e classificação quanto aos conceitos de Segurança e Insegurança Alimentar e Nutricional, de modo a se compreender como estas categorias foram estruturadas historicamente. Na sequência é feita uma apresentação sobre a prevalência de SAN e INSAN no semiárido baiano.

2.1 – Evolução do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

A questão da alimentação no mundo começou a ser abordada numa perspectiva de segurança nacional, ainda no início do século XX, logo após a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), que vitimou aproximadamente 10 milhões de pessoas¹⁶, entre soldados e civis. Neste período, a fome foi utilizada como uma arma tão letal quanto as armas de fogo. A partir daí, deu-se início a um debate de caráter internacional sobre a necessidade de se empreender no tocante a provisão e a estocagem de alimentos, de forma a diminuir situações de vulnerabilidade e dependência de alguns países, principalmente nos períodos de crises e conflitos (CONTI, 2009).

A Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) teve um efeito ainda mais devastador, levando à morte aproximadamente 55 milhões de pessoas¹⁷. O principal saldo das duas grandes guerras, sobretudo, para países de economia vulnerável e dependente, foi a extrema pobreza, a desnutrição e a fome. No período pós-guerras, a comunidade internacional decidiu então promover o diálogo e a promoção de pactos pela paz e pela justiça social no mundo. Neste contexto, foi criada em 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU), que naquele período contava com a participação de pouco mais de 50 estados membros, os quais assinaram sua Carta Magna, onde no seu preâmbulo diz:

Nós, os povos das Nações Unidas, resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que, por duas vezes no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes de direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla (ONU, 1945)¹⁸.

¹⁶Os números de mortos na primeira guerra são imprecisos, aqui foi adotada a estimativa de um site que trabalha com dados históricos. Disponível em: <http://www.sohistoria.com.br/ef2/primeiraguerra>.

¹⁷Disponível em: <https://www.ushmm.org/wlc/ptbr/article.php?ModuleId=10008000>

¹⁸ Disponível em:<<https://nacoesunidas.org/carta/>>

Com a criação da ONU, o conceito de Segurança Alimentar ganhou mais força nas pautas mundiais, principalmente no aspecto da insuficiência na disponibilidade de alimentos e da necessidade de se adotar a prática de estocagem, além de outras medidas para combater a extrema pobreza e a fome. Esse debate foi intensificado e mais qualificado com a criação no mesmo período de agências importantes com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), dentre outras (CONTI, 2009).

No ano de 1948, numa Assembleia Geral da ONU, foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que foi um marco na internacionalização dos Direitos Humanos, trouxe um redimensionamento na conceituação da Segurança Alimentar, concebendo a alimentação como um direito intransferível de cada um dos seres humanos. Um grande avanço advindo desta concepção ampliada da alimentação, enquanto um direito humano, foi a aprovação do Pacto Internacional de Direitos Econômicos e Sociais (PIDESC), em 1966, onde no seu artigo nº 11 explicita que

os Estados Partes no presente Pacto reconhecem o direito de todas as pessoas a um nível de vida suficiente para si e para as suas famílias, incluindo alimentação, vestuário e alojamento suficientes, bem como a um melhoramento constante das suas condições de existência (DHNET, 1995)¹⁹

O PIDESC foi uma carta de compromissos que teve adesão mundial por sua relevância, diante da necessidade de reconstruir e reestabelecer processos democráticos e de enfrentar as consequências das duas grandes guerras, seja de ordem política, econômica, cultural e humanitária. Segundo Conti (2009), “este pacto internacional foi um importante instrumento também para se trabalhar politicamente a construção da Segurança Alimentar”.

Foi no âmbito do PIDESC que a expressão Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA passou a ser utilizada. O DHAA é definido como

um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva (BURITY, 2010, p.15).

O mundo do pós-guerras se ocupou em debater formas de combater a fome e assegurar alimentação a toda população, e para a concretização deste pleito via-se como necessário, aumentar em quantidade a produção de alimentos, com vias a estocagem. Essa perspectiva foi

¹⁹ Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/pacto2.htm>>

amplamente debatida e reafirmada na Conferência Mundial de Alimentação, promovida pela FAO (Nações Unidas) em 1974. Seus objetivos eram: realizar acordos de políticas e programas para aumentar a produção de alimentos, ampliar o consumo e a distribuição destes, debater a formação de um sistema de segurança alimentar mundial mais efetivo, que considerasse os estoques de alimentos, as políticas de ajuda alimentar em emergência, e um sistema de comércio internacional mais ordenado (FAO, 2000, s.p.).

Um dos resultados deste amplo debate foi o lançamento da Declaração Universal sobre a Erradicação da Fome e Má Nutrição²⁰, que nos seus primeiros itens afirma que

cada homem, mulher e criança tem o direito inalienável de estar livre da fome e má nutrição a fim de desenvolver em pleno e de manter as suas faculdades físicas e mentais,[...] os governos têm a responsabilidade fundamental de trabalhar em conjunto em prol de uma maior produção alimentar e de uma distribuição de alimentos mais equitativa e eficiente entre os países e no seu seio.

O estímulo à produção agrícola para estocagem de alimentos funcionou e de fato fez crescer a produção, caracterizando assim a chamada Revolução Verde, um movimento iniciado no final da década de 1940 nos Estados Unidos, cuja proposta fundante era prover um aumento no potencial produtivo de alimentos. A base desta proposta era a utilização da ciência e da tecnologia para a produção em larga escala de novas variedades genéticas, dependentes de agrotóxicos, altamente resistentes, substituindo assim gradativamente as sementes “Crioulas”.

Por sementes “Crioulas” entende-se que

são aquelas conservadas e manejadas por agricultores familiares, quilombolas, indígenas e outros povos tradicionais e que, ao longo de milênios, vêm sendo permanentemente adaptadas às formas de manejo dessas populações e aos seus locais de cultivo (LONDRES, 2014, p. 11).

Os efeitos da “Revolução Verde” trouxeram consequências negativas para o meio ambiente e também do ponto de vista econômico, social e cultural. Se, por um lado, o aumento da produção serviu para movimentar as transações econômicas no âmbito das exportações, por outro lado não resolveu o problema de brasileiros que viviam as consequências da extrema pobreza, entre elas a desnutrição e a fome. A intensificação da produção de alimentos foi provocando gradativamente um comprometimento na diversidade das espécies agrícolas em todos os países que a adotaram, uma baixa resistência a pragas, a contaminação dos solos, rios e dos alimentos com agrotóxicos, aprofundou o modo de produção capitalista no campo, com a exploração máxima da força de trabalho para produção intensiva de matéria-prima, utilizada para incrementar a industrialização da agricultura, acirrou as desigualdades sociais, a

²⁰ Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_16/IIIPAG3_16_2.htm>

concentração de terras e também contribuiu para o êxodo rural (CONTI, 2009; MALUF, MENESES, 2000).

A Revolução Verde serviu de base para consolidação e expansão da modernização conservadora, com implantação de agroindústrias e aquisição de investimentos para o desenvolvimento do agronegócio nos campos brasileiros. Esse processo foi garantido com a manutenção do poder e das terras nas mãos de uma minoria, assim como a utilização da ciência e da tecnologia no fomento a monocultura e industrialização no campo, ao uso de sementes manipuladas geneticamente, uso de insumos e agrotóxicos no processo produtivo, tendo como objetivo primordial o setor externo. E mesmo tendo atingido um aumento na produção, sobretudo de grãos, isso não teve um impacto positivo na situação de extrema pobreza fome e desnutrição no Brasil e no mundo (MALUF, MENESES, 2000).

À luz das propostas difundidas pela Revolução Verde, o conceito de Segurança Alimentar chegou a basear-se inicialmente na referência de quantidade, em detrimento da qualidade e da variedade. Todavia, com a criação da ONU este debate foi redimensionado, sobretudo, com ênfase na ideia de que o acesso a alimentos saudáveis e de forma permanente deveria ser visto com um Direito Humano. A FAO, entre outros organismos intergovernamentais, defende este ponto de vista. Em contraponto a esta ideia, instituições como o Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Mundial, dentre outros, sempre firmaram a ideia de que a Segurança Alimentar e a sua garantia estavam diretamente ligadas à dinâmica econômica e do mercado (LEÃO et al, 2013).

Ao longo da década de 1980, os debates sobre Segurança Alimentar passaram a expressar a preocupação em acessar de forma equânime alimentos seguros (não contaminados biológica ou quimicamente) e de qualidade (nutricional, biológica, sanitária e tecnológica), produzido de forma sustentável, equilibrada e culturalmente aceitável. Essa perspectiva nutricional e sanitária foi incorporada ao conceito de Segurança Alimentar no ano de 1992, por ocasião da realização da Conferência Internacional sobre Nutrição em Roma, organizada pela FAO em parceria com a Organização Mundial de Saúde – OMS (VALENTE, 2002).

Nessa década, a realidade dos números ascendentes de famintos só agudizou, pois o problema principal era que o acesso aos alimentos produzidos em larga escala, industrializados e disponibilizados nos mercados, ainda não tinha uma estratégia política definida e direcionada. A dimensão do humano ainda estava relegada ao segundo plano, às prioridades da economia. A questão de insuficiência alimentar da população brasileira estava relacionada à falta de garantia do acesso físico e econômico aos alimentos, ou seja, fundamentalmente a renda, a posse da terra e as condições de produção.

A divulgação do conceito de SAN já com o componente nutricional, deu-se a partir da preparação e realização da Cúpula Mundial de Alimentação, realizada em 1996 e também com a criação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional - FBSAN²¹, em 1998. Nesta ocasião, os movimentos sociais do campo, mais especificamente a Via Campesina²², criaram o conceito de Soberania Alimentar, em complementação a abordagem do conceito de Segurança Alimentar conformado na Cúpula Mundial da Alimentação, o qual ainda estava limitado a perspectiva de garantir os alimentos, sem uma atenção ao processo produtivo. Esse foi um dos principais debates do Fórum Mundial de Soberania Alimentar, realizado no ano de 2001, em Havana – Cuba, que aprovou o conceito de Soberania Alimentar como

o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade de modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental (LEÃO et al, 2013, p.19).

A abordagem da Soberania Alimentar trouxe para o debate do conceito de SAN, a dimensão da cultura alimentar, baseada em práticas tradicionais e ancestrais, e também da autonomia e direito de um povo e/ou nação decidir o que e como vai produzir. Respeitando a vocação e particularidades dos ecossistemas e condições climáticas de cada localidade, sem se tornar refém das determinações da economia e do comércio internacional.

O processo de ressignificação do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN deflagrou um movimento político da sociedade civil e de organismos internacionais em defesa do Direito à Alimentação, enquanto um direito humano, imprescindível e inalienável. Documentos de grande relevância como a Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH (1948) e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - PIDESC (1966), assim como a Conferência Internacional de Direitos Humanos (Vienna – 1993), a Cúpula Mundial de Alimentação (Roma – 1996), o Fórum Mundial de Soberania Alimentar, (Havana – 2001) foram determinantes para consolidar o conceito de Direito Humano à Alimentação Adequada, e da Segurança Alimentar e Nutricional como sua principal estratégia.

²¹ “O Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), criado em 1998, articula pessoas, organizações, redes, movimentos sociais e instituições de pesquisa na luta pelo Direito Humano à Alimentação. Busca sensibilizar para uma visão mais ampla da questão, trabalhando com variadas perspectivas do sistema alimentar: produção, processamento, abastecimento e consumo”. Disponível em: <<https://fbssan.org.br/sobre-o-fbssan/quem-somos/>>

²²Via Campesina é um movimento internacional que reúne milhões de camponeses, pequenos e médios produtores, pessoas sem terra, povos indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas em todo o mundo. Defende a agricultura sustentável em pequena escala como forma de promover a justiça social e dignidade. Ele se opõe fortemente ao agronegócio e as multinacionais que estão destruindo as pessoas e a natureza. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/index.php/organizaciainmenu-44/iquisomos-mainmenu-45>>

2.2 – A construção da SAN no Brasil

O conceito de SAN no Brasil foi evoluindo com as mudanças de sistema de governo que foram ocorrendo ao longo da história, a partir de um envolvimento crescente do País nas discussões internacionais e, principalmente, com a participação da sociedade civil organizada.

Depois do período da ditadura (1964 - 1984), a sociedade brasileira viveu uma efervescência política, onde a principal pauta era a reconstrução da democracia em bases participativas. No final da década de 1980 até 1990, muitas organizações surgiram com missões direcionadas à defesa, promoção e exigibilidade dos Direitos Humanos. O conceito de SAN nesse período contemplava na sua definição

a garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares que possibilitem a saudável reprodução do organismo humano, contribuindo assim, para uma existência digna (LEÃO et al, 2013, p.15).

O governo brasileiro, seguindo os ecos da Revolução Verde, desenvolveu políticas de incentivo ao aumento da produção de alimentos, sob o slogan “Plante que o João garante”, difundida pelo Ministério do Planejamento, que tinha a frente Antônio Delfim Netto, na gestão do Presidente General João Batista de Oliveira Figueiredo. No entanto, segundo Conti (2009, p.18), o aumento da produção tanto no mundo quanto no Brasil “não resultou na alteração substancial do quadro de fome e pobreza”.

Houve uma ampla participação nos debates sobre SAN, de segmentos importantes da sociedade civil e de organizações não governamentais envolvidas em processos de mobilização e sensibilização social, não só na discussão política sobre a fome, mas principalmente para unir esforços em torno de ações concretas e humanitárias, no enfrentamento desta problemática. Uma das organizações que contribuiu muito nos debates sobre a SAN no Brasil foi a Ação da Cidadania, criada em 1993, a partir do Movimento pela Ética na Política, liderada pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho)²³. Um dos principais trabalhos desenvolvidos pela organização foi a estruturação do Movimento de Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, que conseguiu grande mobilização social em prol da provisão de alimentos para os mais pobres e famintos do País.

²³Herbert José de Souza (1935-1997), conhecido como Betinho, foi um sociólogo brasileiro e ativista dos direitos humanos no Brasil. Seu trabalho mais importante foi o projeto "Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida". Mobilizou várias campanhas para arrecadar mantimentos em favor dos pobres e excluídos. Disponível em:<<https://www.ebiografia.com/betinho/>>.

A Ação da Cidadania contribuiu no processo de discussão sobre a temática da fome, chamando a atenção da sociedade para a importância das ações humanitárias, e do poder público para a necessidade de se instituir políticas estruturantes de combate a fome no País. No ano de 1994, foi realizada, em Brasília, a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, que tratou da temática da fome enquanto um problema nacional. Essa Conferência apontou para a necessidade da implantação de políticas públicas, que efetivamente pudessem contribuir para a melhoria das condições de Segurança Alimentar e Nutricional, sobretudo da população pauperizada, que estava abaixo da linha de pobreza. Naquele período, de acordo com dados do IBGE, cerca de 32 milhões de brasileiros, correspondendo a 9 milhões de famílias, perfaziam o total de extremamente pobres no Brasil, sem condições aquisitivas suficientes para acessar alimentos para se manterem nutridas e livres da fome. Deste contingente, aproximadamente 60% residia nas regiões do Norte e Nordeste do Brasil (PELIANO, 1993).

Sob a inspiração do movimento social deflagrado pela Ação da Cidadania, foi criado em 1993, período do Governo Itamar Franco, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA²⁴, com a finalidade de assessorar à Presidência da República para as questões inerentes a temática da Segurança Alimentar e Nutricional. O Conselho foi responsável pela preparação da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em 1994, que tratou do tema da fome. O CONSEA foi extinto em 1995, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, e só ressurgiu em 2003, com o advento do programa Fome Zero, implantado pelo Governo Luís Inácio Lula da Silva.

A preocupação com a extrema pobreza e a premente necessidade de políticas públicas que garantissem a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada foi o foco temático da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em 2004, em Olinda (PE), que teve como tema “A construção da política nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”. As discussões trouxeram para o incremento do conceito de SAN reflexões sobre a necessidade de se garantir condições para gestão de processos produtivos no campo mais adequados, livres de agrotóxicos e manipulações genéticas, que respeitem as culturas e vocações produtivas regionais, os biomas, ecossistemas e que sejam sustentáveis. Também foi ressaltada dimensão nutricional, onde se destacou a importância de salvaguardar a sanidade e a variedade dos alimentos, assim como garantir a disponibilidade destes a toda população (CONSEA, 2004).

²⁴Disponível em: <<http://www.projetomemoria.art.br/JosuedeCastro/verbetes/consea.htm>>.

Após a Conferência de 2004, o CONSEA e a Ação da Cidadania desenvolveram um processo de debates sobre a necessidade de formulação dos marcos legais que garantissem a implantação da Segurança Alimentar e Nutricional, enquanto uma política pública voltada para efetivação do DHAA no Brasil. Como resultado desse processo o conceito de SAN, envolvendo as três dimensões: alimentar, nutricional e da soberania, foi reafirmado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, sancionada pelo Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, em 15 de setembro 2006. Esta conquista jurídica foi considerada de grande importância e um avanço na garantia do Direito Humano à Alimentação na sociedade brasileira.

O conceito de SAN disposto no artigo 3º da LOSAN nº 11.346, diz que

a Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Este importante marco legal orienta a gestão pública da política de segurança alimentar e nutricional no País e se constitui num grande avanço que vem contribuindo para melhorar as condições de SAN e diminuir os índices de INSAN em todo território brasileiro. A responsabilidade pela realização da SAN é do Estado, e está prescrita no artigo 2, parágrafo 2º da LOSAN, onde se define que “é dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bom como garantir os mecanismos para sua exigibilidade” (BRASIL, 2006).

A aprovação da LOSAN em 2006 representou um compromisso do Governo brasileiro nas pautas internacionais, mas, primordialmente, com a melhoria das condições Segurança Alimentar e Nutricional para toda população brasileira. Esta Lei instituiu o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) que tem como principais entes a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), órgãos e entidades de segurança alimentar e nutricional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN contidos na Lei (BRASIL, 2006).

Através das atuações conjugadas do Conselho, da Câmara Interministerial de SAN e com a realização das Conferências de SAN, que são momentos de consulta pública sobre a temática da Segurança Alimentar e Nutricional, foi instituída a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, sob o Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Neste documento

constavam os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que foi lançado um ano depois, em agosto de 2011. Ainda no ano de 2010, depois de uma ampla campanha gerida pelo CONSEA Nacional, IBASE²⁵, e redes parceiras, o direito a alimentação foi inserido no artigo 6º da Constituição Federal de 1988. Esse ato representou mais um avanço importante no conjunto de marcos legais, que possuem como finalidade principal, a garantia da efetivação do Direito Humano a Alimentação Adequada para todos os brasileiros.

A conquista desses marcos legais fundamentais, trouxe para o CONSEA o desafio de conceber uma proposta de controle social que fosse capaz de estabelecer parâmetros para traçar a linha evolutiva da Segurança Alimentar e Nutricional no País. Além disso, era necessário estruturar um sistema de monitoramento das políticas públicas voltadas para efetivação do DHAA, que considerasse a diversidade cultural, territorial, regional, as questões de gênero e étnico racial, e também os povos indígenas e comunidades tradicionais (CONSEA, 2010).

O sistema de monitoramento foi elaborado e gerido por um grupo de trabalho do CONSEA Nacional, com apoio do Governo Federal, e lançou seu primeiro relatório no final de 2010, explicitando a metodologia de trabalho e apresentando resultados do levantamento de informações nos registros de políticas públicas, desde a constituição de 1988 até 2010. Para realização deste levantamento o Sistema foi dividido em sete dimensões: Produção de alimentos; Disponibilidade de alimentos; Renda e despesas com alimentação; Acesso a alimentação adequada; Saúde e acesso aos serviços de saúde; Educação; Políticas Públicas e orçamento relacionado a SAN. Para cada uma destas foram estruturados grupos de indicadores, perfazendo um total de cento e oito (CONSEA, 2010).

O relatório forneceu informações para traçar a linha evolutiva da SAN no Brasil com mais consistência e abrangência. Dentre os resultados obtidos, destacou-se nas análises a problemática da concentração de terras, que influencia e contribui para a permanência da realidade de extrema pobreza no campo; as desigualdades de gênero e étnico raciais; e os índices preocupantes de INSAN entre os povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais. Foram apontados também os problemas com a sanidade e qualidade dos alimentos, atestando ser o Brasil um dos maiores compradores de agrotóxicos do mundo; o uso indiscriminado das sementes transgênicas; a elevação nos índices de obesidade e doenças crônicas, dentre outros problemas que se apresentam como grandes desafios a superar para

²⁵O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) é uma organização de cidadania ativa, sem fins lucrativos. Efetiva a partir de 1981, foi fundada após anistia política por Herbert de Souza, o Betinho, e os companheiros de exílio Carlos Afonso e Marcos Arruda. Disponível em: <http://ibase.br/pt/sobre-o-base/>

realmente conseguir efetivar o Direito Humano a Alimentação Adequada, Saudável e permanente no Brasil (CONSEA, 2010).

2.3 – A (In) segurança Alimentar e Nutricional pelas lentes de Josué de Castro

O estado de (In) segurança Alimentar e Nutricional (INSAN) no Brasil há muito vem sendo investigado, principalmente nas suas manifestações mais severas como a desnutrição e a fome. Estudos importantes sobre estas temáticas foram desenvolvidos pelo médico, nutrólogo, geógrafo, antropólogo e político Josué Apolônio de Castro, conhecido como Josué de Castro, nordestino, natural de Recife (PE). Para compreender os determinantes causais da fome, ele desenvolveu várias experiências e análises ao longo de sua trajetória acadêmica e profissional. Uma de suas grandes obras foi o livro “Geografia da Fome”, lançado em 1946, resultado de suas pesquisas sobre desnutrição, deficiências vitamínicas e fome, realizado nas regiões brasileiras.

Josué de Castro registrou em seu livro como objetivo principal das experiências e investigações realizadas, o estudo da fome coletiva,

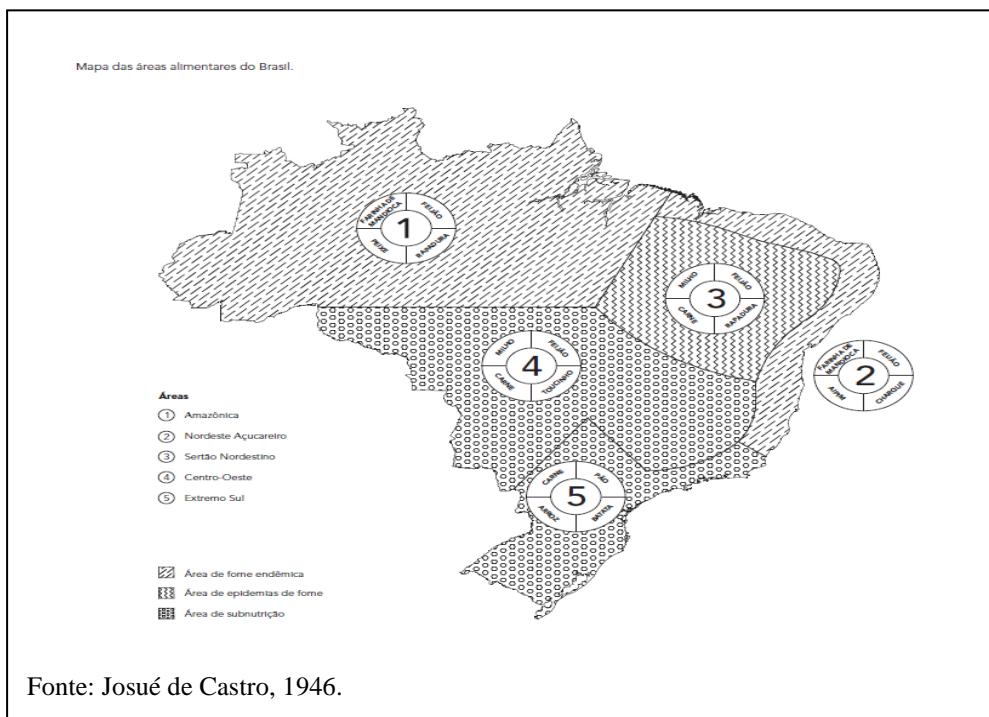
atingindo endêmica ou epidemicamente as grandes massas humanas. Não só a fome total, a verdadeira inanição que os povos de língua inglesa chamam de *starvation*, fenômeno, em geral, limitado a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais, como o fenômeno muito mais frequente e mais grave, em suas consequências numéricas, da fome parcial, da chamada fome oculta, na qual, pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias (CASTRO, 1946, p.26).

Ao descrever e analisar a fome, Josué de Castro, contextualizou um Brasil com forte influência da cultura colonialista na gestão política e econômica, e caracterizou o País como subdesenvolvido. Para Josué, o conceito de subdesenvolvimento estava intrinsecamente relacionado ao de fome, que em sua opinião, era a mesma coisa. Uma das importantes constatações dos estudos realizados sobre a alimentação do brasileiro foi que esta possuía

qualidades nutritivas bem precárias, apresentando, nas diferentes regiões do país, padrões dietéticos mais ou menos incompletos e desarmônicos. Numas regiões, os erros e defeitos são mais graves e vive-se num estado de fome crônica; noutras, são mais discretos e tem-se a subnutrição. Procurando investigar as causas fundamentais dessa alimentação em regra tão defeituosa e que tem pesado tão duramente na evolução econômico-social do povo, chega-se à conclusão de que elas são mais produto de fatores socioculturais do que de fatores de natureza geográfica (CASTRO, 1946).

Josué de Castro elaborou um Mapa das Áreas Alimentares²⁶ do Brasil, que se apresenta na Figura 1, onde foram identificadas as áreas de incidência da fome (endêmica²⁷ e epidêmica²⁸) e também da desnutrição²⁹. Neste infográfico constam informações sobre os alimentos mais consumidos em cada região, e destaca o norte e o nordeste brasileiro, onde a fome faz parte do cotidiano dos moradores destas regiões de forma contundente.

Figura 02 - Mapa das áreas alimentares do Brasil



O estudo das diversas fomes, explorado na obra de Josué de Castro apresentou para a sociedade brasileira uma base teórica para debater esta temática e demais mazelas sociais, numa perspectiva mais crítica quanto aos direcionamentos políticos e econômicos do País. Sendo assim, esses resultados contribuíram também para romper com o discurso fatalista e de causalidade, que relaciona o fenômeno da seca com a extrema pobreza, miséria e estado permanente de insegurança alimentar no semiárido brasileiro. Com esse trabalho, chamou-se a atenção para uma realidade de desigualdades sociais perpetradas por um modelo de desenvolvimento conservador, concentrador e excluente (CASTRO, 1946).

²⁶Diz-se de uma determinada área onde se observa hábitos alimentares tradicionais de uma população, que são condizentes com sua cultura, tradição e características biológicas (CASTRO, 1946).

²⁷ A fome endêmica acontece quando pelo menos metade da população de uma determinada área apresenta manifestações de carências nutricionais permanentes (CASTRO, 1946).

²⁸ A fome epidêmica é quando metade da população de uma área apresenta nítidas manifestações nutricionais transitórias (CASTRO, 1946).

²⁹ A desnutrição é causada pela falta ou dificuldade de ingestão e absorção de nutrientes (CASTRO, 1946).

Segundo Josué de Castro (1946, p.289), a existência da fome no Brasil, um país de dimensões continentais e com grande potencialidade agrícola, estava relacionada com “sua estrutura agrária arcaica, de tipo semicolonial, com manifesta tendência à monocultura latifundiária”. Nesta contextualização, Josué de Castro mais uma vez evidencia as bases do modelo de desenvolvimento que se perpetuou no Brasil, e que é caracterizado pela exploração de grandes extensões de terras, por uma minoria, e direcionadas ao agronegócio, com fomento ao cultivo de monoculturas, além da pecuária extensiva de bovinos, e todas essas atividades destinadas a exportação, com apoio dos governos através das políticas públicas formuladas com este direcionamento.

2.4 – Estudos oficiais sobre SAN e INSAN no Brasil

Além das publicações resultantes das incursões e pesquisas de Josué de Castro sobre a fome, houve um significativo aumento nas produções de análises sobre esta temática, principalmente diante dos elevados índices de extrema pobreza e situação de fome no Brasil, divulgados pela FAO/ONU. No ano de 2004, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, passou a registrar em seus estudos suplementares estatísticas oficiais sobre as condições de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN e Insegurança Alimentar e Nutricional - INSAN no País.

Essa pesquisa mais específica se utiliza da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA, a qual é composta por um conjunto de questões baseadas na percepção do entrevistado quanto a dificuldade ou não em adquirir alimentos, sua duração, qualidade, suficiência, insuficiência e/ou ausência no domicílio. A EBIA foi elaborada a partir de outra escala norte americana, concebida por pesquisadores da Universidade de Cornell, e que ao ser adaptada, trouxe como proposta o desenvolvimento de um estudo quantitativo e qualitativo, numa perspectiva complementar. Este método foi testado e validado entre os anos de 2003 e 2004, tendo seus resultados sistematizados no Caderno Suplementar da PNAD 2004 (IBGE, 2006).

A forma mais direta de manifestação da Insegurança Alimentar é a ausência completa de alimentação no cotidiano dos seres humanos. Este estado pode ser identificado numa sociedade em dois níveis: a insegurança alimentar relativa que se reporta diretamente à falta de qualidade da alimentação, ou seja, com variedade e qualidade sanitária comprometidas, e a insegurança alimentar absoluta, onde os indivíduos passam por períodos significativos de restrição de alimentos, podendo variar de um nível mais leve ao mais grave que é a fome propriamente dita (IBGE, 2006).

A INSAN, segundo IBGE (2013), pode ser classificada em três graus: leve, moderada e grave, conforme detalhamento no quadro 6.

Quadro 06 – Situação de Segurança Alimentar e suas descrições

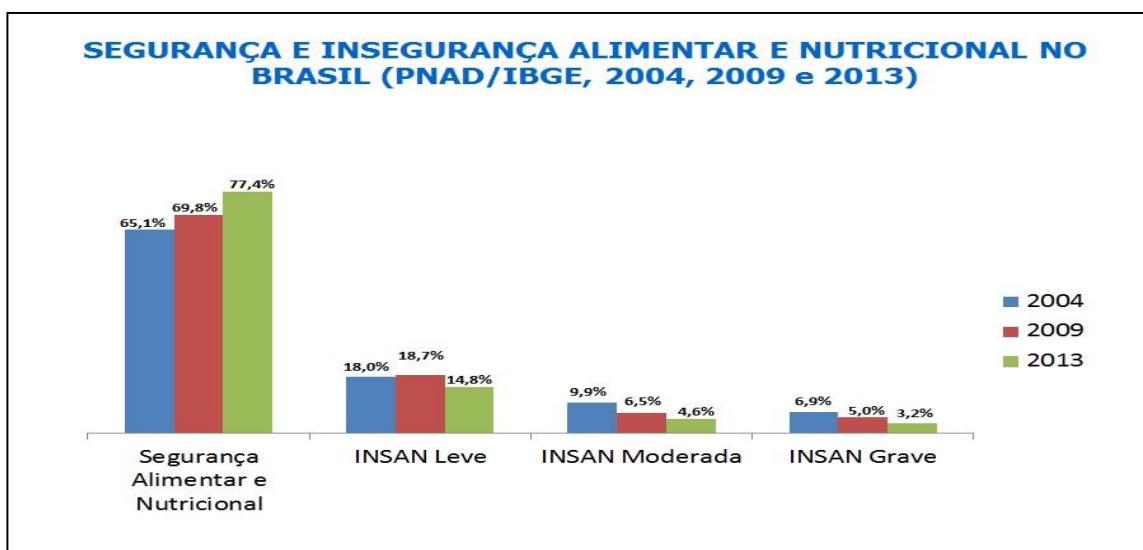
Situação de segurança alimentar	Descrição
Segurança alimentar	A família/domicílio tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais
Insegurança alimentar leve	Preocupação ou incerteza quanto acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos
Insegurança alimentar moderada	Redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos
Insegurança alimentar grave	Redução quantitativa de alimentos entre as crianças e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre as crianças; fome (quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos)

Fonte: PNAD/IBGE (2013).

A fome (INSAN Grave) pode ser compreendida “como um conjunto de sensações provocadas pela privação de nutrientes, que incitam a pessoa a procurar alimentos e que cessam com a sua ingestão”, conforme analisa Conti (2009, p.15). Ela manifesta-se a partir de dois níveis: um agudo, relacionado à necessidade premente de ingerir alimentos, e o outro, crônico, que está relacionado à desnutrição ou subnutrição devido a inadequação quantitativa ou qualitativa da alimentação diária.

O IBGE produziu três suplementos sobre Segurança Alimentar e Nutricional nos anos de 2004, 2009 e 2013, onde é possível constatar a linha evolutiva da SAN no Brasil e a diminuição dos índices de INSAN, conforme gráfico 1.

Gráfico 01 – Situação de SAN e INSAN no Brasil nos anos de 2004, 2009 e 2013.



Fonte: CONSEA-Ba (2015)

No ano de 2013, a PNAD envolveu 65,3 milhões domicílios brasileiros, atingindo a meta de aproximadamente 149,4 milhões de pessoas. Deste contingente, verificou-se uma

melhora significativa nas condições de SAN, conforme demonstra o Gráfico 1, alcançando o percentual de 77,4%, atestando que 50,5 milhões de pessoas estavam em Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Ainda examinando o Gráfico 1, percebe-se que entre os anos de 2004 e 2013 houve uma redução importante nos índices de INSAN de uma maneira geral, com especial destaque para a manifestação grave (fome), a qual foi reduzida de 6,9% para 3,2%. Mesmo com a redução em 50%, esses 3,2%, em números absolutos representa 7,2 milhões de brasileiros ainda convivem com situações de privação de alimentos (IBGE, 2014).

Paralelo a esta produção de informações oficiais oriundas da PNAD/IBGE, a melhoria das condições de SAN e a redução da INSAN no Brasil também vem sendo registradas nas publicações periódicas da ONU, sobre o estado de INSAN no mundo. O relatório de 2015 deu notório destaque ao Brasil por ter saído do Mapa da Fome em 2014, e por ter atingido duas metas dos Objetivos do Milênio (ODM) no que se refere a redução da INSAN grave e também na diminuição da subalimentação. O Brasil é considerado um exemplo, no tocante a elaboração de políticas públicas direcionadas à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, enquanto uma estratégia para efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada (FAO, 2015).

Esse mesmo relatório, além de destacar os avanços, também chamou a atenção para os desafios registrados desde 2014, e que devem ser enfrentados pelo Governo brasileiro, para avançar ainda mais e garantir que cidadãos e cidadãs estejam livres da fome e da desnutrição. O relatório da FAO apresenta como agendas críticas emergentes para o Brasil as seguintes:

- 1) o enfrentamento da vulnerabilidade crônica dos povos e comunidades tradicionais;
- 2) a solução da principal questão agrária que é o acesso a terra; 3) esforços para melhorar o equilíbrio entre modelos de produção agrícola do ponto de vista da SAN, neste sentido trabalhar na transição da agricultura convencional para a agroecológica;
- 4) instituição de políticas de abastecimento; 5) incremento do acesso à água; 6) combate ao excesso de peso (sobrepeso e obesidade) aliado à promoção da alimentação saudável (FAO, 2015, s.p.).

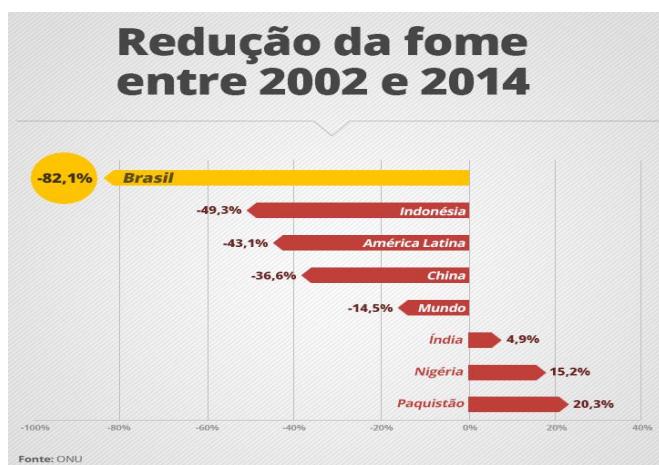
Convém ressaltar, que os avanços obtidos nas condições de SAN no Brasil e na Bahia, se devem também a um avanço que foi obtido no âmbito do controle social de políticas públicas, aqui especificamente a de segurança alimentar e nutricional, com a reativação do CONSEA Nacional e Conselhos Estaduais de SAN, reinstituídos a partir de 2003. O CONSEA-Ba, a exemplo do CONSEA Nacional, foi instituído através do decreto Estadual nº 8524, datado de 14 de maio de 2003, com a missão de ser um órgão de assessoramento direto ao Governador do Estado, e atuar na proposição e controle social de políticas públicas de SAN na Bahia. A composição do CONSEA é considerada o grande diferencial para um controle social mais efetivo, pois são dois terços (2/3) de representantes da sociedade civil organizada, que prioriza

a diversidade de segmentos sociais e um terço (1/3) de representações do poder público, que são as secretarias afins com a temática da SAN.

Neste mesmo período, foi oficialmente lançado pelo Governo de Luís Inácio Lula da Silva o Programa Fome Zero³⁰, uma estratégia de governo, que reunia um conjunto de políticas destinadas a garantir o acesso dos mais pobres a alimentação de qualidade e de forma permanente. Um dos pilares de sustentação do Programa Fome Zero, foi o estabelecimento de uma linha de diálogo entre sociedade civil organizada e o Governo, no sentido de pactuar compromissos, com o objetivo de garantir a execução de políticas voltadas para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional no País.

O Governo brasileiro com a implantação deste Programa projetou um conjunto de políticas públicas para o enfrentamento do flagelo da fome e da extrema pobreza, assim como também para a promoção do crescimento da economia. Dessa forma, em pouco tempo tornou-se referência internacional neste debate. O relatório da FAO (2015) correspondente ao período de 2002 à 2014, demonstrou uma redução de 82,1% no número de subalimentados no Brasil, de acordo com o Gráfico 2. Além desta redução, o país também conseguiu diminuir pela metade os índices de Insegurança Alimentar, principalmente a fome. Esses resultados foram determinantes para que o Brasil saísse do Mapa Mundial da Fome em 2014.

Gráfico 02 – Redução da Fome entre 2002 e 2014 no Brasil



Fonte: ONU (2015)

³⁰ O Programa Fome Zero tinha como principais pilares: o acesso a alimentação através transferência de renda (Bolsa Família), programas de alimentação e nutrição (PNAE, PAT, Cisternas, Restaurantes Populares, Banco de Alimento, Agricultura Urbana, Alimentação dos Povos Indígenas, dentre outros), Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf, Garantia Safra, PAA, etc), Geração de Renda (CONSAD, PRODUZIR, Microcrédito Produtivo, Desenvolvimento de Cooperativas, Economia Solidária e Inclusão Produtiva, Qualificação Profissional, etc.), Articulação, mobilização e controle social (CRAS, Conselhos da área social, mutirões e doações, mobilização social e educação cidadã) (BRASIL, 2010).

Na atualidade, a segurança alimentar e nutricional tornou-se referência como mais uma categoria de análise e avaliação, seja nacional ou internacional, das condições e qualidade de vida da população brasileira. Serve também de parâmetro para verificar a efetividade, assim como também as lacunas e desafios das políticas públicas implantadas no País, cuja finalidade primordial seja combater os flagelos da fome e a extrema pobreza.

2.5 – Avanços e desafios na situação de SAN na Bahia

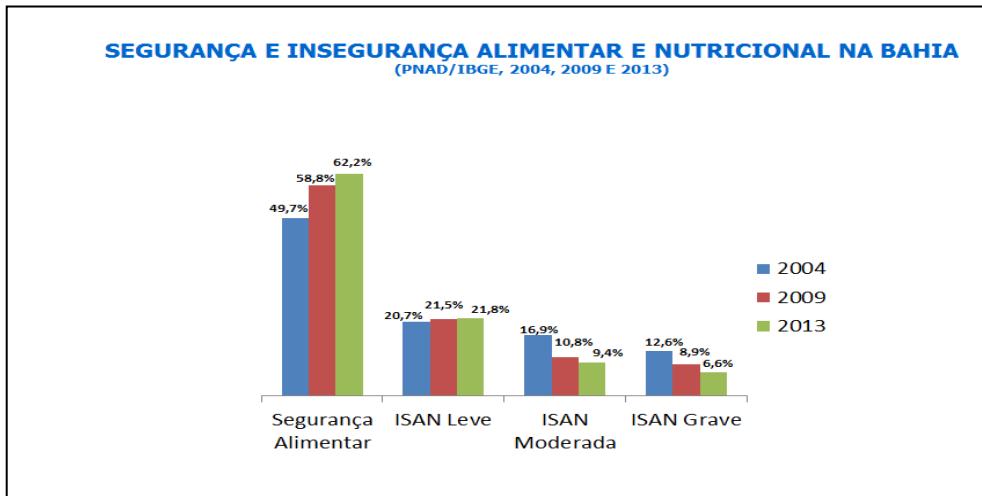
A Bahia é o estado nordestino que possui a maior extensão territorial, com 564.830.859 km², onde 69% deste compreende o perímetro do semiárido, que conta com uma população de 14.016.906 habitantes, sendo que 72% deste contingente compõe o espaço urbano e 28% o rural. O semiárido baiano engloba 266 municípios, dentre os 417 que fazem parte do Estado, e tem uma população total de 6.740.697 habitantes, correspondendo a 48% da população baiana (MEDEIROS et al, 2012; IBGE, 2010).

No ano de 2011, a Bahia foi apontada como o estado brasileiro com maior índice de pessoas em extrema pobreza, com cerca de 2,4 milhões. Os estudos que evidenciaram esta realidade foram solicitados ao IBGE pelo Governo Federal, para referendar o Plano Brasil sem Miséria³¹. O Instituto cruzou as informações do censo demográfico de 2010, com uma escala de pobreza estabelecida sobre o rendimento mensal per capita familiar inferior ou igual a R\$ 70,00 (setenta reais) (BRASIL, 2014).

No Gráfico 3 é possível perceber uma melhora significativa dos índices de SAN na Bahia no período entre 2004 e 2013, principalmente na INSAN Grave. Esses dados da Bahia, assim como do Brasil, estão relacionados à conquista dos marcos legais e políticas públicas que tem como objetivo promover a Segurança Alimentar e Nutricional na Bahia, através da elaboração e implantação de um conjunto de ações que visam garantir a realização do Direito Humano a Alimentação Adequada.

³¹ O Plano Brasil Sem Miséria (BSM) foi lançado em junho de 2011, voltado às famílias que viviam com uma renda familiar inferior a R\$ 70 mensais por pessoa. Em quatro anos, as ações do BSM retiraram 22 milhões de pessoas da situação de extrema pobreza. O plano é baseado em três pilares: garantia de renda, para alívio imediato da situação de extrema pobreza; acesso aos serviços públicos, visando melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; e inclusão produtiva, com o objetivo de aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e das cidades. Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/internacional/fsm/eixos/inclusao-social/brasil-sem-miseria>>

Gráfico 03 – Situação de SAN e INSAN na Bahia nos anos de 2004, 2009 e 2013



Fonte: CONSEA-Ba (2014)

O Gráfico 3 apresenta uma elevação nas condições de Segurança Alimentar e Nutricional entre os anos de 2004 e 2013 de aproximadamente 13 pontos percentuais. No ano de 2004, cerca de 50% da população baiana convivia com algum tipo de INSAN. Já no ano de 2013 registra-se uma diminuição para quase 38% no número de pessoas em estado de INSAN. Segundo análise da publicação do Governo, intitulada “Diagnóstico de Segurança Alimentar na Bahia”, a evolução positiva nas condições de SAN no Estado e diminuição nos índices de INSAN é “resultado de quase uma década de investimentos em políticas sociais destinadas à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA no Brasil e na Bahia” (BAHIA, 2015).

O processo de mobilização na Bahia em prol da conquista e implantação de políticas públicas, que efetivamente contribuíram com a melhoria das condições de vida dos baianos, foi retomado com força no período em que foi lançado o Programa Fome Zero. A partir daquele momento, organizações da sociedade civil se estruturaram em redes e articulações temáticas, construíram diagnósticos e reuniram-se para entender e ver formas de participar da construção e execução de políticas públicas, que contribuíram para diminuir o número de baianos que estavam em situação de extrema pobreza, no campo e na cidade.

Nesta perspectiva, foi criada em 2003 a Comissão Estadual de Mobilização do Fome Zero na Bahia (COMER). Desta Comissão saiu a primeira lista de Conselheiros(as) representantes de vários segmentos da sociedade civil organizada, para a composição do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Bahia (CONSEA-Ba), criado por decreto neste mesmo ano. Um dos principais focos do trabalho desenvolvido pelo CONSEA-Ba foi a

elaboração e instituição da Lei Estadual de SAN, seguindo o fluxo do CONSEA Nacional, que teve a sua LOSAN lançada no ano de 2006.

A Lei de Segurança Alimentar e Nutricional da Bahia sob o número 11.046 foi sancionada pelo então Governador Jaques Wagner, em 20 de maio de 2008, e representou um passo decisivo para implantação de políticas mais estruturantes, direcionadas à efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável no Estado. Com este dispositivo legal foram implantados os principais entes responsáveis pelo funcionamento do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) na Bahia, são eles: o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Bahia (CONSEA-Ba), o Grupo Governamental de Segurança Alimentar e Nutricional da Bahia (GGSAN), as diretrizes da Política Estadual de SAN e as Conferências de SAN, que ocorrem a cada quatro anos (BAHIA, 2008).

A temática da Segurança Alimentar e Nutricional entrou para a pauta do Governo baiano com força, a partir da conquista deste marco legal. Nos últimos nove anos, a Bahia teve avanços significativos nas condições Segurança Alimentar e Nutricional, os quais se expressam não apenas nos índices, mas também na qualidade de vida dos baianos. O principal deles é ter conseguido reduzir em aproximadamente 50% o número de pessoas em situação de INSAN grave (fome) em todo o Estado, saindo de 12,6% para 6,6%, como demonstrado no Gráfico 3.

Outros importantes avanços foram a Política Estadual de SAN (PESAN), regulamentada na Bahia em 2013, e na sequência o lançamento do primeiro Plano Estadual de SAN em 2015, com vigência até 2019. As propostas contidas neste documento integraram o Plano Pluriannual (PPA)³² da Bahia (2016 – 2019), e isso foi considerado um grande avanço, pois evidencia o cumprimento de compromissos estabelecidos pelo Governo baiano, pautados nas concertações estabelecidas por ocasião das Conferências Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional, que ocorrem a cada quatro anos e que são espaços de debates e consulta pública sobre a temática da SAN, composto de eventos municipais, territoriais até chegar ao estadual e posteriormente ao nacional.

Recentemente, uma importante conquista para assegurar a SAN, principalmente no semiárido baiano foi a aprovação da Lei nº 13.572 de 30 de agosto de 2016, que instituiu a Política Estadual de Convivência com o Semiárido e o Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido. Esse avanço é resultado de um processo de mobilização ativa da Coordenação

³² PPA - Plano PluriAnual é um instrumento que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública – federal e estadual -, considerando as despesas de capital e outras delas decorrentes, e as relativas aos programas de duração continuada. Disponível em: < <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=30>>

Bahia da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) e do CONSEA-Ba, mas principalmente dos agricultores familiares sertanejos, que se mobilizaram nas ruas, estradas e pontes para alcançar não só esta Lei Estadual, mas a realização de políticas públicas adequadas às condições do semiárido.

Tão importante quanto elaborar leis e planos, faz-se necessário criar condições de acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas executadas pelo Estado, de forma mais transparente e participativa possível. Neste sentido, para cuidar do monitoramento da Política e do Plano de SAN foi estruturado um sistema de coleta e processamento de informações, cuja finalidade é acompanhar a execução das ações de Governo, previstas na política e detalhadas no Plano Estadual de SAN. Foram definidas com principais dimensões de análises a produção e disponibilidade de alimentos, renda e condições de vida, acesso à alimentação adequada e saudável, incluindo água, saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados, educação, programas e ações relacionadas a segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2010).

Tomando por base esses indicadores, as Câmaras Intersetoriais de SAN (CAISANS), instituídas nos Estados, tem realizado o monitoramento da política de SAN em parceria com os Conselhos Estaduais de SAN. Na Bahia esse monitoramento é gerido pelo Grupo Governamental de SAN (GGSAN), que é a câmara intersetorial de SAN, sediada e presidida pela Casa Civil. Os dados coletados junto aos setores públicos responsáveis pela execução das políticas são analisados à luz de fontes oficiais de pesquisa como IBGE, IPEA³³ e INSA³⁴, dentre outras, e assim são constituídos documentos que representam a linha evolutiva da Segurança Alimentar e Nutricional nos Estados.

Atualmente, o principal desafio que se apresenta ao processo de monitoramento na Bahia é o fato do SISAN ainda não estar em pleno funcionamento nos municípios. Mesmos com os esforços do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), do CONSEA-Ba e do GGSAN, em realizar sensibilizações e formações junto aos 417 municípios, através dos 27 territórios de identidade da Bahia, o número de adesão ao Sistema Nacional ainda é insuficiente para a dimensão do Estado. A implantação do SISAN nos municípios requer capacidade de organização e mobilização das organizações da sociedade civil, com atuações locais, recursos humanos e financeiros do Governo e principalmente “vontade política” por parte do governo municipal.

³³ IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

³⁴ INSA - Instituto Nacional do Semiárido.

3. O SEMIÁRIDO BRASILEIRO

3.1 – Caracterização

O Brasil é um país de grande dimensão territorial, que tem uma área de aproximadamente 8.515.767,049 km², com 26 estados, um Distrito Federal, 5.570 municípios, distribuído em cinco grandes regiões (Norte, Nordeste, Centro Oeste, Sudeste e Sul) e que possui uma população 190.732.694 (IBGE, 2010)³⁵.

Durante muito tempo, quando se falava em Nordeste, imediatamente fazia-se uma correlação direta com a ocorrência da seca e seus desafios, como se essa realidade fosse única para toda a região. No entanto, o Nordeste é uma região rica em biodiversidade e constituída por quatro sub-regiões: meio-norte, zona da mata, agreste e sertão³⁶. Possui três tipos de clima: o tropical, o semiárido e o equatorial úmido. O clima semiárido incide na parte central da região e é caracterizado por chuvas irregulares e longos períodos de estiagem.

Figura 03 – Mapa das Sub-regiões do Nordeste



³⁵ Informações disponíveis em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtml>.

³⁶ O Nordeste é composto por quatro sub-regiões: o Meio-norte que corresponde à faixa de transição entre o sertão semiárido e a região Amazônica; a Zona da Mata que compreende toda a faixa litorânea, de até 200 quilômetros de largura, e que se estende do Rio Grande do Norte ao sul da Bahia; o Agreste que é a área de transição entre a zona da mata, úmida e cheia de brejos, e o sertão semiárido; e o Sertão que é uma extensa área de clima semiárido, que compreende o centro da região Nordeste, está presente em quase todos os estados da região.

Conforme Figura 3, a área de predominância do clima semiárido compõe grande parte do nordeste do Brasil e norte de Minas Gerais, e forma a chamada depressão sertaneja, também conhecida como “caldeirão”, que é uma barreira de altitude limitada pela chapada do Araripe (CE, PI, PE), Serra dos Cariris Velhos (PB), Chapada do Apodi (RN, CE), Planalto da Borborema (RN, PB, PE, AL), vale médio inferior do São Francisco (BA) e nordeste de Minas Gerais. Esses limites de serras e planaltos impedem que as nuvens chuvosas cheguem até o interior do Nordeste, compondo assim um calendário meteorológico próprio às particularidades deste clima, com chuvas irregulares e longos períodos de estiagem (AB'SÁBER, 2003).

O semiárido inicialmente teve seus limites definidos pela Lei nº 175/ de 07/01/1936, cujo foco era a garantia de um plano sistemático de defesa contra os efeitos das secas nos Estados do Norte³⁷. A delimitação era dada por um tracejado poligonal que se estendia desde o Rio Grande do Norte até a Bahia, conformando assim o termo Polígono das Secas, para a caracterização dessa região. Essa Lei, além de delimitar o perímetro de incidência da seca, também regulamentou o disposto no artigo nº 177 da Constituição de 1934, que comprometia o poder público e previa percentual do orçamento da União para a realização de grandes obras e assistência aos atingidos pelas consequências das secas, e longos períodos de estiagem (BRASIL, 1934, art.177).

Os limites do Semiárido foram revisados e redefinidos em 2005, quando o Ministério da Integração Nacional (MIN) instituiu, através da Portaria nº 89/2005, a nova delimitação do Semiárido conforme gráfico abaixo, com base no relatório final do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), criado para desenvolver essa proposta. Os critérios técnicos foram aplicados inicialmente em todos os municípios que pertenciam à área da antiga Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)³⁸, e assim utilizados para definição dos Estados que passaram a pertencer a nova delimitação do Semiárido. Os critérios adotados para a definição dos municípios foram os seguintes:

Precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros; Índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990; e risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990 (SANTOS, 2014, p.15).

³⁷ Durante muito tempo o Brasil foi dividido em dois blocos: os Estados do Norte, que compreendia as regiões do Norte e Nordeste, e os Estados do Sul que eram as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

³⁸ A SUDENE foi criada pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, governo de Juscelino Kubitscheck, com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região sua instituição envolveu, a definição do espaço que seria compreendido como Nordeste e passaria a ser objeto da ação governamental: os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte de Minas Gerais. Esse conjunto, equivalente a 18,4% do território nacional, abrigava, em 1980, cerca de 35 milhões de habitantes, o que correspondia a 30% da população brasileira. A SUDENE foi extinta em 2001, por irregularidades nas gestões de seus projetos, e substituída pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), instituída ainda em 2001. Disponível em:< <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene.>>

A região Semiárida do Brasil, também conhecida historicamente como nordeste das secas e sertão, possui atualmente uma área de 982.563,3 quilômetros quadrados³⁹, que segundo dados sistematizados pelo Instituto Nacional do Semiárido (INSA), abrangem 1.135 municípios brasileiros, com uma população aproximada de 22.598.318 habitantes, compreendendo 10 estados: Ceará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e norte de Minas Gerais, apresentados na Figura 4. Essa população corresponde a 42,57% dos habitantes do Nordeste e a 11,85% do País. O semiárido brasileiro é um dos mais chuvosos e populosos do mundo, e tem uma média de chuvas de até 800 mm por ano, sendo que na maior parte dos meses o predomínio é da estação seca. As águas que caem das chuvas são concentradas em poucos meses e evaporam rapidamente (MEDEIROS et al, 2012).

Figura 04 – Mapa da Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro



Fonte: Brasil (2005)

³⁹ Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/semiarido.shtml>

A área do semiárido é repleta de contrastes e há incidência de vegetações, solos e topografias distintas entre si, que compõe as principais características desta região, naturalmente adaptadas ao clima e suas particularidades. Segundo Aziz Ab'Sáber (2003), no semiárido as temperaturas são elevadas e possui ocorrências de chuvas concentradas. Na longa estiagem, a paisagem fica com o aspecto de um semideserto, o que muda com a chegada das chuvas, e tudo reverdece. A ocorrência de chuvas no semiárido pode variar de oito meses a um ano ou mais nos períodos mais severos. Podem acontecer alguns eventos de chuvas isolados e rápidos, mas devido a rápida evapotranspiração, estes são insuficientes para sustentar processos produtivos e mesmo as culturas de subsistência, trabalhados nos padrões tradicionais (AB'SABER, 2003).

A vegetação do semiárido é rica em diversidade e adaptabilidade as condições climáticas, “com mais de cinco mil espécies catalogadas”. As árvores, plantas e flores possuem uma estrutura apropriada para armazenamento de água, tornando-as capazes de resistir a longos períodos sem água (SANTOS, 2014, p.21). Segundo Guimarães Duque (2004), a região do semiárido possui várias áreas naturais com diferenciados graus de aridez, com particularidades quanto aos solos, incidência de chuvas e vegetação, que são classificados da seguinte forma:

Chamamos de mata as faixas chuvosas que não sofrem secas; de agreste, os municípios intermediários entre a mata e a caatinga ou que recebem chuvas da mata e do mar ao mesmo tempo; de caatinga, as glebas secas e de vegetação espinhenta e densa; de sertão, a região quente, seca, de solo vermelho, com seixos rolados; de Serra, as faixas de terras acima de 500m de altitude; de cariris- velhos, o planalto paraibano da Borborema; de curimataú, as glebas arenosas, intercaladas entre as serras, os cariris-velhos e o agreste, de Esperança; de seridó, a região quente, pedregosa, baixa e erodida; de cerrado, os campos gerais a oeste da Bahia; de carrasco, as ondulações da serra da Ibiapaba, depois da faixa úmida e onde predomina o solo silicoso, seco, pobre de vegetação arbustiva, fechada (DUQUE, 2004, p. 42-43).

Para Guimarães Duque (2004) e Aziz Ab'Sáber (2003), no Nordeste não há uniformidade, nem monotonia e não pode ser visto de uma única maneira, reduzido a uma imagem construída historicamente, de um lugar atrasado por causa das condições climáticas, pela escassez de água, pela terra seca ou pela vegetação ressequida e, aparentemente sem vida. De acordo com Guimarães Duque (2004, p.40), “nenhum país semiárido do mundo dispõe de um conjunto de plantas xerófilas, valiosas, como o nosso”. Cita como riqueza desta região a Caatinga⁴⁰, também conhecida como “mata branca”⁴¹, um bioma exclusivo do Brasil, que tem

⁴⁰ Denomina-se Caatinga pela aparência que a floresta revela durante a estação seca, quando a quase totalidade das plantas está sem folhas, com os troncos esbranquiçados e presença de espinhos (SANTOS, 2014, p.21).

⁴¹ Mata Branca é o significado da palavra Caatinga na língua Tupi: caa (mata) tinga (branca). Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28603-o-que-e-o-bioma-caatinga/>>.

grande potencial para prover alimentação humana e animal, além de espécies vegetais com eficaz utilização medicinal. Possui uma fauna e flora diversa, além de exuberante. Nos períodos mais severos de seca, a vegetação perde o verde das folhas e fica toda esbranquiçada. No entanto, este bioma está ameaçado por causa da ação humana e precisa de proteção. Sua vegetação, aparentemente ressequida, é composta de verdadeiros reservatórios de água, com raízes profundas, capazes de atravessar longos períodos de estiagem (DUQUE, 2004; AB'SÁBER, 2003).

A vegetação nativa do semiárido, de acordo com Duque (2004, p. 112-114), “é composta de cactáceos (palmatória, mandacaru, xiquexique, etc), além de umbuzeiros, juazeiros, cajueiros, goiabeiras, umburanas, licuri, pau de rato, alecrim, azedinha, barriguda e macambira, dentre outras espécies”. Estas espécies vegetais são caracterizadas pelas estruturas capazes de reservar água por longos períodos de estiagem. O umbuzeiro, uma das mais importantes árvores frutíferas do sertão nordestino e para os sertanejos é considerada uma árvore sagrada, pois sua copa frondosa dá sombra aos animais, seu fruto serve de alimento e ainda gera renda às famílias de agricultores familiares.

A maioria dos sertanejos vive da pequena agricultura e da ovinocaprinocultura. Praticam “agricultura de sequeiro”, que é aquela dependente da ocorrência e fluxo das chuvas, baseada no cultivo das palmas forrageiras, algodão e roças de milho, mandioca e feijão. Também aproveitam os leitos dos rios, quando estes secam, para a produção de alimentos. Os animais são criados soltos, e em pequena quantidade criam galinhas e porcos, que servem mais ao consumo da família. Convém ressaltar que além dos agricultores desenvolverem essas atividades, seja em maior ou menor volume, o esforço maior do sertanejo é garantir água para a família e para os animais, e resistir às longas estiagens (AB'SÁBER, 2003).

O semiárido, apesar de ser uma região com muitas potencialidades e riquezas reconhecidas, seja mineral, na fauna, flora, na cultura, na generosidade e simplicidade do seu povo, sempre foi representado como um problema, sem futuro, onde seus habitantes, despossuídos e/ou expropriado de suas terras, foram impelidos ao processo de migração interna para as grandes cidades em busca de trabalho e garantia da sobrevivência.

3.2 – Breve histórico da ocupação do Nordeste Brasileiro

A ocupação do Nordeste brasileiro se deu no período colonial e foi iniciada pelos estados de Bahia e Pernambuco, onde suas capitais se tornaram cidades estratégicas para as negociações em torno do açúcar, que era exportado para a Europa. De acordo com Manuel Correia de

Andrade (1963), a exploração da região iniciou pela zona da mata, adentrando ao agreste, onde os vaqueiros levavam o gado para subsidiar a produção de açúcar. As terras foram “cedidas” a grupos de famílias que mantinham relações de “favores” com a Corte Portuguesa. Estas, por sua vez, se valeram dos vaqueiros, pessoas com experiência no cuidado com o gado, que juntamente com escravos e posseiros desbravaram as terras dos sertões para expandir a produção açucareira. O gado, assim como os cavalos, foram a força motriz, além do trabalho escravo, que fez funcionar os engenhos de açúcar, como ilustra a Figura 5 (ANDRADE, 1963).

Figura 05 – Engenho de tração animal no sertão de Pernambuco.



Fonte: Imagem extraída do livro “A Terra e o Homem no Nordeste” – Manuel Correia de Andrade (1963, p.84)

Ao adentrarem o interior do Nordeste, os vaqueiros tinham como missão “semear currais pelo sertão”, percorrendo as longas extensões de terras que pertenciam por concessão da Coroa Portuguesa, às famílias com as quais mantinham boas relações. Além de enfrentarem as adversidades e desafios do clima, para defenderem os interesses dos seus patrões, os “donos” das terras, os vaqueiros e todos os que vinham com eles (escravos e agregados), se envolveram em conflitos com tribos indígenas que viviam na região. Com o avanço dos vaqueiros no sertão, os indígenas foram confrontados e empurrados para as serras e lugares distantes dos rios, e isso acarretou num problema de sobrevivência, por causa da ausência de água e de condições para produção de alimentos nos locais onde eram obrigados a se instalarem (ANDRADE, 1963).

Desde o primeiro momento, este não foi um encontro pacífico, e isso se devia ao fato dos povos indígenas, legítimos e históricos moradores da região, verem suas terras ocupadas, submetendo as tribos a condições difíceis de sobrevivência nos sertões. Sem água e alimentos essa situação se agravou e acarretou na revolta dos indígenas que durou cerca de 10 anos. Estes

foram confrontados pelos vaqueiros e posteriormente pelos bandeirantes vindos do Sul, o que provocou muitas mortes de indígenas (ANDRADE, 1963).

Com a intensificação da instalação dos currais, vaqueiros e posseiros se tornaram foreiros e meeiros nas terras de seus patrões e passaram a pagar pelo direito de uso. Praticavam a pequena agricultura, e plantavam nas lagoas secas e leito dos rios (cultura de vazante), mandioca, milho, feijão, cana, fruteiras e um pouco de algodão para gerar renda. Criavam também nas proximidades dos currais caprinos e ovinos, que eram chamados de “miunças”⁴². Parte de toda a sua produção era destinada aos donos das terras (ANDRADE, 1963).

Quanto mais adentravam o sertão, maiores eram as dificuldades. Uma dela era a comunicação entre os moradores desta região e os que estavam nas faixas da zona da mata e agreste, áreas em franco progresso, principalmente pela produção de açúcar. Segundo Manuel Correia de Andrade (1963, p.197), “essas dificuldades provocaram o isolamento do sertão, o que ambientou um crescente fortalecimento dos senhores de terras”.

Com a expansão da atividade açucareira no Nordeste e com a intensificação da exploração da mineração em Minas Gerais, a Coroa Portuguesa resolveu mudar a Capital do país que era Salvador, para o Rio de Janeiro. Assim, mesmo a exploração do açúcar tendo perdido relativamente sua importância para administração econômica portuguesa, continuava forte no Nordeste. Segundo Marcel Bursztyn (1985, p. 19), esse fato contribuiu muito para a “instituição dos poderes locais, protagonizados pelos senhores de terras”. Eles se fortaleceram e o sistema centralizador da administração política, passou a trabalhar uma relação de coexistência e omissão na gestão dos interesses públicos ao nível local. Assim se instituiu as bases do coronelismo no Nordeste, que tinham relações com o poder central.

As elites rurais estruturaram uma base de poder na sociedade rural, caracteristicamente patriarcal, baseada no paternalismo e compadrio, que era uma forma de controle e subjugação das relações sociais, pois assim, se camuflava o autoritarismo do Estado e do próprio poder local, contribuindo para legitimação do coronelismo, inclusive dando-lhe poder militar. Esse poderio atravessou o império e chegou a república como força autoritária, e se consolidou como o principal mediador entre o Estado e a sociedade rural (BURSZTYN, 1985, p. 18-21).

O coronelismo teve seus altos e baixos ao longo da história, e caracteristicamente mudou na sua representação, mas sua base ideológica e estrutural, determinadas pela prevalência da concentração de terras e influência política ainda permanecem, cada vez mais fortes. Apesar da nomenclatura coronel não ser mais utilizada como antes, a ação política ainda segue a mesma

⁴²A palavra “miunça” veio de Portugal, indicando coisa pequena, ou de pequeno valor.

concepção, só que agora com atuação nas três esferas de poder, utilizando-se das forças midiáticas para formação de opiniões e influindo diretamente nas decisões importantes para a Nação.

Segundo Victor Nunes Leal (1976), o coronelismo persiste porque é sustentado por um sistema de reciprocidade, que envolve os gestores municipais e o Estado, com todo o seu aparato, no sentido de garantir a manutenção dos seus privilégios em detimentos das necessidades e direitos de uma maioria. Nestas relações predominam os acordos, trocas de favores, os jogos políticos, partidários e por isso mesmo são carregadas de tensões, por causa das disputas e barganhas que se evidenciam principalmente nos processos eleitorais. Neste exercício de poder o que mais interessa é garantir que as políticas públicas atendam e garantam prioritariamente ao fortalecimento do agronegócio, a manutenção da concentração de terras, de águas, assim como o necessário para a manutenção da subjugação dos trabalhadores rurais a ordem ditada pela elite rural.

3.3 – Os Sertanejos e os flagelos das secas

Ao analisar como se deu o processo de ocupação do Nordeste, torna-se evidente que este foi originário de um movimento de expansão econômica da Coroa Portuguesa, através da exploração das terras e riquezas do Brasil. Inicialmente, foi a exploração do extrativismo vegetal, através da cana de açúcar, que impulsionou a economia portuguesa na Europa com a produção e exportação de açúcar e posteriormente a exploração mineral. Através desses processos foram constituídas as elites rurais, compostas pelos senhores de engenhos, os “donos” de grandes latifúndios, os coronéis, detentores do poder local com a conivência do poder público instituído, desde o Brasil colônia.

O grau de atenção às necessidades de cada região dependia do poder de influência e interesse dos envolvidos. A manutenção dos poderes locais se dava pela força e pela subjugação da população sertaneja aos coronéis, inclusive através das relações de compadrio. Estes, segundo Victor Nunes Leal (1976, p.23), constituíam “uma forma peculiar de manifestação do poder privado”.

Paradoxalmente, essa região que produziu grande riqueza para Portugal, passou a ser fatalizada e considerada atrasada, tendo como principal argumento de causalidade assuas desafiadoras condições climáticas, principalmente na faixa semiárida. Assim foi-se construindo a imagem de uma região problema, com crescente número de pessoas na extrema pobreza, sendo que esta condição sempre foi relacionada com a seca.

Na história do nordeste brasileiro, desde o período colonial e passando pela república, são quase inexistentes os registros sobre ações que garantissem e assegurassem a permanência de homens e mulheres no campo em condições dignas, livres da fome, principalmente nos períodos mais rigorosos de estiagem. Os estudos desenvolvidos sobre os ciclos das secas e suas consequências, tornaram evidente a ausência de políticas públicas estruturantes e extensivas a todos os moradores do sertão.

Nos períodos mais críticos de estiagens prolongadas, os sertanejos, em grande parte homens, impulsionados pela fome e miséria extrema, saiam em grandes grupos na direção das cidades em busca de condições para garantir a sobrevivência, na esperança de encontrar trabalho e assistência do Governo. Muitas mulheres com seus filhos ficavam para trás, aguardando a volta de seus maridos ou a chegada de algum recurso para aplacar a fome, o que raramente acontecia. Estas passaram a integrar um grupo de mulheres apelidadas “viúvas de maridos vivos”. Muitas delas quando os maridos saiam em peregrinação por melhores condições de vida, eram deixadas grávidas, mas poucas gestações iam a frente, pois as crianças entravam em sofrimento e desnutrição ainda no ventre de suas mães e nasciam mortas. Outras que conseguiam nascer, não passavam do primeiro ano de idade. Assim, foram se formando os “Cemitérios de Anjinhos”, que constituíram nas histórias das longas estiagens, uma das imagens simbólicas, com relação a invisibilidade da população do semiárido para os governos, políticas públicas e sociedade em geral.

Apesar de não haver uma contagem precisa, registros de imprensa e documentos de época atestam que milhares de pessoas morreram nas peregrinações por melhores condições de vida, vitimadas pelo flagelo da fome e pelas doenças decorrentes deste estado de insegurança alimentar grave. Segundo dados do Dr. Natalício de Melo Rodrigues⁴³, há registros que contabilizam a ocorrência de 130 episódios de seca no semiárido brasileiro, correspondentes ao período entre os séculos XVI e XXI⁴⁴. Esses registros atestam que o século XX foi o pior de todos, com a ocorrência de 42 episódios.

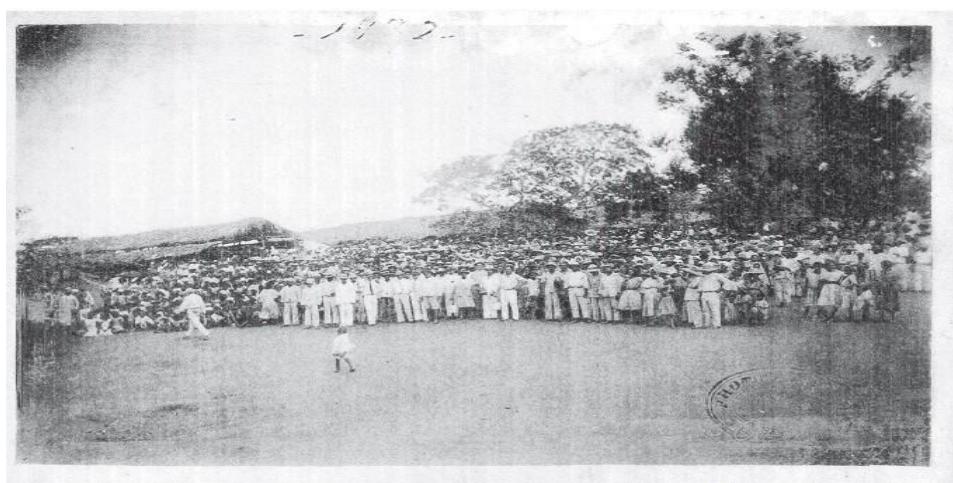
⁴³Doutor em Geografia (stricto sensu) - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2012); Mestre em Gestão e Políticas Ambientais (stricto sensu) - UFPE (2009); Especialista em Ensino Superior de Geografia (lato Sensu) - Universidade de Pernambuco - UPE (1998); Licenciatura Plena em Geografia - Centro de Ensino Superior de Arcoverde - CESA (1985); Coordenador do PIBID - Geografia Professor. Disponível em: <http://natalgeo.blogspot.com.br/2016/02/todas-as-128-secas-registradas-no.html>.

⁴⁴ “Os dados quantitativos referentes as 130 secas registradas no semiárido do nordeste do Brasil até o Século XXI deriva de informações diversas. Os primeiros registros ocorrem no século XVI e são os mais antigos registros e advém de dados do Padre João de Azpilcueta Navarro e Fernão padres da Companhia de Jesus. Por sua vez os registros no Século XVII de Joaquim Alves; no Século XVIII temos contribuições de Tomaz de Souza, Joaquim Alves, Euclides da Cunha conhecido autor do livro os Sertões, e o Limério Moreira da Rocha autor do livro Russas. No Século XIX os mesmos que registraram as secas do Século XVIII se repetem, e soma-se aos registros

Dentre estes, o mais emblemático período foi o de 1930 a 1932, quando foram construídos os Campos de Concentração no Ceará, que tinham como finalidade embarreirar a chegada dos retirantes até Fortaleza e outras cidades. O processo de migração era intenso e colocavam nas estradas milhares de famílias fugindo da fome, em busca de trabalho e um local para morar. Quando alguns destes conseguiam chegar às cidades, estavam exaustos, famintos e doentes. A medida emergencial do Governo foi de retirar os sertanejos das ruas e confiná-los em instituições como asilos e dispensários. Além disso, instituiu uma proibição à mendicância, tornando-a um crime passível de prisão.

A Figura 6 mostra o contingente numeroso de retirantes direcionados para um Campo de Concentração, localizado nas cercanias de Fortaleza.

Figura 06 – Chegada dos retirantes a um Campo de Concentração no Ceará.



Fonte: Kênia Rios (2014)

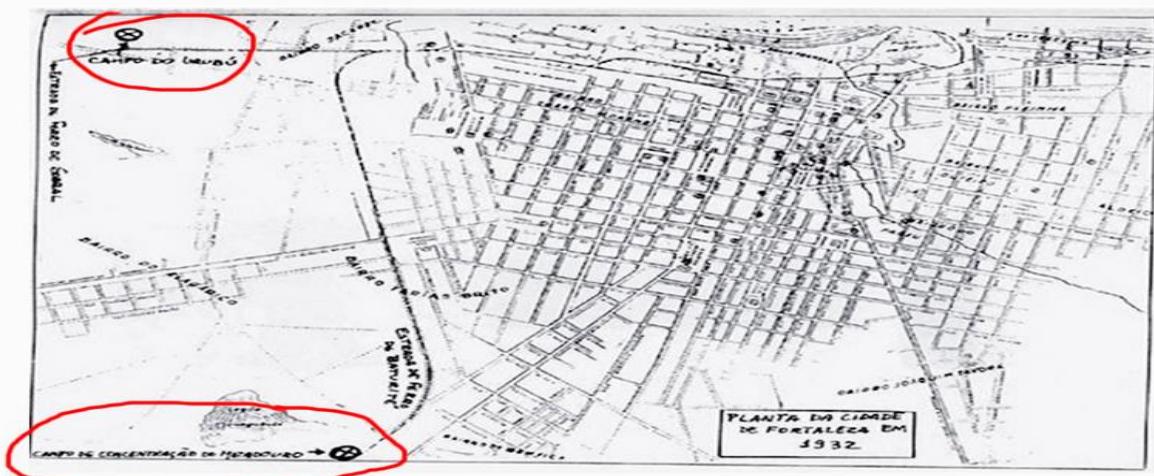
Legiões numerosas de pessoas em estado de miséria absoluta, sem trabalho, moradia, famintos e expropriados de dignidade, que sem nenhuma assistência do Governo, esmolavam por toda a cidade. A chegada dessas pessoas em Fortaleza, provocou uma reação da elite local que cobrou do Governo providências no sentido de conter a entrada dos retirantes, alegando que podiam contaminar a população das cidades com doenças e piolho, além de provocar a desordem com a prática de saques e mendicância. A ação enérgica do poder público em resposta às exigências das oligarquias que constituíam a elite local, foi a de construir Campos de Concentração, que seriam espaços murados e com vigilância, destinados a prestar “assistência” aos retirantes.

de José Ramalho Alarcon. No Século XX e XXI aparecem os registro do Instituto de Meteorologia-INMET, da SUDENE e do DNOCS.”

Disponível em: <http://natalgeo.blogspot.com.br/2016/02/todas-as-128-secas-registradas-no.html>.

Segundo Kênia Rios (2014), “foram construídos 07 Campos de Concentração, sendo 02 nas cercanias de Fortaleza (Matadouro e Urubu), 01 em Ipu, 01 em Quixeramobim, 01 em Senador Pompeu, 01 em São Mateus e 01 em Crato”. Nestes locais os retirantes eram confinados, com a promessa do Governo em prover assistência médica e alimentação a todos. Esta promessa não se concretizou e daquele local ninguém poderia sair sem permissão dos inspetores de Campo, que funcionava como uma prisão. Havia guardas vigiando constantemente o movimento dos concentrados e parte deste contingente era contratado dentre os moradores dos Campos (RIOS, 2014).

Figura 07 – Mapa de Fortaleza em 1932 indicando localização de dois Campos de Concentrações (Matadouro e Urubu)



Mapa da cidade de Fortaleza no ano de 1932 indicando a localização das concentrações de Matadouro e Urubu Foto: Livro *Isolamento e poder Fortaleza e os campos de concentração na Seca de 1932*

Fonte: Kênia Rios (2014).

Ainda de acordo com Kênia Rios (2014), após um mês de funcionamento, os Campos de Concentração já atingiam números expressivos, perfazendo um total de 73.918 flagelados sertanejos. O grande problema é que de fato não havia um planejamento, e consequentemente, recursos para manter aquelas pessoas nos Campos em condições mínimas de dignidade, ou mesmo aplacar a fome de todos. Muitos morreram doentes e famintos, principalmente crianças e idosos. Alguns dos que ainda conseguiam manter-se e tinham boa estrutura física, eram recrutados para trabalhar nas frentes de serviços dentro e fora do Ceará. A oferta de mão de obra era grande, e além de servir para exercer um controle, também favorecia a exploração máxima da força de trabalho sertaneja (RIOS, 2014).

Os retirantes, confinados nos campos de concentração, só almejavam conseguir trabalho e sair daquela condição humilhante. O poder público, por sua vez, desenvolvia projetos

assistencialistas com caráter “disciplinador” e “civilizador”, para manter aquelas pessoas sob controle. Dessa forma, foi instituído que todos deveriam trabalhar dentro dos Campos, e assim alguns grupos se ocupavam em construir as estruturas onde dormiam os retirantes, outros improvisaram pequenas barbearias, marcenaria e as mulheres cuidavam da divisão de alimentos e dos serviços de costura das roupas que usavam, quando conseguiam sacos de linhagem em algodão. Ao final de cada dia de confinamento e trabalho dentro do Campo, mesmo exaustos e famintos ainda encontravam ânimo para se distraírem com música, dança típica, repentes e desafios. Quando os retirantes ficavam doentes quem dava o primeiro tratamento com beberagens e rezas eram as chamadas “curandeiras”, senhoras que detinham conhecimento sobre ervas e chás. Esse fato passou a incomodar a indústria farmacêutica, que “perdia” vendas. A Igreja Católica, além de se envolver em ações de caridade, também passou a realizar um trabalho de enquadramento religioso e moral junto aos retirantes, que na sua visão estavam vivendo em “pecado”. Logo, concluíram que era necessário regularizar os sacramentos e trabalhar o direcionamento da fé daquelas pessoas, com a realização de batizados, catequeses e casamentos (RIOS, 2014).

Os Campos de Concentração que inicialmente tinham sido estruturados para manterem os retirantes afastados das grandes cidades, também passaram a desempenhar o papel de reservar e fornecer a mão de obra ali disponível, aos trabalhos nas obras públicas dentro das cidades, nas construções de estradas, rodovias, ferrovias, indústrias, e até mesmo para outros Estados, a exemplo da Amazônia com a exploração dos seringais. Mesmo depois que começaram a cair as chuvas em 1933, os retirantes permaneceram ainda por um tempo nos Campos e aos poucos foram liberados pelos inspetores de campo. Os que não conseguiram trabalho foram dispersos e incentivados a voltarem para seus povoados de origem. Uma parte significativa, que já não tinha para onde voltar, passou a compor os bolsões de miséria que haviam se formado nas áreas periféricas das grandes cidades (RIOS, 2014).

A história dos Campos de Concentração é mais um exemplo contundente que representa a concepção e direcionamento político dos governos instituídos, mesmo antes da república e que continua até os dias atuais com nova roupagem. A seca é um fenômeno climático, os seus efeitos e consequências são conhecidos desde muito tempo e por essa razão são totalmente previsíveis. No entanto, é possível perceber que as ações por partes dos poderes instituídos, coronéis e políticos comprometidos com os interesses desta casta, se deram na perspectiva de atuar nas consequências e de forma assistencialista, postura essa que atravessou os séculos e que configura uma intencionalidade política na manutenção da pobreza, como forma de controle e de reserva da força de trabalho camponesa.

Os nordestinos, principalmente os sertanejos, nos longos períodos de estiagem, sem ter condições de sobreviver onde habitavam foram impelidos ao um processo de diáspora, que provocou uma secção de suas origens, cultura, famílias e histórias de vida. Paradoxalmente, foi a força de trabalho destas pessoas, utilizadas nas diversas frentes de trabalho, submetida a situações análogas a escravidão, que construíram parte significativa dos patrimônios deste País. No entanto, o desenrolar da história evidenciou uma constante negação desse protagonismo e principalmente dos direitos desse contingente populacional, além da omissão do Estado no âmbito das políticas públicas de caráter preventivo em relação as consequências da seca e os longos períodos de estiagem na região semiárida, sobretudo, nas áreas mais esparsas. Pode-se dizer que no geral a manutenção da extrema pobreza, a inexistência de uma política de reforma agrária, as insuficientes condições de trabalho e produção, a escassez de água e a sonegação de direitos, constituem ainda a realidade da população nordestina, cuja maioria vive em estado de completa vulnerabilidade.

Convém ressaltar que no decurso das histórias de secas no nordeste, foram criados vários órgãos públicos voltados a resolução dos problemas enfrentados no semiárido brasileiro a exemplo da Inspetoria de Obras Contra as Secas (1909), que posteriormente tornou-se IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas em 1919 e depois o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS - 1945), também foi criada a Comissão do Vale do São Francisco e a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF - 1948), outra importante criação foi o Banco do Nordeste (1952) e posteriormente a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE – 1959). No entanto, apesar desses órgãos terem como finalidade contribuir para “combater” os efeitos das secas e promover o desenvolvimento do Nordeste, isso não se concretizou.

As grandes obras realizadas por essas instâncias (açudes, rodovias e sistemas de irrigação, etc.) favoreceram principalmente a elite rural, até porque grande parte destas obras eram realizadas em suas terras e não atendiam a totalidade da população sertaneja, principalmente ao pequeno lavrador. Além disso, viu-se nas gestões desses órgãos, em grande parte comprometidas com os interesses da minoria influente, nascer o que seria abordado por Antônio Callado⁴⁵ como a indústria da seca, que segundo ele poderia ser chamada também de “indústria da exploração das miseráveis populações nordestinas, com o emprego irregular de

⁴⁵ Antônio Callado foi jornalista, romancista, biógrafo e dramaturgo, nasceu em Niterói em 1917, foi um dos escritores mais combativos à ditadura militar, e tem como trabalho mais celebrado, Quarup, uma obra politicamente engajada, que discute a identidade do Brasil. Disponível em: <http://www.culturaniteroi.com.br/blog/?id=2609>.

verbas, a falta de planificação e o equacionamento irracional dos problemas”, o que ele também caracterizava como “omissão das autoridades públicas” em relação a situação de penúria e de uma forma geral aos direitos dos nordestinos (CALLADO, 1960, p.85).

Observa-se até aqui a invisibilidade e negação de direitos ao povo nordestino, a utilização do flagelo provocado muito mais pela ausência de políticas públicas estruturantes do que pelo fenômeno climático e suas consequências naturais, comprovadamente previsíveis. Veem-se as multideterminações políticas e econômicas, oriundas de interesses particulares, a subjugar toda uma coletividade e relegá-la à própria sorte na luta pela sobrevivência.

3.4 – O imaginário simbólico construído sobre o Semiárido

A imagem construída historicamente sobre o semiárido se utilizou de relatos e fotos dos momentos mais dramáticos vivenciados nos períodos das secas. Falavam de grupos imensos de retirantes nas estradas em direção às grandes capitais, em busca de trabalho e condições de sobrevivência. Davam notícias do crescente êxodo para as cidades, e também da devastação das áreas onde antes da seca corriam rios e que ficava com o chão ressequido e rachado, onde não brotava nada, nos períodos de longa estiagem. A representação do semiárido foi se consolidando no imaginário coletivo como uma região ingrata, castigada pelo sol, com paisagens desoladoras que lembravam um deserto, só que espinhoso, inóspito, com animais mortos expostos ao sol e as pessoas em estado de inanição e extrema pobreza.

Essas imagens construíram símbolos fortes no imaginário da sociedade brasileira, que passou a ter naturalizada a ideia de uma região atrasada e fatalizada pelo clima, que significava um peso para a economia do país, e que sempre precisava de volumes cada vez maiores de recursos para garantir as ações emergenciais, necessárias nos períodos de longas estiagens, para manter sua população viva. Estas ações, praticadas pelos órgãos públicos, eram characteristicamente assistencialistas e descontinuadas. Consistiam basicamente na distribuição de cestas básicas e fornecimento de água (sem tratamento) por meio de carros pipa.

A seca tornou-se o grande argumento para os “donos das terras” reivindicarem junto aos governos que fossem solicitados recursos para realização de grandes obras como construção de açudes e barragens com a finalidade de combatê-la, como se fosse possível combater um fenômeno climático. Assim, de acordo com Durval Muniz Albuquerque Junior (1999), “a elite rural de coronéis e representantes políticos nortistas instituíram a seca com problema a ser combatido”.

Os livros de histórias, os registros jornalísticos, documentários, imagens e algumas literaturas só falavam de um nordeste seco, principalmente a partir do início do século XX. Os nordestinos eram completamente invisibilizados e quando citados, só expunham seus desafios para sobreviver em região tão problemática, em meio a pobreza, a fome, o analfabetismo e a miséria a que eram submetidos por morarem em local tão repleto de rusticidade e atraso em relação ao resto do país. As abordagens eram sempre fatalistas e depreciativas em relação a região.

Uma grande contribuição para se compreender o processo de construção da imagem do nordeste se encontra na obra de Durval Muniz Albuquerque Junior (1999), que ao analisar as literaturas, estudos e impressos do início do século XX, percebeu nas descrições, tendenciosas abordagens que reforçavam um estado de “naturalidade” quanto a condição de inferioridade, degradação e ruína do nordeste e dos nordestinos, onde a cultura, religiosidade, costumes e até o biótipo eram descritos como exóticos, primitivos e próprios de ignorantes (ALBUQUERQUE JR, 1999).

O eixo comparativo da propalada civilidade que aparece nos documentos examinados no referido período é a região sudeste, mais particularmente São Paulo descrita como desenvolvida, promissora, civilizada, e de realização dos sonhos. De acordo com Durval Muniz Albuquerque Junior (1999), os discursos contribuíram para institucionalizar o espaço pela visão do outro, onde “o que se diz da região não é o reflexo do que se vê na e como região. [...] O que emerge de visibilidade regional não é representado por ele, mas construído com a ajuda do dízivel ou contra ele” (ALBUQUERQUE JR, 1999).

Nesta mesma linha de raciocínio, Iná Elias de Castro (2001) diz que o imaginário construído sobre o semiárido nordestino, deriva do processo de ocupação da região, desde o Brasil colônia, marcado pela desigual distribuição de terras, com concentração destas nas mãos de uma elite constituída por relações de favoritismos. Dessa forma, a manutenção das condições vulneráveis dos sertanejos nos períodos das secas, se constituía numa ação estratégica para justificar mais investimentos na região, o que viria fortalecer mais as oligarquias, donatárias de grandes extensões de terras, do que contribuir efetivamente para a melhoria das condições de vida da maioria dos sertanejos.

Neste sentido, a imagem da seca e do clima semiárido era manipulada numa perspectiva fatalista e de causalidade das mazelas sociais que ocorriam na região, e que só reforçavam a manutenção das estruturas conservadoras dos poderes locais instituídos e caracteristicamente concentrados em uma minoria.

O poder simbólico da imagem da seca e do clima semiárido como desencadeadores de problemas sociais, constitui-se num poderoso aliado na preservação da fórmula conservadora, apoiada na estratégia de dirigir as soluções dos problemas sociais para medidas que mais reforcem do que reduzam os desequilíbrios estruturais na Região. A coincidência entre seca e morte dos rebanhos, entre seca e fome passou a ser subsumida no discurso regional como relação de causa e efeito. A seca progressivamente deixava de ser percebida como o que realmente é, um fenômeno climático, para tornar-se sujeito das mazelas sociais do território nordestino e parâmetro para suas soluções (CASTRO, 2001, p.129).

O simbólico constitui um poder imaterial, invisível, capaz de se materializar e incidir sobre o meio, sendo possível determiná-lo ou mesmo ser determinado por ele. Para Pierre Bourdieu (1989, p. 09) “o poder simbólico pode ser utilizado como instrumento de dominação, capaz de desmobilizar pessoas, diluir identidades e legitimar a ordem estabelecida, dentre outros aspectos”.

Ao analisar a imagem conformada sobre o semiárido através das lentes de Pierre Bourdieu, observa-se que o poder simbólico desta foi construído ao longo dos tempos e tem reforçado as hierarquias estabelecidas, alijando a população sertaneja, principalmente os agricultores familiares, da sua condição de detentores de direitos, acirrando as desigualdades, seja dentro da região ou entre regiões e influindo na concepção e direcionamento das políticas públicas. De acordo com Pierre Bourdieu,

o poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo, e deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo, poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 1989, p. 14).

Com base nessa análise de Pierre Bourdieu (1989) sobre o poder simbólico, pode-se entender que a construção do imaginário sobre a região nordeste, mais particularmente sobre o semiárido, segue intencionalidades políticas condizentes com os direcionamentos da economia nordestina, da estrutura social, política e o papel dos sertanejos neste cenário, principalmente por sua condição de força de trabalho. Estes, por sua vez, são mantidos com as consciências adormecidas e alienados de sua condição de cidadãos e cidadãs de direitos, para que continuem suscetíveis ao servilismo. Ao longo da história foram instruídos, seja através da educação formal (os que tiveram acesso), com seus currículos conservadores, ou pelos meios de comunicação, que são formadores de opiniões, a acreditar e a reproduzir como verdadeira e imutável a estrutura social, com sua hierarquia dada e papéis sociais definidos.

Nos dias atuais, apesar de ainda predominar este imaginário sobre o sertanejo na sociedade, pode-se observar também que existe um movimento contrário a essa base ideológica,

que vem ganhando força e contribuindo para a ressignificação do nordeste brasileiro, principalmente para o semiárido que é a perspectiva da Convivência com o Semiárido. Neste novo cenário já não cabem mais as imagens de terras rachadas ou de animais mortos e ressequidos pelo sol, como definidoras do povo sertanejo, mas sim a reconstituição dessa história, onde os filhos desta terra também são protagonistas na construção de um novo semiárido.

4. A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

4.1 – A construção do conceito de Convivência com o Semiárido

A palavra convivência⁴⁶, etimologicamente deriva do latim “com+vivere”, e significa viver com, em companhia de, ação de coexistir (num mesmo local) de maneira harmoniosa. A convivência por sua natureza é relacional e ao mesmo tempo que influência, é influenciada. Sugere partilha, adaptabilidade, adequabilidade, respeito, construção de valores para conviver.

A convivência com o semiárido é uma proposta conceitual e prática, que foi politicamente estruturada em contraposição a uma terminologia utilizada historicamente para definir de forma reducionista o semiárido brasileiro, a do “combate à seca”. Esta, por sua vez, foi ao longo dos tempos reforçada no imaginário coletivo e social, como um fator impeditivo do desenvolvimento de uma região.

Durante muito tempo, o binômio seca–atraso, além de caracterizar o semiárido e o seu povo dentro de uma perspectiva fatalista, determinou os direcionamentos e prioridades das políticas públicas para a região, contribuindo para o fortalecimento das oligarquias estabelecidas e expansão do capitalismo no campo, através do fomento ao agronegócio. De acordo com Sauer (2008, p.14) o termo agronegócio (agribusiness)

designa um conjunto de ações ou transações comerciais (produção, industrialização e comercialização), ou seja, negócios relacionados à agricultura e a pecuária que são desenvolvidos em grandes extensões de terras. No Brasil o uso do termo agronegócio expressa as atividades agropecuárias que utilizam técnicas de produção intensiva (mecanização e química) e de escala, que gera aumento da produção e produtividade (SAUER, 2008, p. 14;16)

O agronegócio é uma velha novidade com uma nova roupagem modernizada e tecnológica, que sempre teve apoios e investimentos governamentais garantidos. Nos dias atuais, continua como referência para o fomento e promoção do desenvolvimento da agropecuária brasileira e crescimento econômico do país. Neste modelo, o lugar da agricultura familiar é na clássica posição de reserva, disponibilidade e subjugação da força de trabalho aos ditames do capitalismo no campo.

A construção do pensamento crítico em contraponto a esta concepção de desenvolvimento é algo ainda gestado, comportando não só teorizações a respeito, mas principalmente as experimentações de boas práticas e tecnologias sociais classificadas como

⁴⁶Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/convivencia/>>

alternativas, elaboradas de forma participativa, com base na sabedoria popular. Neste sentido, a perspectiva da Convivência com o Semiárido ambienta este espaço para novos olhares sobre as geografias, territorialidades, cultura e sobre a história da região a partir do próprio sertanejo, ao qual é devolvido o papel de protagonista.

Esse debate mais crítico se evidenciou na segunda metade do século XX, quando foi implantada a Revolução Verde, que prometia uma mudança nas políticas voltadas para o desenvolvimento da agricultura no Brasil, e também se projetava como solução aos graves problemas quanto a insuficiência de alimentos no Nordeste, o que era considerado como principal determinante da extrema pobreza. No entanto, as causas dessa extrema pobreza não guardavam relação direta com a quantidade ou acesso a gêneros alimentícios, mas sim com a desigualdade social e inexistência de políticas públicas estruturantes, direcionadas a toda população nordestina, em especial aos sertanejos.

A Revolução Verde foi um pacote tecnológico que tinha como argumento a necessidade de investimento no aumento da produção de alimentos para contribuir no combate a fome, o que não se confirmou na prática. Baseava-se na utilização de sementes geneticamente modificadas, de adubos e fertilizantes químicos, agrotóxicos, mecanização da agricultura na irrigação e colheita das safras de monoculturas. O aumento na produção de alimentos atendeu aos objetivos do movimento de consolidação das bases capitalistas no campo apoiado no fortalecimento da mecanização, industrialização e exportação, mas não contribuiu para diminuir os números de pessoas em insegurança alimentar grave (fome) na região e no país. O que se registrou foi o acirramento nos problemas ambientais, conflitos de terras e desigualdade social.

Ainda na década de 1970, segundo Haroldo Schistek (2015, p. 09), surgiram questionamentos e estudos sobre as consequências do uso indiscriminado de produtos químicos na agricultura. O resultado disso foi a abertura de um amplo debate sobre alternativas para desenvolver uma agricultura que preservasse a terra, a sanidade e a diversidade dos alimentos produzidos. Era necessário construir um novo paradigma para se pensar um semiárido com políticas e investimentos adequados e inclusivos, que respeitasse as particularidades climáticas, os biomas da região (Caatinga e Cerrado), as potencialidades produtivas, assim como a cultura das comunidades e povos tradicionais. Esse debate se intensificou na longa estiagem ocorrida entre os anos de 1979 e 1983, e congregou um significativo número de organizações em torno da discussão e definição do que envolveria a proposta de Convivência com o Semiárido.

Um dos fatores considerado no debate foi a previsibilidade dos períodos de estiagem, fato constatado nos estudos realizados pelo Instituto de Atividades Espaciais (IAE), pertencente

ao Centro Técnico Aeroespacial (CTA), sediado em São José dos Campos. Estes estudos atestam que os períodos de longas estiagens são previsíveis e tem uma ocorrência de aproximadamente a cada 26 anos. A ciência desse conteúdo passou a constituir argumento basilar na formação do pensamento crítico e político sobre a viabilidade do semiárido, e esse conhecimento precisava ser visibilizado, assim como o próprio semiárido (SCHISTEK, 2015, p. 10).

Diante da previsibilidade dos períodos de longas estiagens, atestados por um órgão de referência nacional como o CTA, o que se questionava era o fato de não serem implantadas políticas públicas de caráter preventivo, que efetivamente contribuíssem para dirimir os impactos decorrentes dos efeitos climáticos naturais, sobre a população da região. Um dos questionadores, que inclusive teve a oportunidade de trabalhar na estruturação da SUDENE, na década de 1950, foi Celso Furtado. Para ele o drama do Nordeste, apesar de ser bastante conhecido, nunca foi prioridade no tocante a elaboração e implantação de políticas estruturantes, que contribuíssem de fato para mudar a realidade. Afirma em suas análises que a manutenção desse status quo é de maior responsabilidade da classe política nordestina, que se prevalece das suas posições no governo para dificultar a formulação de políticas que sejam direcionadas para o bem de uma coletividade e não para um grupo de privilegiados (FURTADO, 1998, p.15).

A perspectiva da Convivência com o Semiárido traz em seu conteúdo, ainda em construção, a proposta de questionar, denunciar e trabalhar para construir alternativas participativas ao modelo excludente de desenvolvimento em vigência. Nesse sentido, Naidison Baptista e Carlos Campos (2013, p. 54) colocam como fundamental “ter pessoas humanas no centro dos processos, numa relação de equidade, justiça e convivência harmônica com a natureza”, pois a matéria prima da Convivência com o Semiárido é o sertanejo.

4.1.1 – Contribuições do IRPAA na construção da Convivência com o Semiárido

O IRPAA foi uma das entidades que participou ativamente dos debates para a construção do conceito da Convivência com o Semiárido, e baseou-se nas experiências vivenciadas nos primeiros anos de sua caminhada institucional, quando adentrou o interior da região para conhecer de perto seus moradores e as formas de conviver com o clima. Assim, conheceu os diversos cenários que compõem o semiárido, seus principais desafios, suas riquezas culturais e ambientais, e também suas potencialidades.

O Instituto foi criado por iniciativa e apoio do Bispo Dom José Rodrigues, que chegou na região e consolidou residência em Juazeiro no ano de 1975. Sensível a extrema pobreza e exploração da força de trabalho, enfrentadas pela população sertaneja, iniciou o processo de organização das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. Sempre comprometido com as lutas do povo sertanejo, denunciou as injustiças e apoiou iniciativas que tivessem como foco a preservação, promoção e a sobrevivência em condições dignas dos agricultores, inicialmente na Diocese de Juazeiro (SCHISTEK, 2015).

Dom José Rodrigues estimulou através das CEBs, e que depois expandiu-se para as organizações associativas e sindicatos, a realização de formações sobre clima, solo, estiagem, periodicidade das chuvas, dentre outros assuntos. Esse trabalho cuja proposta inicial era local, dentro da Diocese de Juazeiro, repercutiu e ampliou com as demandas de outras partes do semiárido. Diante disso, Dom José Rodrigues, entre final da década de 1980 e início da década de 1990, propôs a criação do IRPAA, uma entidade com recursos próprios e atuação no semiárido (SCHISTEK, 2015).

O Instituto está sediado na cidade de Juazeiro e tem como objetivo “demonstrar a viabilidade econômica e social da região, e oferecer subsídios práticos e teóricos, para que se possa desenvolver uma vida produtiva estável, apesar das variações climáticas”⁴⁷. Trabalha a proposta de aprender e difundir saberes sobre como Conviver com o Semiárido, respeitando suas especificidades no clima, solo e cultura. Para o IRPAA,

a convivência se dá principalmente a partir do conhecimento e do domínio das técnicas de produção apropriadas para este clima, buscando uma distribuição justa das terras, das águas e políticas públicas que atendam as demandas da região e garantam a permanência do povo na terra prometida - o Semiárido brasileiro⁴⁸.

O Instituto atua primordialmente no Território de Identidade do Sertão de São Francisco e sua ação se dá em seis eixos interligados, são eles: 1. Terra – o foco é contribuir nas discussões e intervenções das entidades representativas dos povos e comunidades tradicionais no sentido de que tenham acesso a terra, com condições de produção e titulação;

2. Água – trabalham a difusão e implantação de tecnologias sociais de captação das águas de chuvas, numa perspectiva de estocagem para consumo e produção, além das instruções necessárias sobre os cuidados com a sanidade da água de consumo;

⁴⁷ Disponível em: <<http://www.irpaa.org/modulo/publicacoes/cartilhas-livros>>

⁴⁸ Disponível em: <<http://www.irpaa.org/modulo/portugues>>.

3. Produção – trabalham na construção de outro referencial para a relação homem – natureza, seja por entendimento e também por experimentação de boas práticas de produção e comercialização apropriadas ao semiárido, respeitando a vocação de cada lugar.

4. Fortalecimento da agricultura familiar, que é um dos principais objetivos da atuação do IRPAA. Neste eixo desenvolvem Assessoria Técnica de Extensão Rural – ATER, sob a ótica da Convivência com o Semiárido, adequada às características de cada região, entendendo o trabalho de assessoria como educativo, continuado e interativo.

5. A Educação que é considerada um dos pilares do trabalho da organização. Neste sentido, buscam se articular com outras organizações e redes que trabalham a perspectiva da educação contextualizada, com a inclusão nos livros didáticos do ensino fundamental, de uma apresentação do semiárido, destacando as riquezas da sua cultura, da fauna e da flora. O Instituto apoia jovens, indicados por organizações associativas de trabalhadores rurais e da agricultura familiar, que se deslocam para Juazeiro com a finalidade de ingressar nas universidades públicas e cursos técnicos, vinculados ou não as ciências agrárias. Esses jovens, enquanto estudam moram em repúblicas dentro do Centro de Formação Dom José Rodrigues, onde aprendem diariamente a gerirem as principais técnicas alternativas de Convivência com o Semiárido.

6. A Comunicação é também um eixo fundamental da instituição, pois trabalha na mobilização social, sistematização de experiências, promoção das iniciativas de comunicação locais e difusão da proposta de Convivência através de peças e instrumentos próprios deste campo, como publicações, cartilhas, vídeos, boletins, programas de rádio e redes sociais.

Um pilar importante da atuação do IRPAA é a Caatinga. A organização trabalha a formação e a experimentação de boas práticas produtivas, adequadas ao semiárido, que contribuam efetivamente para manter a Caatinga “em pé”, o que significa mantê-la preservada e consequentemente produtiva. O Instituto tem empreendido ações de (re)caatingamento⁴⁹ junto com comunidades agropastoris e extrativistas no Sertão de São Francisco, no sentido de prevenção e de reversão da desertificação nessas áreas (SCHISTEK, 2015).

O IRPAA foi estruturando sua missão, eixos e ações prioritárias processualmente, na medida em que foram aprofundando os estudos e experiências sobre como viver e produzir no semiárido. A primeira década de existência do Instituto, de acordo com relatos históricos dos

⁴⁹O projeto de Recaatingamento busca capacitar as famílias das comunidades de Fundo de Pasto em conservação e recuperação do ambiente onde eles vivem. Através dos Cursos e Oficinas, mais de 308 produtores rurais dos Fundos de Pasto serão capacitados para serem agentes ambientais.

membros fundadores da organização, foi dedicada a uma imersão pela região. Esta possibilitou compreender que existem multiculturalidades dentro do semiárido, que influenciam as formas diferenciadas de conviver com os desafios do clima quente e seco. Tal percepção, constituiu a base para formulação do termo Convivência com o Semiárido. Aliado ao trabalho de difusão desta perspectiva, o IRPAA passou a trabalhar também na (re)construção da identidade do sertanejo, antes diluída como apenas nordestino, buscando apresentar esse morador do semiárido, enquanto cidadão de direitos, com cultura própria, resistente, sábio, cheio de fé e esperança (SCHISTEK, 2015).

Um dos grandes apoiadores da proposta de Convivência com o Semiárido, Dom José Rodrigues, também considerado o “Bispo dos Excluídos”, por sua opção preferencial pelos mais pobres, esquecidos dos governos, expropriados dos seus direitos e sem terras. Para Dom José “o problema do semiárido não era a seca, mas sim a cerca”, fazendo menção ao problema da concentração fundiária (SCHISTEK, 2015).

A compreensão do IRPAA e das organizações que começaram a trabalhar a perspectiva da Convivência com o Semiárido era de que não bastava só realizar formações e intercâmbios entre os trabalhadores rurais para aperfeiçoar a lida com a terra, plantios e criações de animais, fazia-se necessário desenvolver propostas adequadas à realidade do agricultor familiar e a própria natureza, que viesse a beneficiar a coletividade e gerações futuras.

Uma das aprendizagens da imersão no semiárido feita por membros do IRPAA, foi a de que existiam formas diferenciadas de lidar com os desafios impostos pelas estiagens. Segundo Haroldo Schistek (2015), essa constatação se deu numa das longas viagens pelo sertão executadas por membros do Instituto, onde viram de perto a fome e o desamparo em inúmeras comunidades, mas que também se deparou com localidades onde as feiras locais eram ativas e funcionavam normalmente, contrastando com a paisagem de seca do entorno. No entanto, ao observarem melhor perceberam que existiam cataventos que bobeavam as águas de poços, pequenas plantações e criação de animais por toda parte. Naquele momento, tiveram contato com uma forma peculiar do sertanejo resistir aos efeitos dos períodos de estiagem, que era a produção em áreas coletivas, com poços perfurado e criação de animais soltos nos fundos de pasto. De acordo com Alcântara e Germani (2009), pode-se entender o Fundo de Pasto

como uma experiência de apropriação de território típico do semi-árido baiano caracterizado pelo criatório de animais em terras de uso comum, articulado com as áreas denominadas de lotes individuais. Os grupos que compõem esta modalidade de uso da terra criam bodes, ovelhas ou gado na área comunal, cultivam lavouras de subsistência nas áreas individuais e praticam o extrativismo vegetal nas áreas de refrigério e de uso comum. São pastores, lavradores e extrativistas. São comunidades tradicionais, regulamentados internamente pelo direito consuetudinário, ligados por

laços de sangue (parentesco) ou de aliança (compadrio) formando pequenas comunidades espalhadas pelo semiárido baiano (ALCÂNTARA E GERMANI, 2009, 13-14).

Essas áreas de fundo de pasto são de uso coletivo e localizam-se nos fundos de antigas fazendas. Segundo Ferraro Jr e Bursztyn (2010), as informações são imprecisas quanto a origem das comunidades de fundo de pasto. Acredita-se que tenham sido iniciadas ainda no período de ocupação do nordeste e do semiárido, onde a maioria dessas comunidades, caracteristicamente pastoris, ocuparam as terras devolutas, originadas de grandes fazendas desmembradas ou compradas das sesmarias originais. Grande parte dos sertanejos que vivem nessas áreas não possuem o título de posse ou qualquer outra documentação das terras ocupadas (FERRARO JR e BURSZTYN, 2010).

Para Alcântara e Germani (2009), as comunidades de Fundo de Pasto podem ser caracterizadas da seguinte forma:

- a) o Fundo de Pasto é uma experiência de produção do espaço típico do semi-árido baiano; b) caracteriza-se pelo criatório de animais em terras de uso comum; c) além de criarem bodes, ovelhas ou gado na área comunal, possuem uma lavoura de subsistência na área individual sendo, portanto, pastores e lavradores; d) há uma articulação (e não somente um somatório) entre a área comunal e as áreas individuais; e) a coesão da comunidade se dá pelos laços de sangue proveniente da linhagem ou de aliança formando ao longo do tempo; f) têm como elementos reguladores das relações sociais o costume e a tradição; g) possuem historicidade, pois formam pequenas comunidades espalhadas pela caatinga, habitando estas terras há mais de um século (2009, p.13).

No Sertão de São Francisco quase todas as comunidades assessoradas pelo IRPAA são caracteristicamente fundo de pasto, e muito já se aprendeu com esse jeito próprio de produzir e viver em condições climáticas, que em alguns momentos se apresentam severas e desafiadoras. A compreensão da cultura do Fundo de Pasto nas incursões do IRPAA, na sua primeira década de existência, contribuiu sobremaneira para que a instituição consolidasse seu direcionamento de trabalho no Território. Depois destes anos percorrendo o semiárido, aprendendo com as diversas experiências de convivência existentes em toda a extensão desta região, observando as dinâmicas, movimentos, participando de fóruns temáticos, divulgando o conceito da Convivência com o Semiárido, tornou-se necessário organizar-se para empreender ações mais concretas nas comunidades sob esta perspectiva.

Assim como o IRPAA, outras organizações da sociedade civil passaram a trabalhar cada vez mais esta perspectiva da Convivência com o Semiárido nos projetos que desenvolviam. Sentiu-se então, a necessidade de realizar ações ligadas à causa da preservação e promoção do semiárido, com políticas públicas adequadas, a partir da união de organizações diferentes, com

missões distintas, mas que tinham em comum a compreensão e a disposição para trabalhar em prol da convivência com o semiárido, o que traria qualidade de vida à população sertaneja.

Diante dos graves problemas recorrentes no semiárido, como a insegurança alimentar grave (fome), miséria e extrema pobreza, além dos conflitos oriundos da concentração de terras, ação dos “coronéis”, desmatamentos, a ausência do Estado só concorria para perpetuar esta situação. Era preciso trabalhar de maneira articulada para denunciar e romper o ciclo dos investimentos direcionados apenas às grandes obras, e que só favoreciam a expansão da industrialização no campo.

Não havia perspectivas de políticas públicas estruturantes e preventivas para atravessar as longas estiagens ou mesmo para promover a agricultura familiar. As ações emergências do Estado seguiam os velhos padrões que só fortaleciam a indústria da seca, com a utilização de carros pipas, distribuição de cestas básicas, ou seja, ações assistencialistas, descontinuadas, descontextualizadas, que só contribuíam para a manutenção da situação de dependência e subjugação.

Todas essas constatações, de acordo com registros e depoimentos de membros do IRPAA, foram motivadoras para ações políticas coletivas, discussões sobre metodologias, e também para intercambiar experiências no sentido de conhecer e empreender em alternativas que possibilitassem acesso a água para consumo e produção na região. Esse movimento se ampliou, aprofundou conhecimentos e experimentou a realização de ações conjuntas, respeitando a autonomia de cada instituição.

Na década de 1990, essas ações políticas que reunia coletivos de entidades atuantes no semiárido passaram a acontecer com mais frequência, a exemplo do Fórum Seca (1991) em Pernambuco, a Articulação no Semiárido Paraibano (1993), a ocupação da SUDENE (1993), o Forcampo (1994) no Rio Grande do Norte, dentre outros que foram se reproduzindo pelos outros Estados do Semiárido e se ampliando com a participação das organizações de trabalhadores rurais. Assim, no ano de 1999, ocasião em que foi realizada em Recife a 3^a Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3), as organizações que já atuavam no semiárido decidiu fazer o Fórum Paralelo da sociedade civil organizada. Essa foi uma iniciativa de grande importância, pois deu visibilidade aos problemas enfrentados no semiárido brasileiro. Além disso, foi nesta oportunidade que as entidades ali reunidas se consolidaram enquanto uma Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), lançaram a Declaração do Semiárido e a proposta de elaboração do Programa 1 Milhão de Cisternas (ASA, 2009).

4.2 – A ASA e os caminhos da Convivência com o Semiárido

A ASA é uma rede de gente, que atualmente congrega mais de três mil organizações da sociedade civil de diversas naturezas como sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG's, Oscip, etc, e compreende os 10 estados que atualmente compõem o Semiárido Brasileiro (MG, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI e MA)⁵⁰. Segundo Francisco Whitaker (1993) numa rede

seus integrantes se ligam horizontalmente a todos os demais, diretamente ou através dos que os cercam. O conjunto resultante é como uma malha de múltiplos fios, que pode se espalhar indefinidamente para todos os lados, sem que nenhum dos seus nós possa ser considerado principal ou central, nem representante dos demais. Não há um “chefe”, o que há é uma vontade coletiva de realizar determinado objetivo (WHITAKER, 1993).

O objetivo principal que une a diversidade de organizações que compõem a ASA é a difusão e implantação da proposta de Convivência com o Semiárido. A Articulação adota metodologias participativas e de incremento aos debates sobre as problemáticas prevalentes no semiárido e também sobre as alternativas de superação destas, a pequeno, médio e longo prazo. A ASA trabalha a perspectiva de um semiárido vivo, rico e cheio de possibilidades, onde os seus moradores sejam reconhecidos como cidadãos e cidadãs com direitos garantidos constitucionalmente (ASA, 2009).

Na Declaração do Semiárido, lançada na 3^a Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3), a ASA apresentou as bases do Programa de Convivência com o Semiárido, que tinha como premissas “a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semiárido; e a quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção”. Naquele momento, o Programa foi estruturado em seis perspectivas: “conviver com as secas, orientar os investimentos, fortalecer a sociedade, incluir mulheres e jovens, cuidar dos recursos naturais e buscar meios de financiamentos adequados”⁵¹.

A Articulação desde a sua criação, apresentou-se comprometida com a mobilização em prol da formulação de políticas públicas adequadas para o semiárido brasileiro, considerando as particularidades do clima predominante, a cultura do seu povo, a riqueza dos biomas Caatinga e Cerrado, assim como suas potencialidades produtivas. A proposta de atuação da ASA vai além da implantação de tecnologias para reservar águas das chuvas, se propõe a

⁵⁰ Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/histori>>

⁵¹ Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/DECLARACAO_DO_SEMI-ARIDO.pdf>

contribuir para resgatar a identidade da população desta região, invisibilizada pela história e estigmatizada pela sociedade. A Articulação manifesta com essa postura o seu compromisso de ressignificar a imagem e o simbólico construído sobre o semiárido.

A missão adotada pela rede foi a de “fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a Convivência com o Semiárido, referenciado em valores culturais e de justiça social”⁵². Neste enunciado a ASA demonstra o caminho que quer percorrer e o seu horizonte de atuação. Em suas manifestações, seja nas ruas, nos debates, audiências com poder público, cartas abertas, documentos políticos ou exposições de motivos, a ASA se disponibiliza a contribuir na construção de outro paradigma de desenvolvimento para a região, com foco no protagonismo dos sertanejos, e com especial atenção à agricultura familiar (ASA, 2009).

A ASA entende que promover o acesso a água e à terra se constitui condição essencial para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional na vida dos sertanejos, e propaga a necessidade de que as políticas públicas funcionem numa perspectiva de integralidade para todos os povos indiscriminadamente, e que considere as diferenças e a diversidade cultural que compõe cada lugar.

No ano de 2002, a ASA foi instituída enquanto pessoa jurídica de direito privado, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sob o nome Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC). Esta institucionalização da rede foi necessária para facilitar o processo de estabelecimento de convênios com o Governo Federal e outros organismos a exemplo de Bancos e Agências da Cooperação Internacional. Naquele momento, foram definidos os seguintes objetivos para a AP1MC:

- I. Implantar programa de convivência com o semiárido baseado em processos e dinâmicas da cultura de estoque: de água para consumo humano na família, escolas e espaços comunitários, produção de alimentos e dessedentação animal, por meio de tecnologias sociais variadas como cisternas e outras; de sementes vegetais e animais gerenciadas através de casas ou bancos de sementes familiares e/ou comunitários; manejo e conservação da agrobiodiversidade do Cerrado e da Caatinga, numa perspectiva agroecológica; de alimentos para os animais; visando a convivência com o semiárido, o combate à desertificação e a erradicação da pobreza rural; II. Atuar na perspectiva da educação contextualizada, assessorando e desenvolvendo ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e formação de educadoras e educadores, construindo com as famílias, a partir de suas práticas, numa dimensão agroecológica, de equidade de gênero e envolvimento da juventude, conhecimentos que ampliem e aprofundem a convivência com o semiárido; III. Promover a cidadania e o fortalecimento das entidades da sociedade civil para o trabalho em redes e parcerias voltadas à consecução destes objetivos; IV. Atender a região semiárida dos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe⁵³.

⁵² Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos>>

⁵³ Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/ap1mc>>

Ao longo dos 17 anos de atuação da ASA, os impactos dos trabalhos realizados no semiárido, repercutiram e ainda repercutem no Brasil e na comunidade internacional de forma positiva. A paisagem da região vem se modificando e já não é mais a mesma de outros tempos. Nos dias atuais, com a realidade de uma estiagem que já vai para o sétimo ano, o povo sertanejo tem conseguido resistir com dignidade, principalmente pelo fato de terem conseguido acessar tecnologias de armazenamento de água.

Tomando, por exemplo, o território do Sertão de São Francisco, mais especificamente os quatro municípios percorridos para concretização da pesquisa que balizou a presente dissertação, foi possível ver a caatinga ainda de pé e preservada em algumas localidades, umbuzeiros produzindo e a criação de caprinos soltos por todos os lados. A constatação é de que o clima quente e seco realmente não é um fator impeditivo da vida e da prosperidade no semiárido, desde que existam políticas públicas que funcionem de forma integrada e pactuada com a sociedade civil em geral, respeitando as culturas locais, os saberes populares e ancestrais dos povos e comunidades tradicionais, a soberania alimentar e a vocação produtiva de cada região.

Para ASA, o maior reconhecimento do trabalho realizado, está na melhoria das condições de vida do sertanejo, na respeitabilidade da sociedade para com o povo do sertão, o que vem sendo reconstituído aos poucos, pois entende-se que mudança de mentalidade demanda tempo e trabalho de desconstrução progressiva de valores e comportamentos cristalizados ainda no processo de ocupação do Nordeste. O trabalho da Articulação com potencialidades diversas, vai além das fronteiras temáticas e geográficas, colocando-se num cenário de debates mais amplos. A ASA se dispõe a pensar e construir criticamente, as bases do desenvolvimento sustentável para o semiárido, no país e no mundo, considerando que assuntos como água, terra, vegetação, segurança alimentar são pautas mundiais.

Neste sentido, a Convivência com o Semiárido representa um marco fundamental para se construir um modelo de desenvolvimento que se contraponha ao vigente com ações concretas, que demonstre a viabilidade, a riqueza desta região e do seu povo. Estabelece como foco a busca da sustentabilidade na relação homem – meio ambiente, considera e valoriza a diversidade cultural, as identidades dos povos e comunidades tradicionais, as especificidades e potencialidades de cada território, a promoção e incentivo a estruturação de atividades econômicas dentro de uma perspectiva solidária, apropriada e consonante com a sustentabilidade ambiental (SILVA, 2006).

Para Roberto Marinho Silva (2006), a Convivência com o Semiárido não se resume a um conjunto de técnicas e metodologias destinadas a melhoria das condições de vida dos sertanejos, isso porque ela

é uma proposta cultural, que visa contextualizar saberes e práticas (tecnológicas, econômicas e políticas) apropriados a semiaridez, reconhecendo a heterogeneidade de suas manifestações sub-regionais, considerando também as compreensões imaginárias da população local sobre esse espaço, suas problemáticas e alternativas de solução que foram sendo construídas e desconstruídas ao longo da história de sua ocupação (SILVA, 2006, p. 226).

A Convivência com o Semiárido tem o potencial de construir a base do desenvolvimento sustentável, através da ressignificação ou mesmo da reinvenção desta região no imaginário coletivo. Os símbolos conformados nos inconscientes não só dos sertanejos, mas de toda a sociedade, os processos históricos de negação e segregação de direitos dos povos indígenas, quilombolas, agricultores, camponeses, ainda estão presentes nas relações sociais e são reforçados pelos poderes instituídos.

Segundo Roberto Marinho Silva (2006, p. 220), “a sustentabilidade do desenvolvimento tem por base a transformação das relações entre as pessoas e a natureza, buscando harmonia entre o bem-estar do ser humano e o meio ambiente”. Esse é um grande desafio, considerando que mudar referências relacionais requer conhecimento dos padrões culturais natos, e a capacidade de distingui-los daqueles que foram socialmente construídos, para então ressignificá-los.

Empreender na Convivência com o Semiárido significa resgatar e compreender os seus sentidos nos aspectos ambiental, político, econômico, cultural e qualidade de vida. No ambiental, o fundamental é promover a religação do homem e da mulher com o meio ambiente, condição para o manejo sustentável dos recursos naturais e tecnologias apropriadas ao semiárido. O político, refere-se ao processo de mobilização da sociedade e dos governos para a conquista de políticas públicas apropriadas e direcionadas para superação das desigualdades sociais no campo. Na dimensão econômica, a Convivência “é a capacidade de aproveitamento sustentável dos recursos naturais e culturais em atividades produtivas e apropriadas ao meio ambiente”. O aspecto cultural deve articular os saberes e as práticas na intervenção feita no semiárido. E o da qualidade de vida na Convivência se baseia no viver bem em comunidade e em harmonia com o seu lugar, ter acesso a alimentação adequada e saudável de forma permanente, ter a soberania alimentar reconhecida e respeitada (SILVA, 2006).

4.3 – Estratégias de Convivência com o Semiárido

O Semiárido brasileiro é uma das regiões semiáridas mais chuvosas do mundo, apesar da irregularidade nas chuvas e também dos episódios cíclicos de longas estiagens. Possui uma natureza rica, com ecossistemas que possibilitam um equilíbrio de renovação na vida vegetal e animal. Essas potencialidades da região formam a base para convergência de ações estratégicas de Convivência como o Semiárido.

A ASA desenvolve estas ações no Semiárido, sob a lógica da cultura do estoque, a partir da implantação participativa de tecnologias simples e acessíveis, que garantem o acesso a água, ao alimento e às condições para produzir e viver na região em condições dignas. Para conceber essas tecnologias foi necessário realizar antes diagnósticos, análises, projeções de custos, estudos de viabilidade e metodologias que facilitassem a participação dos agricultores familiares em todo o processo de elaboração e implantação destas tecnologias.

Nas pesquisas e observações iniciais, observou-se que um dos grandes problemas do semiárido era a perda das águas das chuvas, por causa da rápida evaporação. Avaliou-se que as aguadas e barreiros eram muito rasos, e que por isso não retinham as águas por muito tempo. Além disso, não havia formas, nem era costume reservar água para beber e cozinhar em grande quantidade próximo às casas, situação que penalizava principalmente as mulheres que caminhavam quilômetros debaixo do sol forte, com latas de água na cabeça. Essas águas não eram tratadas, mas apenas coadas e acondicionadas em potes grandes de barro, no interior das cozinhas.

Dentre os estudos e observações realizados para fundamentar as estratégias de Convivência com o Semiárido, também foi feito um cálculo aproximado sobre a necessidade mínima de água para o consumo (beber e cozinhar) em uma propriedade, resultando nos dados sistematizados no quadro 7.

Quadro 07 – Consumo mínimo de água no Semiárido por unidade

UNIDADES	LITROS POR DIA	LITROS POR MÊS	LITROS POR 8 MESES
Gado	53	1.590	12.720
Cavalo / Jumento	41	1.230	9.840
Cabra / Ovelha / Porco	6	180	1.440
Galinha	0,2	6	48
Criança / Mulher / Homem	14	420	3.360

Fonte: GNADLINGER (2011)

Ao cruzar essas informações com outras sobre as ocorrências cíclicas de estiagem no sertão, concluiu-se que era preciso primeiramente pensar formas de estocar e garantir a água para consumo. Viu-se também, que era necessário repensar prioridades nas criações de animais, face a escassez desse recurso, procurando identificar o que era mais adequado em termo de criação, considerando os baixos custos e adaptabilidade às condições climáticas e aos recursos disponíveis.

A água enquanto um alimento essencial à sobrevivência, precisa de uma atenção especial quanto ao tratamento, pois uma das principais questões apontadas pelos agentes comunitários de saúde diz respeito a importância de tratar a água, de forma adequada para evitar doenças provocadas pela ingestão do líquido contaminado. Neste sentido, viu-se como necessário desenvolver um processo de formação contextualizada sobre a gestão do uso e sanidade da água colhida.

4.3.1 – Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC) – “Primeira Água”

No início dos anos 2000 foi lançado o Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC), como a primeira iniciativa do Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semiárido, que contou com o apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA), em dois convênios subsequentes. Os recursos foram direcionados para a construção de cisternas domiciliares de placas, com capacidade para captação de 16.000 litros de águas das chuvas (ASA, 2003).

O sistema simples e com baixo custo foi criado por um pedreiro aposentado, Sr. Manoel Apolônio de Carvalho, natural do estado de Sergipe, morador da cidade de Simão Dias, próximo a divisa com a Bahia. A cisterna de placas tem um formato cilíndrico e possui uma cobertura para evitar a evaporação da água. Essa estrutura geralmente é implantada nas proximidades da cozinha da casa, de forma a facilitar o acesso para a água. A captação das chuvas se dá por meio de um sistema de calhas e instalado no telhado da casa ligado à cisterna por canos plástico pvc⁵⁴.

A instalação da cisterna é precedida por um processo de mobilização que envolve as organizações locais na identificação das famílias que atendem aos critérios preestabelecidos, baseados em índices, estatísticas e pesquisas oficiais, a exemplo do IDH⁵⁵, PNAD/IBGE, Data

⁵⁴ PVC é a sigla inglesa de “Polyvinyl chloride” que em português significa Policloreto de polivinila (ou policloreto de vinil), um plástico também conhecido como vinil. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/pvc/>>

⁵⁵ IDH - Índice de Desenvolvimento Humano.

SUS⁵⁶ e CadÚnico⁵⁷. Consideram-se também as varáveis de gênero, geração e pessoas com deficiência na escolha das famílias e todo o processo é participativo (ASA, 2003).

A partir da identificação das famílias, se inicia a formação baseada na Convivência com o Semiárido e Gerenciamento de Recursos Hídricos, envolvendo as equipes das Unidades Gestoras, as Unidades Executoras, os Pedreiros Instrutores e os executores, e as famílias que recebem a cisternas. Convém destacar que as famílias participam de todo o processo de instalação das cisternas.

No processo de instalação da cisterna um sistema de calhas é instalado no telhado da casa, que precisa ter em torno de 44m², e este é ligado a cisterna, localizada próxima a casa. Para a captação de águas das chuvas é preciso sempre fazer sempre uma revisão para verificar se estão bem instaladas, e também cuidar da limpeza. A cisterna também precisa dos mesmos cuidados, e deve ter no seu interior um pouco de água para que não resseque. Ao caírem os primeiros minutos de chuvas, é preciso ignorar essas primeiras águas captadas pelas calhas, pois elas trarão a poeira e as sujeiras do telhado. Depois de alguns minutos de caídas da chuva é que se faz a ligação dos canos, para que as águas caiam na cisterna de consumo, que possuem a capacidade de guardar até 16 mil litros, e pode durar de 6 a 8 meses, a depender do fluxo e destino de uso (ASA, 2009).

No processo de mobilização comunitária para implantação das cisternas é feita uma formação para gestão do uso da água, que aborda a perspectiva da Convivência com o Semiárido e foca nos cuidados com o tratamento desta com a aplicação do hipoclorito de sódio e/ou água sanitária. O manejo da água de cisterna deve ser feito com balde específico para esta finalidade, de forma a evitar contaminação. A manutenção básica que deve atentar para a importância de manter a cisterna vedada, para evitar a entrada de pequenos animais. O entorno deve ser mantido limpo e cercado para que os animais não se aproximem e depositem seus dejetos, perto da cisterna.

O P1MC vem funcionando desde 2003 com apoio do governo federal, que no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria criou o Programa Água Para Todos, por onde os convênios estabelecidos com a ASA passaram a funcionar. O Programa das Cisternas foi reconhecido como uma política pública voltada para garantir o acesso à água no semiárido, e com isso contribuir para promover a Segurança Alimentar e Nutricional das famílias sertanejas. Durante

⁵⁶ SUS – Sistema Único de Saúde.

⁵⁷ O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no País. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2010/03/cadunico>>

oito anos o trabalho de construção das cisternas de placas no sertão foi intenso e vem contribuindo para a gestão de uma revolução silenciosa e firme, que serviu inclusive para abalar um pouco a indústria da seca. Quando o governo de Luiz Inácio Lula da Silva declarou apoio a construção das cisternas, deu um passo importante para possibilitar o acesso à água aos sertanejos, enquanto um direito.

No ano de 2011 a ASA, principal executora do Programa das Cisternas, vivenciou uma forte crise, pois teve anunciado pelo Governo Federal, através do MDS – Ministério de Desenvolvimento Social, a suspensão dos convênios em vigência naquele período, ação que viria impactar negativamente no processo de gestão local do Programa. Paralelo a este ato, o Governo anunciou a aquisição de mais de 300 mil cisternas de polietileno, conhecidas no semiárido como cisternas de plástico. Este ato só agravou a crise entre a ASA e o MDS.

O Governo fez as primeiras entregas das cisternas de polietileno através da CODEVASF⁵⁸, sob protestos organizados em todo o semiárido, através da força de capilaridade da ASA. Esta por sua vez, estruturou e lançou a campanha “Cisternas de Plástico/PVC – Somos Contra” na 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada na Bahia em novembro de 2011.

As principais críticas às cisternas de plásticos apresentadas pela ASA, falavam da sua inadequabilidade ao clima quente e seco, ela deforma se exposta durante muito tempo a altas temperaturas, conforme demonstra a Figura 8, o custo era alto, com a unidade em torno de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), enquanto que a de placas, além de ser adequada por se tratar de uma estrutura de alvenaria, tinha um custo total de R\$ 2.080. A manutenção das cisternas de placas poderia ser feita por um pedreiro, já a de plástico seria feita por empresa privada licitada pela CODEVASF, o que propiciaria o fortalecimento da indústria da seca.

Figura 08 – Cisterna de polietileno deformada pelo clima quente no Cedro – Ceará - 2012



Fonte: imagem extraída do site da ASA (2016)

⁵⁸ CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco.

No mês de dezembro de 2011, pouco antes do Natal, a ASA mobilizou mais de 15 mil pessoas, segundo seus registros, e fechou a ponte Presidente Dutra que liga Juazeiro e Petrolina. A maioria expressiva era de agricultores familiares que já tinham recebido a cisterna do P1MC e também os que estavam cadastrados para receber. Essa manifestação repercutiu fortemente dentro do Governo e contribuiu para reverter o processo de suspensão dos convênios, os quais foram reestabelecidos.

Atualmente, a realidade dos convênios está bastante complicada, pois em pleno processo de execução destes houveram cortes substanciais nos orçamentos entre 2016 e 2017, principalmente após o impeachment de Dilma Rousseff e posse do então vice-presidente Michel Temer em 2016. Esse fato tem penalizado os agricultores familiares cadastrados que ainda aguardam a chegada da primeira água, principalmente nas localidades mais esparsas do sertão.

A ASA segue resistindo e tem como meta universalizar a água no sertão, e para alcançar isso, projeta que serão necessárias 1 milhão e 500 mil cisternas. Recentemente, a Articulação retomou o processo de captação de recursos junto à Cooperação Internacional, para não deixar parar os fluxos de construção das cisternas. Os convênios estão em fase de finalização, com algumas promessas do MDS de que haverá outros editais, mas essa perspectiva ainda não está confirmada.

Convém ressaltar como importante conquista para o semiárido baiano e para ASA, o lançamento da Lei nº 13.572 de 30 de agosto de 2016, que institui a Política Estadual de Convivência com o Semiárido e o Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido na Bahia. Essa política foi elaborada a partir da realização de reuniões, oficinas e seminários de trabalho, envolvendo sociedade civil e poder público. Outra importante conquista foi a criação da Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia – SDR, que de acordo com o artigo 6º da Lei 13.204/2014

tem por finalidade formular, articular e executar políticas, programas, projetos e ações voltadas para a reforma agrária e o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, nela incluídos os meeiros, parceiros, quilombolas, populações indígenas, assentados da reforma agrária, trabalhadores rurais, fundo de fechos de pastos, pescadores, marisqueiros, ribeirinhos, dentre outros, tendo como princípios norteadores a agroecologia, rede solidária de produção e comercialização, desenvolvimento sustentável, gestão e controle social das políticas públicas (BAHIA, 2014).

Considera-se que avanços nos marcos legais e no executivo são importantes no processo de construção das políticas públicas adequadas e necessárias ao semiárido baiano. No entanto, a efetivação de uma lei requer mobilização permanente e controle social, para que de fato sejam concretizados os compromissos firmados.

A ASA mantém em seu site um contador em tempo real das cisternas de consumo do P1MC finalizadas. Até o dia 21/08/2017 já foram construídas 605.094 cisternas de consumo, beneficiando mais de 3 milhões de pessoas no semiárido brasileiro. As famílias que receberam essas cisternas, relatam as melhorias proporcionadas por esta tecnologia, sendo que a primeira delas é ter a água limpa para beber perto de casa. As mulheres são as que mais relatam os benefícios do acesso rápido e fácil da água, e dizem que a cisterna tirou a “lata de água” da cabeça delas e colocou a água praticamente dentro de casa.

A primeira água foi um exemplo fundamental no que se refere a viabilidade de soluções simples, com baixo custo e adequadas para enfrentar o desafio da escassez de água. No entanto, observou-se que a água destinada ao consumo da família e para cozinhar, vem sendo destinada a dessedentação animal, à lavagem de roupas, da casa e também para o banho, fazendo com que a água das chuvas dure menos de seis ou cinco meses. Diante dessa questão, a ASA começou a pensar outros sistemas de captação das águas das chuvas que atendessem a todas as demandas das famílias, de uma forma complementar e interligada. Neste sentido, após estudos e intercâmbios de experiências, o IRPAA encampou essa discussão dentro da ASA, e propôs projetar a segunda água, conhecida como água de produção, posteriormente chamada de Programa 1 Terra e 2 Águas (P1+2).

4.4 - O P1+2⁵⁹ e a Segurança Alimentar e Nutricional no Semiárido

O P1+2 é uma tecnologia de captação das águas de chuvas, que tem como objetivo “promover a Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores do semiárido brasileiro, através da produção de alimentos com base em tecnologias apropriadas à região, visando o desenvolvimento sustentável local e a geração de renda”⁶⁰.

O significado de 1 terra para produção, se pauta na necessidade de garantir o acesso a terra, com tamanho adequado para desenvolver processos produtivos dentro da perspectiva agroecológica e ao mesmo tempo ter uma parte reservada à preservação. As 2 águas são as cisternas de placas para consumo com capacidade de 16 mil litros (beber e cozinha) e a cisterna de produção com capacidade de armazenar 52 mil litros ou mais, destinados a dessedentação animal e produção de alimentos, seja animal e/ou vegetal, dependendo da potencialidade e cultura de cada lugar.

⁵⁹ As informações deste item sobre o P1+2 e as tecnologias de captação e armazenamento de águas das chuvas, foram consultadas nos sites da ASA e do IRPAA.

⁶⁰ Disponível em <<http://www.irpaa.org/>>

O IRPAA foi uma das entidades precursoras do P1+2 dentro da ASA. Esta proposta foi adaptada do Programa 1-2-1, desenvolvido na China (1 área de captação de água de chuva, 2 cisternas de armazenamento para a água captada e 1 terra para plantação de culturas alimentares comercializáveis). O primeiro projeto demonstrativo do P1+2 foi executado pela ASA no ano de 2007 em 60 municípios, beneficiando cerca de 818 famílias, distribuídas pelos 10 estados do Semiárido.

A água de produção ou segunda água, chegou às comunidades como uma proposta concreta para melhoria das condições de Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores familiares, porque a sua finalidade principal era a produção de alimentos. Os objetivos do P1+2 são:

promover a soberania e a segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras e fomentar a geração de emprego e renda para as mesmas. A estratégia para alcançar esses objetivos é estimular a construção de processos participativos para o desenvolvimento rural do Semiárido brasileiro⁶¹.

A repercussão do experimento foi positiva, e contribuiu para ampliar as discussões e estudos sobre tecnologias que garantissem o acesso à agua para produção, como um caminho concreto para a melhoria das condições de segurança alimentar e nutricionais da população sertaneja. Com apoio do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional e de outras redes parceiras a proposta foi apresentada ao Governo Federal, que por sua vez criou linhas de financiamento para implantação do P1+2 no semiárido.

O IRPAA, enquanto um dos principais defensores da proposta, contribuiu para o desenvolvimento de metodologias e dinâmicas, capazes de facilitar o processo de concepção de tecnologias adequadas ao armazenamento de águas das chuvas, que não eram restritas à estrutura de uma cisterna de placas ou alvenaria. Para isso, foi feito um levantamento a partir dos saberes dos agricultores familiares, sobre as maneiras possíveis de se reservar água aproveitando os recursos da natureza.

A partir das sistematizações feitas sobre as experiências conhecidas nas imersões de campo, e dos estudos sobre as possibilidades de potencializar essas ideias, a ASA passou a trabalhar na implantação das seguintes tecnologias sociais de captação das águas de chuva, conforme Quadro 8.

⁶¹ Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2#objetivo-p1-2>>

Quadro 08 – Tecnologias sociais de captação de águas da chuva para produção

<p>Cisterna-calçadão – É uma tecnologia que capta a água da chuva por meio de um calçadão de cimento de 200 m² construído sobre o solo. Com essa área do calçadão, 300 mm de chuva são suficientes para encher a cisterna, que tem capacidade para 52 mil l. Por meio de canos, a chuva que cai no calçadão escoa para a cisterna, construída na parte mais baixa do terreno e próxima à área de produção. O calçadão também é usado para secagem de alguns grãos como feijão e milho, e raspa de mandioca. A água captada é utilizada para irrigar quintais produtivos: plantar fruteiras, hortaliças e plantas medicinais, e para criação de animais.</p>	
<p>Barragem subterrânea – É construída em áreas de baixios, córregos e riachos que se formam no inverno, que é a época chuvosa no Semiárido. Sua construção é feita escavando-se uma vila até a camada impermeável do solo, a rocha. Essa vila é forrada por uma lona de plástico e depois fechada novamente. Por fim, é construído o sangradouro de alvenaria na parte onde a água passa com mais força e por onde o excesso dela vai escorrer. Dessa forma, cria-se uma barreira que “segura” a água da chuva que escorre por baixo da terra, deixando a área encharcada.</p>	
<p>Tanque de pedra ou caldeirão - É uma tecnologia comum em áreas de serra ou onde existem lajedos, que funcionam como área de captação da água de chuva. São fendas largas, barrocas ou buracos naturais, normalmente de granito. O volume de água armazenado vai depender do tamanho e da profundidade do tanque. Para aumentar a capacidade, são erguidas paredes na parte mais baixa ou ao redor do caldeirão natural, que servem como barreira para acumular mais água.</p>	
<p>Bomba d’água popular – Aproveita os poços tubulares desativados para extrair água subterrânea por meio de um equipamento manual que contém uma roda volante. Quando girada, essa roda puxa grandes volumes de água, com pouco esforço físico. Pode ser instalada em poços de até 80 m de profundidade. Nos poços de 40 m, chega a puxar até mil litros de água em uma hora.</p>	
<p>Barreiro-trincheira – São tanques longos, estreitos e fundos escavados no solo. Partindo do conhecimento que as famílias têm da região, é construído em terreno plano e próximo ao da área de produção. Com capacidade para armazenar, no mínimo, 500 mil litros de água, tem a vantagem de ser estreito, o que diminui a ação do vento e do sol sobre a água. Isso faz com que a água evapore menos e fique armazenada por mais tempo durante a estiagem.</p>	

<p>Barraginha – Tem entre dois e três metros de profundidade, com diâmetro entre 12 e 30 metros. É construída no formato de concha ou semicírculo e armazena água da chuva por dois a três meses, possibilitando que o solo permaneça úmido por mais tempo. A sugestão é que as barraginhas sejam sucessivas. Assim, quando uma sangrar, a água abastece a seguinte. A umidade do solo no entorno favorece o plantio de frutas, verduras e legumes.</p>	
<p>Cisterna-enxurrada – Tem capacidade para até 52 mil litros e é construída dentro da terra, ficando somente a cobertura de forma cônica acima da superfície. O terreno é usado como área de captação. Quando chove, a água escorre pela terra e antes de cair para a cisterna passa por duas ou três pequenas caixas decantadoras, dispostas em sequência. Os canos instalados auxiliam o escoamento da água para dentro do reservatório. Com a função de filtrar areia e outros detritos que possam seguir com a água, os decantadores retêm esses resíduos para impedir o acúmulo no fundo da cisterna.</p>	

Fonte: informações e fotografias extraídas dos sites da ASA, do IRPAA e do acervo da pesquisadora.

As tecnologias apresentadas no Quadro 8, são as mais difundidas, mas existem outras, e os estudos continuam sempre levando em conta as especificidades de cada localidade. Além da difusão destas tecnologias, a ASA desenvolve mais duas ações estratégicas que se relacionam com a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional: o Projeto Cisterna nas Escolas e o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Manejo da Agrobiodiversidade – Sementes do Semiárido.

O projeto Cisterna nas Escolas está voltado para garantir o acesso a água nesses espaços, através de uma cisterna com capacidade de armazenamento de 52 mil litros de águas das chuvas. Os gestores das escolas, juntos aos pais e alunos são envolvidos em momentos formativos para aprender como manter esta cisterna que passa a ser um bem da comunidade.

O Programa das Sementes do Semiárido⁶², lançado em 2015, de acordo com a ASA, “tem sua concepção assentada no reforço das estratégias de resgate e valorização do patrimônio genético, através do fortalecimento das práticas já existentes de auto-organização comunitárias”. Busca despertar nas comunidades a atenção especial para variedade das sementes crioulas (nativas) que compõem os ecossistemas do semiárido, através da cultura do estoque, trabalha a perspectiva de colher, guardar, trocar e partilhar as sementes para os períodos propícios ao plantio. Esse programa se pauta na perspectiva do conhecimento e da

⁶² Disponível em: <<http://asabrasil.org.br/acoes/sementes-do-semiarido>>

preservação das sementes vivas, por meio da caatinga em pé, dos animais adaptados e das culturas apropriadas.

O P1+2, criado em 2007, já tem uma caminhada de dez anos contribuindo para a Convivência com o Semiárido. O IRPAA com sua experiência inicial de aprender a conviver convivendo no semiárido, foi uma das grandes forças que ajudou a criar a ASA. Essa rede de gente, que reúne e articula saberes e forças diversas na construção de um outro imaginário sobre o semiárido, baseado no respeito ao seu povo e sua cultura. Tem como opção preferencial trabalhar com o povo do semiárido, buscando trabalhar a exigibilidade dos direitos de forma participativa, caminhando junto com a agricultura familiar, contribuindo para seu fortalecimento e protagonismo político, negado pela história.

O IRPAA, assim como a ASA, comprehende que é preciso avançar nas proposições quanto ao acesso a água, numa perspectiva de complementaridade e integralidade, com a adoção, implantação e difusão das cinco linhas de luta pela água nas comunidades sertanejas, são elas: 1 – água de consumo (cisterna, tanque); 2 – água da comunidade (barreiros, cacimbas, poços); 3 – água da produção (cisterna, barragens); 4 - água de emergência (poços, açude, barragem); e 5 – água do meio ambiente (chuvas, rios, caatinga preservada) (GNADLINGER, 2011).

O repensar e ressignificar o semiárido já é uma realidade que se concretiza na vida da população que vive nesta região. O P1MC e o P1+2 demonstram a viabilidade do semiárido e ensinam a olhar este espaço de forma holística. A ASA considera que muito ainda há para fazer, até que se consiga implantar um processo de gestão comunitária dos recursos hídricos dentro a perspectiva das cinco linhas, mas o que importa é que o trabalho já iniciou.

5. PERCEPÇÕES DOS AGRICULTORES FAMILIARES SOBRE MUDANÇAS NA SAN APÓS IMPLANTAÇÃO DO P1+2

Neste capítulo estão registradas compreensões e experiências dos agricultores familiares sobre as mudanças ocorridas em suas vidas e nas comunidades onde moram, a partir da implantação das tecnologias sociais de captação e armazenamento das águas de chuvas, mais especificamente o P1+2. Nas entrevistas realizadas, as questões colocadas suscitaram uma reflexão avaliativa sobre o que de fato se modificou na paisagem e na vida das pessoas que vivem no semiárido. Para disposição dos depoimentos, foram organizados dois blocos, um que traz elementos sobre como era antes das cisternas e o outro, sobre as percepções de mudanças depois da implantação destas tecnologias sociais.

Os relatos foram extraídos das gravações feitas nas entrevistas realizadas na imersão de campo. Convém informar que a execução destas, bem como o uso do material coletado, foram autorizadas pelos entrevistados, em cumprimento dos preceitos éticos da pesquisa. Como medida de preservação das identidades, os relatos foram identificados com o uso da letra E (entrevistado), e uma numeração ascendente, que corresponde a cada pessoa com sua fala de contribuição.

Considerando a ocorrência de opiniões e histórias semelhantes entre os entrevistados, foram selecionadas seis entrevistas, com relatos transcritos na íntegra, mas com o devido cuidado, no sentido de que representassem os principais elementos de análise sobre as mudanças ocorridas no semiárido a partir da implantação das cisternas.

5.1 – Antes da chegada das cisternas – “Nos tempos mais difíceis de seca”

Neste primeiro bloco, o propósito foi o de levantar memórias e reflexões sobre como era a alimentação antes da chegada das cisternas de consumo e principalmente da cisterna de produção do P1+2. Nesta seção foram relatadas as dificuldades enfrentadas e também as alternativas para garantir o mínimo de alimentação possível, incluindo água nos períodos de longa estiagem.

Ao analisar os relatos do E1 pode-se observar elementos da cultura alimentar do sertanejo muito presentes, principalmente em tempos de escassez. Além disso, é expresso um conhecimento da caatinga e do que dela pode-se aproveitar como alimento. Tomando por base o conceito de SAN, será possível observar as características da Insegurança Alimentar em suas manifestações moderadas (sem previsão de alimentos em casa) e grave (fome). Além desta

classificação de como se apresentava a INSAN, é possível observar também que as mudanças com relação ao acesso a alimentos, começam a se concretizar quando membros da família conseguem se aposentar, denotando a importância do reconhecimento e viabilização do acesso a direitos como este. Outro elemento forte que apareceu em todas as entrevistas, foi o papel da mulher enquanto a cuidadora da alimentação. Pelas diversas falas, observa-se que sobre as mulheres pesa culturalmente a responsabilidade de alimentar a família de alguma forma e de garantir a água para consumo.

Nós aqui passemos muita dificuldade. Enquanto meus pais não aposentaram, nós passava muita fome. Veio melhorar um pouquinho depois que minha mãe que foi a primeira que se aposentou, foi que a coisa melhorou. Ela tinha aquele dinheirinho todo mês para fazer a feira, mas aqui nós passava muita fome, comia era coisa do mato. Nós aqui comia era xiquexique feito cuscuz, outra vez era assado, minha mãe fazia. Tirava os espinho e o que tem dentro, um miolo, tirava, botava numas varas para secar, pisava e fazia o cuscuz. Nós comia e era bom. E tantas vez nós não tinha era o que comer. Enquanto minha mãe tava dentro de casa pra aqui e pra acolá nós tava era achando que ela ia dar de comer para nós, mas quando nós via ela se sentar a coisa não era boa. Nós saia pro mato e tirava o mel da abelha arapuá, que faz as casas nos paus, comia aquele mel e bebia água, com isso nós dormia e amanhecia o dia deste jeito. Pessemos muito precisão. Minha famflia era toda daqui. Minha mãe morreu com 82 anos e nunca saiu daqui, mesmo tendo passado muita precisão. Os outros meus irmãos caíram fora, mas eu nunca arredei daqui. E há muito meus irmãos diziam que foi eu quem puxou a mãe, que não sai do Bom Socorro. Eu não saio. Se eu no tempo de nova não arrumei nada lá fora, vou arrumar agora? Eu tenho que ficar é aqui, cuidando das coisinhas que eu tenho aqui. Eu digo a todos que aqui chegam que eu de ir embora daqui só para onde está minha mãe acolá (cemitério). Eu não tenho mais para onde ir, eu não posso mais trabalhar, eu tenho que ficar é aqui. Por isto eu digo que foi muito difícil para mim, mas já está um pouco melhor e pode melhorar mais quando a chuva chegar e depois vir uma energia para nós, o governo colocar umas coisas aqui para nós para poder a nossa vivência ser melhor (E1).

Nas palavras de E2, tem-se contato com outra parte da realidade que acometia principalmente mulheres e crianças, que era a de caminhar quilômetros para buscar água em latas e recipientes de plástico. O uso de animais de carga como o jegue, se fazia quando ainda tinha algum de pé e resistente às estradas e caminhos espinhosos dos atalhos percorridos até açudes, aguadas, rios, etc. O acesso a esse bem era escasso e de grande dificuldade. Na maior parte das entrevistas, os relatos se repetem sobre a ausência de políticas públicas que assegurassem água para consumo humano. Restavam aos sertanejos a busca por água nos longos intervalos e breves aparições dos carros pipas, nas comunidades mais próximas às sedes municipais, relegando à própria sorte as famílias que viviam nas comunidades mais esparsas.

Antes das cisternas eu pegava água na cabeça numa cacimba próxima da propriedade e era muito sofrimento. Não tinha água para fazer as coisas dentro de casa, nem pra se lavar direito e agora melhorou muito pra o que era antes. As coisas eram muito difíceis. As vezes a gente caminhava 9 quilômetros para buscar água que a gente usava para beber, cozinhar alguma coisa, se lavar um pouco e lavar roupa (E2).

Sobre o que era possível plantar quando ainda não haviam as cisternas, obteve-se como principais respostas que a maioria dos gêneros eram comprados. Os homens sempre se ocuparam em arar a terra para o plantio de palmatórias e outras folhagens que serviam de alimento para os animais. As mulheres plantavam em pequenos canteiros coentro, alface e outras verduras de produção rápida. Além disso, podiam contar com algumas fruteiras resistentes aos efeitos do clima semiárido como umbuzeiros, pinha, e em alguns lugares até laranja, mas tudo dependia das chuvas, conforme relatos abaixo.

Tudo era comprado antes da cisterna. Nós aqui não tinha condições. Nós plantávamos um coentrinho numas vasilhinhos para ter, mas a maioria era tudo no comércio. Trabalhava aqui e arranjava o pouco que arrumava para ir comprar em Curaçá (E1).

Antes das cisternas se plantava um canteiro de coentro, de alface só na época das chuvas, depois que as chuvas passavam já não podia plantar mais porque não tinha água (E2).

5.2 – Depois das Cisternas – “Mudanças em curso”

Neste bloco estão os relatos de como os entrevistados avaliam as mudanças ocorridas depois da chegada das cisternas. Citam as dificuldades com gestão da água, que ainda é pouco para garantir produção vegetal e animal. Falam da volta do carro pipa, que tem aparecido com frequência nas comunidades, como parte das ações emergências do Governo Federal para o período de longa estiagem.

Eu moro aqui a 42 anos, a cisterna de consumo foi uma das melhores coisas, eu vejo que melhorou muito aqui no município de Curaçá, de 2010 para cá se não é o Irpaa eu acho que essa região aqui de Curaçá estava pior do que é hoje. A cisterna de 52 mil litros tem facilitado a vida de muita gente, mas para dar água a galinha e os cabritos. Eu recebi essa cisterna em 2010 e enchi ela ali de um tanque com um motor, dai eu disse vou ver se dá pra tirar pelo menos um coentro, mas ela só dá para seis meses, só pra verdura, os outros seis meses é seca, inclusive tá seco nesse período agora. Eu boto água de pipa direto, mas tem que ser pago, tem que comprar e agora não aparece nem o pipa, nem para se pagar. Eu tenho muita água, mas a mil metros daqui, tenho um poço, mas não tem um governante, um político que veja, que chegue e diga vou lhe dar os canos pra você encanar a água e trazer até aqui na casa. Eu abasteço lá desse poço, eu botei ele para ser comunitário. Eu abasteço a região de Patamuté todinha, Barro Vermelho, Mundo Novo, São Bento. Tá na minha propriedade, mas eu fiz doação para ser comunitário. Quem quer água chega lá e pega. Com a chegada das cisternas veio mais qualidade para alimentação. Eu acho que trouxe assim, mesmo pelo P1+2 e pela ASA como eu venho acompanhando e que torno a dizer que foi uma organização muito boa, uma ONG que vem dando certo, espero que melhore mais, que os técnicos que estejam em campo vejam isso com mais localizada onde é que tá necessitando de mais ajuda. A cisterna de produção melhorou hoje em dia aqui pra quem quer. Ela não melhorou 50% não, mas melhorou 25% pra quem quer e sabe trabalhar. A única coisa que falta mesmo é que a chuva não vem no período certo, então ela seca e depois que seca tem muita gente que perde a produção e aí não tem mais de onde tirar a água. Mas dá pra sobreviver com um melhoramentozinho porque não vai comprar seu coentro, sua verdura se quiser ter uma verdura boa, sem droga, sem veneno, sem agrotóxico, então dá pra sobreviver. Deu uma melhoradinha, porque

só em pensar a vinte anos atrás um coitado de um jumento com a cangalha nas costas, com 100 ou 150 litros de água em riba, um quilometro não era brincadeira não (E6).

Uma questão que aparece em algumas falas, e sobre a dificuldade de diálogo com o poder público, para garantir direitos e apoios, principalmente nos períodos de longa estiagem.

A gente vive nesse sertãozão um ano, choveu no mês de janeiro de 2016, a gente fica num sertão desse, não tem uma renda de nada porque pra bem dizer a renda aqui é o bode e a galinha. O garantia safra agora tá com aquela frescura pra uns e outros não, nós aqui não temos mais, nós somos cadastrados, mas não tá saindo o garantia safra. Fui lá reclamar duas vezes e eles disseram que tão analisando. Não dão nenhuma explicação e só pediram para esperar até fevereiro (E6).

A gente vive assim lutando, teimando com as cabras, com as ovelhas, as galinhas os porcos. Ração ninguém pode comprar, um saco de milho é 80,00, farelo é 45,00, você tem que tirar tudo da roça, ai você sem renda, você tem que criar, se alimentar e dar comida aos bichos. Chega uma hora que você não nem quem compre um cabrito, mas não que o sertão, a roça teja acabada, teja morta, tá faltando chegar as políticas públicas, os poderosos olhar pra que tá lá que só lembram na hora do voto de dois em dois anos, ao contrário eles não vem, não aparecem, nem querem saber o que é que o produtor rural tá sentindo, e a pessoa tem que ficar se batendo (E6).

Relato das dificuldades enfrentadas no cotidiano, ausência das políticas públicas e a insegurança alimentar.

É doido, é triste as vezes você ver um cabrito morrer ali sem você poder dar comida. Não que você não possa ou não tenha coragem de trabalhar, você tem coragem de trabalhar, mas tem horas que as coisas apertam que chega a farmácia e você não tem o dinheiro para pagar, chega o mercado e você não tem dinheiro para pagar, as vezes não tá passando fome, necessidade, mas na verdade tá com as coisas tudo na ponta do lápis, devendo e você de braços abertos, o que é que eu vou fazer? Acontece comigo. Tem dias aqui que eu amanheço, levanto as 04h e digo e hoje, amanhã é o dia da feira e eu não tenho dinheiro nem para pagar a que fiz. Graças a Deus eu venho dando muita sorte que tá de uns três anos pra cá nem minha mulher, nem minha filha tem adoecido, graças ao meu bom Deus. Eu não adoeço não porque sou forte. Como muita rapadura com carne assada. Mesmo ela empurrando os exames dela pra lá, mas o que falta mesmo aqui no sertão é política, dá pra sobreviver. O sertão é viável, basta o governo ver e saber onde vai aplicar no lugar certo, no lugar que tenha condições e nas pessoas certas. Eu vejo muitas obras, muito dinheiro que o governo investe e manda pra um lugar, manda pra outro. Eu conheço propriedade aí que tem tanta coisa que o governo bota, não sei quantos mil e não tem nada feito e não tem pessoa de precisão. E no lugar que as pessoas quer trabalhar, quer sobreviver e não tem ninguém do governo para ver, então é por isso que eu digo que as políticas públicas não chegam aqui (E6).

Relatos ressaltam a importância do trabalho realizado pelo IRPAA, desde a implantação do P1+2 até a prestação do serviço de ATER.

Eu tiro o chapéu para o Irpaa que desde 2010 que começou a fazer um trabalho, eu mesmo comecei a acompanhar o Irpaa em 2010, sempre tem passado algum diretor pelo Curaçá e sempre tenho me dado bem com eles tudo, mas sempre a todos que tem vindo aqui tenho dito: tá faltando ainda alguma coisa para melhorar mais, tem muito lugar bom no sertão que dá pra fazer uma coisa mais vistosa para o próximo ver que ali naquele lugar dá, agora tá faltando alguém do Governo ver para saber onde vai investir para os produtores terem mais uma animação (E6).

Nós só melhorou mais depois do Irpaa, porque Prefeito aqui não dá a mão a gente não. Antes de chegar a cisterna pegava água numa cacimba, nós bebia água salgada, depois que veio a cisterna nós nunca mais bebemos água salgada. Nós tem a água meio salgada, mas é para as plantas, para dar aos bichos. A gente carregava a água na cabeça da cacimba até aqui em casa, botava um balde na cabeça, hoje nós tem água encanada aqui. Antes do Irpaa aqui o negocio era difícil. Nós falava e ia em Prefeitura e ninguém ajeitava nada, mas depois do Irpaa foi que a coisas melhorou muito aqui para nós (E1).

Entendimento sobre a Agricultura Familiar e o pensamento crítico a respeito da ausência e/ou descompromisso do poder público.

E essa agricultura familiar, eu tenho uma roça ali que dá pra tirar minha renda da agricultura familiar, com o que eu crio e com minha roça, só que esse ano tirei a safra até onde deu, só que na hora que deu sem chuva, sem eu ter mais de onde tirar dinheiro, sem poder comprar óleo, tá lá pra quem quiser ver, praticamente tá abandonada, tô tirando a comida, o resto da comida pros bichos e sem saber na hora que terminar, se não chover o que é que vou fazer. É de lá donde eu arranco a minha batata, o meu aipim, como o feijão, o milho verde e dou comida aos bichos. Tem de um tudo tem um pouquinho, mas chegou um momento agora que não tem, você não tem uma ajuda, sem um salário sem nada, com a seca, sem você achar quer viver do cabrito. Ai não dá pra mantendo a roça e comendo pra comprar minha feira, tenho comprar comida para dar aos bichinhos, minhas galinhas. Então é isso que tá acontecendo no nosso Brasil, no nosso município de Curaçá que eu conheço todinho e falta muita coisa no município, mas é por falta de interesse dos governantes, os desvios dos grandes, muitas coisas. Eu tenho um poço ali. A questão de água, o governo querendo, o federal, o estadual e o municipal se unissem acabaria (E6).

Eu aqui só tenho um salariozinho pra tudo (aposentadoria). O marido ainda não tem o salário, ele só cuida de mim aqui. Até o menino que está aqui mais eu, tava empregado e agora está desempregado e eu tô dando de comer até ver se arruma um emprego por aí. O governo devia trabalhar mais, fazer uns tipos de aguadas pra quando chover, ter uns tanques bom, pra pelo menos ter aquela água até a metade do ano suficiente ali. Aqui temos duas cisternas, uma de beber e a outra calçadão. Eu tenho um barreiro pequenininho que nós é que ajeita ali (E1).

Os relatos a seguir reforçam a importância de ter e poder utilizar mais de uma fonte de água para atravessar a longa estiagem.

Depois da cisterna agente continua plantando até o tempo que a cisterna dura com água, agente continua plantando com a água de poço, mas parece que a água de poço não é uma água igual a da chuva, não é muito salobra, mas contem sal e as plantas não se desenvolvem. Só não morrem, mas não desenvolvem. Aqui tem 4 cisternas, tem a de produção, a de consumo humano são duas e uma mini cisterna de 2 mil litros, mais duas caixas d'água, tem também o barreiro de trincheira. A plantação de hortaliças é bem pouquinha, só para consumo. O bode é uma criação que é o forte porque ele é o banco da gente, porque quando agente precisa vai lá, mas não dá para sobreviver só com ele (E2).

Agente só não planta mais porque a chuva está escassa, as vezes como aqui choveu em janeiro do ano passado, nunca mais choveu, ai a seca tá terrível, a cisterna não aguenta e seca logo e aí tem que diminuir a plantação, tem que tá bem curtinho. No período das chuvas eles (os animais) bebem do tanque (uma caixa d'água). Temos ao

todo 06 fontes de água na propriedade. Se as chuvas for normais, nos meses normais, o barreiro de trincheira dá até dezembro, ele é bom de água, mas como chove só em janeiro e passa esse período e ele seca. Pra ter renda agente vai juntando de um canto e de outro e vai saindo fora. A vida melhorou mais um pouco porque a água ficou mais fácil. Deram o barreiro, deram a cisterna grande, deram uma pequena, as outras nós conseguimos construir por conta própria. Quando acaba a água da chuva tem o poço. Ainda pegamos a pipa para água de beber (E4).

Tem muito poço furado, tem muita comunidade que dá para encanar suas águas, pelo menos pro povo ter para se manter, por que a chuva no sertão cada vez mais ela está escassa, cada vez mais eu que nasci aqui, me criei aqui, andei muito pelo mundo a fora, mas voltei pra minha terra, tava só andando ai que nem um andarilho, mas voltei e aqui tô, eu mesmo muitas vezes já disse que dava vontade de vender tudo, mas eu não tenho mais vocação de sair mais de minha terra, eu trabalhei tanto pra construir, pra poder eu agora sair e abandonar? E quando voltar como é que você vai achar essa situação? (E6).

Quando eu tinha mais coentro vendia por aqui por 1 real, mas não ia para feira de Curaçá não. Naquele tempo ainda dava para comprar coisas por um real, hoje as coisas estão mais cara. A gente chega no mercado para comprar verdura é tudo 4 ou 5 reais, um moe de coentro pequeno agora é 2 ou 3 real. Aqui nesta época que começou esta hora nós vendia de 1 real e era grande, mas hoje cadê água? A chuva não chega para nós ajeitar as coisas, mas assim mesmo eu tô tentando com a água do poço, gastando gasolina, pra vê se a chuva chega e pega eu com minhas plantinhas vivas. Tem delas aí como pinha que no ano passado eu tive um bando de pinha porque choveu. Tem uma graviola ali que ela bota, mas fica pequeninha e ali mesmo ela cai porque a água é pouca e não cresce. Ai dizendo ao menino, mas o menino fica dizendo que eu gasto muito com gasolina e com estas plantas, não tá dando retorno e eu digo meu filho eu tô fazendo isso porque eu gosto de ter minhas plantas e mesmo as chuvas tão pra chegar, e Deus ajudando que ache elas vivas quem sabe nós não tem outras frutas de novo (E1).

Críticas ao papel reducionista das instituições associativas e representativas dos trabalhadores rurais.

Sou vice presidente da associação, faço parte do sindicato, mas eu vejo hoje o sindicato e a associação com a crise que eu vejo eles passando. O sindicato, o trabalhador rural precisa pagar o sindicato pra sobreviver na hora que vai se aposentar ou receber um benefício, mas praticamente até você chegar lá e conseguir e dizer pro sindicato vamos, a gente precisa de ir em tal lugar hoje, vamos ver se a gente consegue, é muito difícil. Nunca tem tempo, é uma burocracia, não dá pra ir hoje, sempre tem essas coisas. A associação que eu faço parte, onde sou vice presidente, é uma associação até grande, bem encaminhada que poderia até se conseguir as coisas. Como fica aqui em outra comunidade meia mais local, mas na hora que a gente diz vamos atrás, brigar por esse interesse, os outros, a maioria do povo não quer ir para o movimento, não tem interesse, apesar de muitos estarem passando pela mesma situação e tem deles que estão em situação pior que eu. Quando a gente chega lá dentro da associação já tá de um jeito que tô indo lá só no segundo domingo do mês e já disse que não vou abrir a boca mais pra nada. Isso porque eu tô desacreditado do povo que a gente tá labutando todo dia. É preciso a união para fazer a força, mas tem hora lá que a união não quer, só quer um pra si e ai a coisa não funciona assim. Não adianta eu chegar lá hoje e dizer vamos fazer aqui um cadastro, vamos fazer aqui um projeto e vamos na CODEVASF, vamos procurar alguém pra nós ir na CODEVASF atrás de cano, caixa d'água pra gente sobreviver, e quando chegar lá domingo, dentro da associação, se eu disser isso todo mundo já vai dizer logo fulano tá dizendo isso porque ele tem interesse e tem água, tem isso e tem aquilo, mas vamos pensar no

outro. Lá tem num sei quantos poços furado sem instalar, tem poço marcado e tem vários, os poços furados e ninguém tem condições. Sobre apoio externo com linhas de financiamento para investir na canalização da água do poço é difícil (E6).

Os “vedores de água”⁶³ e suas contribuições na localização dos poços. Não reconhecimento da cultura local pela CODEVASF.

a maioria dos poços são marcados aqui por “vedor”, pessoas que tem o dom de ver água, mas a CODEVASF não considera o nosso trabalho enquanto vedores. Tem que fazer análise de água, consegui a outorga que o Inema que emite e é uma burocracia grande (E3).

Crítica a descontinuidade do Luz Para Todos e o silêncio das famílias de agricultores.

Aqui só chega algum projeto de dois em dois anos. O último poste de luz que chegou aqui na região fica a 3 quilômetros. Eu chamo todo dia – vamos derrubar a luz, um poste pra ver se chega, vamos se reunir, vamos buscar. Agora tá todo mundo calado, tá com um ano e pouco ai no sitio. Há cinco meses atrás era o maior rebuliço por que tava todo mundo na política, todo mundo queria vir trazer essa luz, todo mundo ia botar luz, agora ela vem, aquietou os políticos e aquietá a comunidade e a luz também pra eles tá tudo bom e só fica eu batendo de testa. Aí tem uma hora que eu já tô meio que pra desistir. Eu vou cuidar do que é meu e seja o que Deus quiser, porque não dá pra você tá brigando com a comunidade, teimando, se a comunidade não tá unida. Eu tenho placa solar, mas quem tem placa solar é como eu digo tem seis meses ou um ano luz e a televisão funciona, mas depois de seis meses você não tem porque uma bateria hoje ninguém pode mais tá comprando, é 800 ou 900 contos uma bateria, imagine você sem uma bateria, numa altura de um campeonato desse. O tempo de vida de uma bateria no máximo é um ano, a garantia é de um ano (E6).

Um problema da comunidade é que tem poço, mas não tem energia elétrica. Se tivesse melhoraria a vida de todos, a instalação do poço seria mais barata até mesmo através da Prefeitura assumir a instalação das bombas (E3).

O poço só funciona com bomba e a bomba com gasolina fica muito cara porque a gasolina aumentou. O motor que tem ai é a gasolina, mas a saída da água é muito pouca. Quando vem sair aqui em casa a água é pouca. Ele roda uma hora de água, mas se a saída da água fosse mais, ele jogava mais água, mas ele é pequeno. Assim mesmo eu arranjei esse motor por causa do Irpaa, porque veio um programa que chama fomento que eu me inscrevi e veio o dinheiro e eu comprei este motor. Eu abri o poço ao meu punho e comprei este motor com ajuda do Irpaa. Se não fosse esse Irpaa agora tava era na cacimba quebrando pedra. Eu abri esse poço, mas aperreada, ajuntando dinheiro mais os meninos, passei até precisão para poder abrir este poço, porque fui ao prefeito, garantiu que vinha, mas aqui nunca saiu (E1).

Viver no sertão é viável!

É isso que tô dizendo, é muito difícil, mas dá para sobreviver demais no sertão. É uma terra rica. Aqui no sertão é bom, é gostoso, o ar da tarde. Todo lugar você anda, você vê o canto dos passarinhos, tem gente até que dá comida pra ver, mas tá faltando alguma coisa, tá faltando as políticas públicas chegar, alguém do governo vir aqui pra

⁶³ Pessoas com habilidade e sensibilidade para detectar veios de água no subsolo, utilizando uma vara indicadora. Essa habilidade é também conhecida como Hidroestesia. Disponível em: <http://www.irpaa.org/fotos/file/a_busca_da_agua_com_a_vara_indicadora.pdf>

ver isso. Esse negocio de mandar uma foto, fazer com a cabecinha veia de uma vaca morta, um jumento morto que nem eu cheguei na secretaria de desenvolvimento rural de Curaçá, estavam mapeando a calamidade da seca, a cabeça de uma vaca que morreu a dez anos atrás não tá certo. Um jegue que morreu na estrada ele pode ter sido até atropelado. O sertão não tá desse jeito assim dos bichinhos estarem morrendo e se acabando. Tá difícil pra o próprio dono dos bichos, tá mais difícil hoje no sertão para o ser humano do que para os animais, porque os animais só vão resistir se o ser humano, dono, proprietário tiver condições para alimentar eles (E6).

O semiárido é viável. A questão da convivência com o semiárido é bastante importante, porque a gente aprende como conviver. Eu só tenho 26 anos, mas alcancei o governo federal com o slogan de combater a seca, a seca não pode ser combatida, ela é um fenômeno natural, o que a gente tem que fazer é aprender a conviver com ela, é adquirir métodos que façam com que nesse período nós possamos ter alimentação para os animais, água para os animais e pra gente também, para produção, enfim são várias maneiras, várias técnicas que a gente pode tá implementando na nossa propriedade e na comunidade e que vai facilitar o nosso convívio com o semiárido, a nossa vivência aqui. Então conviver com o semiárido é bastante importante (E5).

Os relatos abaixo que atestam a importância do acompanhamento aos agricultores familiares, realizado pelo IRPAA e coloca sugestões de melhorias. Falam também da alimentação, que mesmo em meio as dificuldades com a escassez de chuva, não tem faltado na mesa da família e para quem chega.

Existem outras famílias que estão piores do que eu, mas eu graças a Deus, tão boa hora falo, graças a Deus ainda não me faltou o pão, a mesa pra eu comer e dar a quem chega em minha casa, eu fico é feliz na hora que chega uma pessoa. Aqui a mulher não sabe botar feijão no fogo pra duas pessoas não, e no dia que ela bota pra três pessoas se chegar dez dá pra todo mundo. Uma coisa que parece que Deus faz milagre. O IRPAA tem sido a única entidade na região que tá dando apoio e que acompanha nós. Como eu já disse a dez anos eu tiro o chapéu pra o Irpaa, eu sei que eles tem feito muito, mas falta melhorar, talvez não é culpa só dai, é como eu tô dizendo os diretores quando chegarem, os técnicos tem que tá tendo mais uma observação em cima de cada produtor (E6).

Depois que veio esse Irpaa para cá, a situação aqui melhorou bastante, pelo menos para mim foi. Eu tive muitas coisas nesta horta aqui para casa e nunca vendi. Nasci e me criei aqui, tenho 60 anos. Aqui toda vida foi difícil, só veio melhorar um pouquinho depois deste Irpaa, que ai o Irpaa chegou sempre deu a mão a nós aqui numas coisas como essa cisterna que nós não tinha e eles trouxeram. Apareceu esta horta, começamos a plantar, eu tirava coentro, alface, couve, batata, cenoura, beterraba, laranja, tudo tirou dai depois da cisterna. A cisterna chegou em 2010. Eu sempre tenho dito aqui nós não tem nada a troco de Prefeito, aqui eu só tenho minhas coisas depois deste Irpaa, as minhas coisas melhorou mais por isso. Agora não que a gente não tá tendo, eu só tenho uns coentinhos que tô plantando ali, que até isso não posso mais fazer, me tiraram de trabalhar, eu tenho problema de rim e o médico tirou de eu ficar debaixo da quentura, tirou de eu ficar me abaixando, não posso mais fazer. Quem tá cuidando ali agora é meu esposo e o filho que ficou aqui na roça. Agora minhas coisas são aqui dentro de casa. Enquanto eu podia tinha de tudo. Tinha muita laranja, tirei foi muita macaxeira. E ai depois quando eu ainda tava prestando, que eu já tô veia e doente, eu comprei uns pés de coqueiro e ainda botei aí, um pé de uva, mas agora não posso mais, já tô veia, acabada. Não é nem por causa da minha idade, porque minha idade com 60 anos ainda tá nova, mas é a doença que não deixa, vivo

doente, minha vida aqui é em médico, passo é dias em Juazeiro me tratando, mas quando posso venho logo pra roça cuidar das minha coisinhas (E1).

Relato que expressa preocupação com a demora de chegada das chuvas, para que possam plantar. Além disso, observa-se que persiste o problema da água de beber que não é tratada.

A coisa aqui é difícil para nós. Enquanto tinha água na cisterna nós comia melhor, mas agora estamos comendo do jeito que nós era, que não mais as coisas que nós tinha, a água é pouca. Antes da chegada da cisterna a gente tinha pouquinha criação. Toda vida nós teve nossas coisinhas, mas pouquinha. Depois é que ficou vindo este IRPAA pra nós criar mais e esse menino ficou ajeitando as coisas por aqui por acolá, mas ai agora começou a seca de novo. Uns ajudava, outros não ajudava, que nós aqui uns dizia que vinha a água da pipa, mas pra nós aqui nunca vem, a não ser da chuva. A pipa todo mês vem e bota água para a gente beber, cozinhar. A água eles já botam aí tratada, já vem com cloro, tudo direitinho aí, já botam tratadinha aí na cisterna e a gente só pega para botar nos potes. Aqui a gente usa pote de barro (E1).

Relato que expressa sinais de fé, resistência e a incansável esperança por dias melhores.

Aqui eu tenho esperança, se fosse chuvoso a gente vivia melhor, mas não é só aqui, o mundo taí todo assim. O homem da Globo perguntou: a senhora acha que aqui vai virar deserto e eu respondi que acho que não, depende de Deus, se ele não quiser que vire deserto ele manda as graças divinas. O homem me procurou lá na boca da cacimba e eu disse que acho que aqui não vai virar deserto, depende de confiar em Deus e ele mandar as graças divinas (E1).

Fala de um jovem que permanece na roça, sobre a importância das formações realizadas na comunidade para implantação das cisternas e também sobre boas práticas de manejo da água de produção.

Saí pra trabalhar fora, mas o tempo foi pouco, fiquei só seis meses numa fazenda aqui próxima, depois voltei pra cá e tô aqui até hoje. Já passei por várias formações do Irpaa, que foram muito importantes na minha formação enquanto profissional. Hoje eu vou ser professor, tô terminando a faculdade de pedagogia. Estava trabalhando na escola do povoado de São Bento e nas horas vagas eu tava aqui na propriedade trabalhando com a horta, cuidando dos animais, botando em prática os conhecimentos que eu adquiri nas formações do Irpaa. Depois da chegada do Irpaa, facilitou bastante a nossa vida porque se abriram várias portas, desde a melhoria na propriedade, agente adquiriu o conhecimento de poder estar lidando com a horta, com os animais, como fazer o manejo correto e também nas formações pude adquirir conhecimento que vou levar para o resto da vida. Eu gosto de tá aqui na terra, lidando com os animais e hoje é assim só tem eu em casa, minha mãe já tá de idade, meu pai também ai eu vou ficar aqui até quando der certo, quando não der mais certo o jeito é procurar outro destino, mas por enquanto ainda tá sendo viável continuar (E5).

Sobre a necessidade de políticas públicas que atendam a realidade da Agricultura Familiar, e importância de se organizar a produção e a comercialização.

Eu acho que o governo não só o municipal, o estadual, o federal deveria dar mais oportunidade para o homem do campo, como por exemplo, criação de projetos que incentive a produção agropecuária, agricultura familiar. A questão de um incentivo financeiro, um empréstimo para você tá investindo na propriedade. Outra coisa, a questão de tá dando uma assistência técnica pra o criador, que a gente necessita muito. Com a chegada do Irpaa melhorou bastante essa questão da assistência técnica. Sempre tem um técnico agrícola na propriedade dando algumas instruções de como a gente pode tá melhorando no manejo dos animais quanto a questão da alimentação, do medicamento, prevenção das doenças. Outra coisa é a questão do escoamento da produção, a gente vê que é um dos maiores gargalos da produção familiar. Pra sair com produto também tem a questão do mercado, são postas muitas barreiras, principalmente em produção de leite, carne, tem muitas barreiras que eu acho que não seria necessário tanta coisa, tanta burocracia (E5).

Crítica a legislação sanitária que fiscaliza os produtos de origem animal com um rigor inadequado a realidade da agricultura familiar.

Tem que ter uma fiscalização, mas é muito rigorosa e acaba dificultando o produtor tá escoando esse produto. Por exemplo, a gente sabe que o município tem obrigação de comprar 30% da agricultura familiar para a merenda escolar, só que infelizmente a burocracia é muito grande. Quando o produtor vai colocar no papel de fato o que vai gastar para regularizar e fazer toda a documentação, se torna inviável, são várias barreiras. Você vai num local, eles manda para outro e assim acaba que desestimula o produtor. Eu acho que o governo tem que mudar bastante nisso. A questão da estrutura das estradas e o incentivo para o produtor poder tá escoando a produção (E5).

A composição deste capítulo pretendeu possibilitar uma breve demonstração dos elementos que estão presentes nas compreensões dos agricultores familiares sobre suas realidades e mudanças que estão ocorrendo. Além disso, buscou-se evidenciar olhares e opiniões destes, enquanto os protagonistas das experiências de Convivência com o Semiárido.

6. CONSTATAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

A análise sobre as contribuições do P1+2 para a melhoria das condições de Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores familiares que receberam esta tecnologia, se pautou em dois indicadores: Produção e disponibilidade de alimentos; e Acesso à alimentação adequada e saudável, incluindo água. A partir dessa definição as observações realizadas, bem como os dados coletados nas entrevistas demonstraram que vem ocorrendo mudanças graduais na paisagem e na vida dos sertanejos, a partir das discussões suscitadas pelo processo de implantação das cisternas no semiárido, inicialmente a de consumo humano, depois de produção e a das escolas. Foi possível observar que apesar da estiagem estar ultrapassando o seu sexto ano, a situação geral é bem diferente de algumas décadas atrás, segundo os relatos, onde não se encontrava um canteiro produzindo, ou animais pastando na caatinga.

Na maioria das casas visitadas foi possível encontrar pequenos oásis com vasos de plantas, algumas fruteiras, pequenos canteiros, verdadeiros quintais produtivos, próximos da casa ou da cisterna de produção, com plantio de coentro, cebolinha, alface, pimentão, maracujá, mamão, flores e ervas medicinais. A imagem mais significativa foi a dos inúmeros umbuzeiros espalhados pelas estradas da caatinga ainda carregado de frutos. Os cavalos, enquanto meios de transporte, foram substituídos por motocicletas, que agora cortam os caminhos espinhosos com mais rapidez e agilidade, ajudando a chegar nos lugares mais distantes. Nos currais ou soltos, foi possível ver numerosos rebanhos de caprinos, evidenciando a vocação natural das terras de fundo de pasto para a atividade pastoril.

Em cada fala o relato das melhorias que chegaram com as cisternas de consumo e de produção, mas também a consciência de que as cisternas enquanto tecnologias não resolvem os problemas hídricos sozinhas, é necessário que um conjunto de políticas sejam implantadas na região, numa perspectiva integralizada, para promover o bem da coletividade dos moradores do sertão.

O ganho das cisternas, para além do reservatório de águas das chuvas, está no despertar das consciências dos agricultores familiares para a sua condição de cidadão e cidadãs de direitos, para o resgate e reconhecimento da riqueza de sua cultura e ancestralidade, e para a dimensão de participação na construção e execução de políticas para a Convivência com o Semiárido. As cisternas são instrumentos catalisadores da discussão que precisa ser intensificada sobre a integralidade e adequabilidade das políticas públicas, desenvolvidas a partir de pactuações sociais, envolvendo sociedade civil organizada e poder público.

As condições de alimentação melhoraram do ponto de vista do acesso, mas ainda requer uma atenção para qualidade, haja visto que em nome de uma pretensa praticidade as famílias de agricultores passaram a consumir alimentos processados, ricos em gorduras não saudável, sódio e açucares. O resultado disso aparece em alguns relatos sobre as principais doenças prevalentes entre as famílias na região visitada, a exemplo da hipertensão, diabetes, hepatologias, problemas renais, além do sobrepeso, principalmente entre as mulheres.

A atividade pastoril e do cuidado com os animais é de responsabilidade dos homens, às mulheres estão relegadas todas as outras tarefas: os cuidados com a manutenção da casa, alimentação da família, o abastecimento de água, a educação dos filhos, sendo que a maioria destes estão fora da roça e morando nas cidades próximas para estudar. Trabalhar a perspectiva de gênero e geração é condição para fazer avançar a perspectiva de Convivência com o Semiárido.

A caprinocultura é a atividade predominante. Apesar desse fato, em quase todas as propriedades se encontrava uma vaca ou um boi, ambos bastante magros. O simbólico da cultura do gado ainda é muito forte, ao ponto dos agricultores venderem caprinos para comprar a ração dos bovinos e assim mantê-los. A criação de ovinos e de porcos é pequena, e geralmente utilizada para consumo da família.

As rendas de boa parte dos entrevistados são oriundas dos programas sociais do Governo Federal, a exemplo do Bolsa Família, Bolsa Estiagem, Garantia Safra, além da aposentadoria. Os rebanhos de caprinos são considerados como “poupança” em quatro patas.

Algumas famílias falaram do bom trabalho de ATER que vem sendo realizado pelo IRPAA, onde recebem instruções sobre boas práticas de manejo do rebanho, no tocante a alimentação, saúde e reprodução do animal. Isso porque as águas captadas nas cisternas de produção, em sua maior parte, são direcionadas a manutenção da criação. A pouca produção vegetal é justificada pelos agricultores na irregularidade dos períodos das chuvas, e por esta razão as águas reservadas nas cisternas de produção são destinadas apenas para dessedentação animal. Quando o nível da água na cisterna baixa e a chuva não chega, partilham a própria água de consumo com os animais. Nos últimos meses as famílias têm recebido apoio do exército, com o fornecimento de água, por meio dos carros pipa.

As cisternas são consideradas como reservatórios de água nas propriedades, destinadas a prover a manutenção da casa e da criação. Ao longo das visitas foi possível observar algumas poucas cisternas sem a devida utilização ou abandonadas. Esta situação estava relacionada ao fato estarem implantadas nas propriedades de casais de idosos, que moram na roça, mas já não desenvolvem atividades produtivas. A água que abastece uma casa com essas características

serve apenas para beber, cozinhar, lavar roupas, limpar a casa e banhar. Um outro caso foi o de um casal já de meia idade, que o marido morreu e a viúva decidiu morar na cidade mais próxima, onde já estavam morando os filhos e filhas para estudar.

Observa-se nas falas dos entrevistados, a compreensão de aspectos da perspectiva de Convivência com o Semiárido, quando falam da importância de se garantir outras fontes de água não só para o benefício de cada família. É preciso intensificar o trabalho dentro das comunidades para implantar outras fontes de água, a exemplo da identificação e limpeza de cacimbões, a perfuração de poços com a ajuda dos “vedores de água”, que são aquelas pessoas com o dom de sentir por onde passam ou se localizam os veios e reservatórios subterrâneos de água. Foi possível conhecer algumas experiências destas de perto e sentir a força dessa cultura e crença nas histórias passadas e presentes das famílias contatadas. A relação com o sagrado é forte no fazer cotidiano do sertanejo e deve ser sempre considerada e respeitada em todas as práticas e abordagens, pois estão relacionadas a culturas e valores.

Existe uma necessidade de debater mais nas comunidades que tem o P1+2 sobre a gestão do uso coletivo da água. Nas visitas às famílias, que além das cisternas de consumo e produção, também tinham poços com vazões variáveis entre 10 e 30 mil litros por hora, percebia-se que não havia uma discussão mais coletiva com as famílias do entorno, sobre o uso coletivo da água. Foi possível observar duas situações bem particulares: a primeira, referia-se a um poço de 30 mil litros, que fica dentro da propriedade de um agricultor, distante um quilometro de sua casa. O plantio do agricultor estava nas proximidades desse poço. Ele reclamava que a Prefeitura e o exército iam lá para encher os carros pipas, mas não ajudavam no encanamento da água até perto de casa para abastecer as cisternas. Este senhor participa de uma associação local de moradores, e quando perguntado sobre a possibilidade de discutir esse assunto numa das pautas e ver meios de buscar apoio junto a Prefeitura Municipal, ele foi enfático ao dizer que a associação e o sindicato na região não se prestavam a ações deste tipo. Aqui vale a reflexão sobre o pensamento ainda dependente com relação aos poderes públicos, na dimensão do favor e não do direito. Além de evidenciar também a fragilidade das organizações coletivas locais, onde as discussões estão mais focadas em assuntos relacionados as condicionalidades para acessar linhas de crédito para investir na terra e aposentadoria.

Uma questão que ainda precisa ser mais trabalhada é sobre o tratamento da água de beber e o saneamento possível na roça. Quase todas as casas visitadas possuíam o filtro de barro da marca tradicional São João, mas não eram utilizados. As águas colhidas das cisternas são apenas coadas e acondicionadas em grandes potes de barro. A procedência das águas ofertadas pelos carros pipa do exército, que abastecem as cisternas, é de procedência era duvidosa, e isso

a médio e longo prazo pode comprometer a saúde da família. Os agricultores acreditavam que essas águas chegam tratadas, mas não há garantias sobre isso. Esse é um trabalho que precisa continuar porque, segundo a agente municipal de saúde entrevistada, os problemas com doenças provocadas por águas contaminadas voltaram a crescer. Se por um lado, garante-se o acesso a água para reservar, por outro as famílias não demonstravam se preocupar com a qualidade da água consumida, por acreditarem que esta é de boa qualidade, pelo simples fato de ser entregue pelo exército. Um fato observado que chamou a atenção é que boa parte das casas não possuem banheiro no seu interior e nem fossas no entorno, mesmo aquelas que tiveram melhoramentos ou foram ampliadas. Essa é uma questão que precisa ser trabalhada em algumas comunidades.

Com relação a produção de alimentos no Sertão de São Francisco, o investimento prioritário é na criação, de acordo com a vocação pastoril, característica das comunidades de fundo de pasto. Vê-se em pelas roças rebanhos espalhados, pastando dentro da caatinga. Algumas matrizes são reservadas em currais e há pouca quantidade de galinhas e porcos. A produção vegetal é pequena e em algumas localidades inexpressiva. Para fazer a feira, utiliza-se o dinheiro da aposentadoria, do Bolsa Família, vende-se o bode e o umbu, quase sempre aos atravessadores. Com esses recursos as famílias compram ração para o pouco gado que possuem e para algumas matrizes de caprinos. Para consumo compram arroz, macarrão, feijão, açúcar, farinha, café, carne seca, galinha ou bode, e também consomem embutidos, refrigerantes, sucos artificiais e biscoitos recheado, principalmente nas casas onde tem crianças na fase da primeira infância.

Nas entrevistas os agricultores se referiram aos caprinos como “poupanças” ou “bancos”, pois quando precisam para fazer as despesas básicas da família, vendem, inclusive para comprar ração para o gado. Não tem o costume de contabilizar o rebanho, que aumenta com facilidade. Os agricultores não têm preocupação com a criação de caprinos, pois são animais que sabem encontrar e selecionar o alimento no pasto, além do que são resistentes e o manejo é mais simples.

A produção de ovos é pequena, mas quando dá em quantidade, as mulheres vendem na feira ou doam aos vizinhos. O dinheiro arrecadado das esporádicas vendas é gasto nos mercadinhos. O ciclo de vender o que é saudável para comprar o básico ou o que é “prático” como sucos artificiais, biscoitos recheados, etc, ainda é forte e requer uma atenção no processo de formação realizado pelas organizações que trabalham com as comunidades, que precisa abordar a Soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional. Em todas as conversas foram relatados os casos de diabetes, hipertensão arterial e gordura no fígado, um dado preocupante e que confirma as pesquisas do Ministério da Saúde, PNAD e IPEA sobre o aumento do número

de doenças crônicas relacionados ao uso de alimentos ultra processados ricos em açucares e sódio.

Nos relatos, principalmente das mulheres, foi possível observar o reconhecimento do umbuzeiro como a árvore sagrada do sertão, que garante as manchas verdes da caatinga, e que tem contribuído na renda das famílias. Agricultoras associadas e não associadas fazem renda com os umbuzeiros que possuem próximos as suas casa e caatinga adentro. A “catação” do umbu é feita basicamente pelas mulheres e crianças, dificilmente os homens adultos se envolvem, pois esta não é considerada uma prioridade da família. Os homens cuidam dos animais, consertam currais, plantam palmas e outras espécies que servem de alimento para o animal. As hortas são plantadas pelas mulheres.

Um problema que ainda persiste na região é a presença dos atravessadores. Estes vão buscar os sacos de umbu dentro das propriedades e pagam pelo menor preço às mulheres. Mesmo assim essa pequena renda compõe o orçamento da família, pois é gasta nas feiras locais para aquisição de alimentos não perecíveis. Foi possível encontrar agricultoras que estão fazendo renda também com a venda da buchada de bode, tripas limpas e salgadas, conforme costumes tradicionais e a carne de bode, que tem preço baixo por ser a oferta maior que a procura nos mercados locais.

Foi possível observar ainda que o processo de migração e sustentação dos filhos e filhas no estudo ou moradia nas capitais como Salvador e São Paulo, destinos mais citados. As antigas imagens das numerosas famílias na roça não condizem mais com a realidade, pelo menos nas comunidades e propriedades visitadas, poucos foram os filhos ou filhas que ficaram, os demais vão embora e são sustentados de longe com um pouco do dinheiro que se faz com o rebanho caprino. Em contraponto, foi possível observar a importância das Escolas Família Agrícola (EFA), na manutenção dos jovens no campo e o diferencial que agregam à formação dos que nelas se formam como técnicos agrícolas e que permanecem trabalhando na região.

Existem associações e sindicatos espalhados pela região, onde alguns dos agricultores entrevistados participam, mas a maioria prefere não investir tempo nessa agremiação por não acreditarem nas possibilidades de ações coletivas. Por outro lado, o movimento de mulheres associadas e cooperadas em torno do beneficiamento das frutas da caatinga cresceu e se consolidou como uma fonte de renda e mais que isso, vem contribuindo para o empoderamento dessas mulheres. Um exemplo disso é a estruturação e fortalecimento da COOPERCUC, sediada em Uauá e que abrange os municípios de Curaçá, Uauá e Casa Nova. A Cooperativa vem contribuindo não só com a geração de renda para as mulheres que fornecem a matéria

prima e a base dos doces e geleias nela fabricados, mas na valorização dos saberes tradicionais e no resgate da relação destas mulheres com a natureza do sertão.

Com o P1+2, os agricultores familiares das comunidades visitadas têm como maior preocupação quanto a produção vegetal, o cultivo de plantas que sirvam de alimentação para o rebanho. Nos canteiros implantados ao lado das cisternas de produção, encontram-se neste período de estiagem prolongada, coentro, cebolinha, alface, em algumas áreas são fixadas estruturas de pau seco por onde se espalham até as ramas de maracujá silvestre. As agricultoras dizem que quando chove, conseguem colher milho, feijão, tomates, abobora, laranja e até pinha em algumas localidades. No entanto, percebe-se que investem mais em plantar verduras, pois crescem rápido e conseguem vender nas feiras locais. Pode-se dizer que a cisterna de produção, por ser um reservatório a mais, que comporta 52 mil litros de água, garante a manutenção mínima do rebanho de seis a oito meses. O que garante a alimentação dos agricultores é o rebanho de pé, pois na preciso podem negociar e comprar comida. No entanto, afirmam que só esses reservatórios de água são insuficientes para garantir a produção o ano todo.

Os agricultores foram unâimes em afirmar que a vida melhorou depois das cisternas de consumo e produção, principalmente porque agora possuem água próxima a casa e não tem que caminhar quilômetros em busca deste bem. Ainda que não tenham plantações por causa da escassez de chuvas, o fato de ter os reservatórios faz diferença para guardar as águas das chuvas, quando estas caem e também as que são fornecidas pelos carros pipa.

Nas visitas realizadas não foi possível conversar com agentes da Pastoral da Criança, pois este serviço voluntário enfraqueceu e não está funcionando na maioria dos municípios do Território. Somente uma agente de saúde aceitou participar da pesquisa e esta relatou que houve melhoria nas condições de saúde das famílias que possuem as cisternas de consumo e produção. Relatou que houve uma diminuição dos casos de desnutrição, mas chamou a atenção para o fato de boa parte das casas localizadas mais distantes da cidade não possuírem banheiros, e também ainda encontrar resistência dos agricultores em utilizar os filtros próprios para água de beber. Quando se perguntava o porquê de não usar, alguns respondiam que havia problema nas velas, que a água não tinha gosto bom ou que preferiam coar e colocar no pote grande, pois fica mais fresca.

A pesquisa realizada trouxe a convicção de que as tecnologias por si só, não resolvem a crise os problemas com a escassez de água. Outra constatação é de que não há uma crise hídrica no semiárido, mas sim uma ausência de políticas públicas que propiciem o acesso a água, terras e condições de produção adequadas a realidade da região. As cisternas resolvem uma parte prática da necessidade premente de garantir água. No entanto, elas tem o potencial de

catalizadoras das discussões sobre direitos sociais, políticos, cidadania, protagonismo e equidade nas relações. A educação no semiárido precisa cada vez mais ser trabalhada na perspectiva contextualizada, de forma que as gerações que estão entrado nas escolas ou se formando, saibam reconhecer suas histórias, ancestralidades, cultura, que compreendam as formas de viver e conviver com o semiárido e que contribuam para construir uma nova imagem para o semiárido. Esta educação, defendida pela ASA, é a base para a formação de cidadãos e cidadãs conscientes de seus diretos e protagonistas de suas histórias.

Como o IRPAA chama a atenção, para garantir maior resistência dos sertanejo, seus rebanhos e algumas plantações mesmo nos períodos de estiagem, faz-se necessário pensar de forma integrada e preventiva a política de acesso a água, onde se garanta o necessário para consumo humano, através de tanques de pedras e cisternas de 16 mil litros; a água da comunidade que pode ser garantida através de tanques, barreiros, cacimbas e poços; a água de produção e dessedentação animal por meio das cisternas de 52 mil litros, barragens subterrâneas e barreiros; a água de emergência que deve ser planejada e executada com antecedência ao período de secas, com o estudo e construção de açudes, perfuração de poços tubulares e artesiano; e tão importante quanto as ações integradas, é o trabalho permanente e continuado de preservação da Caatinga e os ecossistemas que a compõe, o combate às queimadas e desmatamentos que só contribuíram para fazer desaparecer as nascentes e o cuidado com o lixo e o tratamento das águas de esgotamento. Todo esse conjunto de ações e muitas outras voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar devem compor e ser garantido pela política de Convivência com o Semiárido.

O cozimento do umbu no fundo das casas, a lenha, deu início a mudança na vida de muitas mulheres e consequentemente de famílias. O beneficiamento de frutas nativas tem sua importância não só no fato objetivo de gerar renda para as cooperadas e suas famílias, mas por proporcionar o empoderamento e elevação da autoestima das mulheres, e por evidenciar os saberes tradicionais e a soberania alimentar da região semiárida. Possibilita também o processo organizativo nas comunidades envolvidas na atividade. Já rompeu fronteiras do Território Sertão de São Francisco e estimulou a existência outros grupos dentro do semiárido baiano. Esses grupos fazem parte da Rede Sabor Natural do Sertão, e dessa forma estão conseguindo se organizar, potencializar os processos produtivos e de comercialização dos produtos beneficiados, inclusive penetrando os mercados das grandes cidades e também no Comércio Justo Europeu.

Coloca-se ainda como um grande desafio dentro da perspectiva de Convivência com o Semiárido a questão fundiária, onde a garantia de posse da terra é um dos maiores problemas

do semiárido, pois estas são concentradas em poder de uma minoria, enquanto os povos e comunidades tradicionais que vivem nas terras devolutas ou nas fazendas de Fundo de Pasto utilizam módulos pequenos de terras e não possuem a titularidade garantida. No P1+2, apesar das águas serem garantidas, a questão da terra segue pendente. Uma das bases para a construção de um desenvolvimento rural sustentável no semiárido é que haja reforma agrária e implantação de políticas públicas que fortaleçam a agricultura familiar e contribuam destes no campo e em condições dignas.

Diante das constatações e reflexões dispostas, a seguir serão elencadas algumas recomendações e/ou sugestões de incremento a discussão da Segurança Alimentar e Nutricional no trabalho de formação junto aos grupos e famílias assessoradas pelo IRPAA.

- Inclusão nos livros e cartilhas utilizadas na educação contextualizada, formações e capacitações de um capítulo sobre a temática Segurança Alimentar e Nutricional;
- No programa de rádio poderia se criar a hora da Segurança Alimentar ou outro título que exprima esse tema. O conteúdo pode ser dado aos poucos de forma didática como (você sabia?). Pode-se também provocar os ouvintes para que falem o que é comida de verdade e/ou apresentem receitas fáceis e saudáveis com produtos do sertão;
- Desenvolver dentro dos programas pensados para juventude e mulheres um ciclo de oficinas sobre: SAN, relações de gênero, Convivência com o Semiárido, com uso de audiovisuais e metodologias adequadas que facilitem a assimilação do conteúdo e possibilitem a elaboração de produtos como vídeos caseiros, poesia, cordel, etc;
- As boas práticas de gestão do uso e cuidados com água devem continuar com a ajuda de multiplicadores formados em cada comunidade com cursinhos básicos. Recomenda-se que se busque apoios para construir mais filtros caseiros, acoplados às cisternas de consumo, uma tecnologia importante, de baixo custo e efeito positivo no cuidado com a sanidade da água de beber;
- Realizar pequenas feiras da agricultura familiar e da economia solidária de forma a fazer conhecer as potencialidades de cada um dos dez municípios do Sertão de São Francisco com apoios locais, do Governo, de Universidades, organizações da sociedade civil, etc.
- Envolver mais as agricultoras nas atividades de ATER;
- Intensificar o processo de formação e debate sobre a questão da regularização fundiária no Território junto as organizações associativas que compõem a área de atuação institucional;
- Buscar apoio e parcerias para criar festivais culturais, que envolvam a juventude no processo de organização, como uma forma de trabalhar o reconhecimento e valorização da cultura local;

- As questões relativas às temáticas de gênero e juventude precisam ser intensificadas, respeitando os tempos locais, e com metodologias adequadas. Neste sentido, como parte do produto desta dissertação, apresenta-se aqui uma proposta de elaboração e realização de um ciclo de oficinas sobre “SAN e a Convivência com o Semiárido”, que tenha como público primordial, inicialmente, mulheres associadas a empreendimentos solidários, envolvidas no beneficiamento dos frutos do semiárido e dos jovens engajados nos projetos geridos pelo IRPAA.

Quadro 09 – Proposta do Ciclo de Oficinas sobre SAN e Convivência com o Semiárido

Ciclo de Oficinas sobre SAN e Convivência com o Semiárido
Objetivo: Desenvolver formação complementar sobre Segurança Alimentar e Nutricional, relacionando com o paradigma da Convivência com o Semiárido.
Público: Mulheres e/ou Jovens dos 10 municípios que compõem o território do Sertão de São Francisco
Metodologia: Rodas de Conversas, Círculos de Cultura, exposições dialogadas, intercâmbios, vídeo, dinâmicas de grupo, expressão livre e artística.
Resultados esperados: jovens e mulheres sensibilizados para se tornarem multiplicadores do conhecimento sobre SAN e da perspectiva de Convivência com o Semiárido.
Produtos possíveis: Cartilha feita pelos participantes sobre o entendimento destes a respeito das temáticas discutidas; Caderno de relatos diagnósticos sobre a situação de SAN na casa de cada um; como está e o que pode melhorar considerando as condições; Esquetes teatrais; Poesias, cordel, músicas e repentes sobre os temas discutidos.
Logística: parcerias dentro e fora da rede ASA; universidades, ONGs; captação de recursos por meio de pequenos projetos; patrocínios adequados e coerentes à missão institucional; trabalho voluntário; campanhas, etc.

Fonte: elaboração própria

O IRPAA, assim como demais organizações da ASA, desenvolve um trabalho de resgate da cultura e tradições do povo sertanejo, aliado a implantação das tecnologias sociais de captação das águas de chuvas. Essa atuação tem como perspectiva a reconstrução de um semiárido viável, com políticas públicas adequadas às suas características climática, que efetivamente contribuam para o fortalecimento da agricultura familiar, assim como na fixação de homens e mulheres no campo em condições dignas, capazes de ultrapassar as fronteiras da sobrevivência e alcançar a vida plena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a qual se baseou esta dissertação teve como objetivo: identificar, sistematizar e analisar as contribuições da experiência de implantação do P1+2, na melhoria das condições de segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares do semiárido baiano, que receberam esta tecnologia social, especificamente no Território Sertão de São Francisco. A imersão nos estudos sobre estas temáticas, possibilitou conhecer as mudanças que vem ocorrendo na vida dos agricultores familiares, que atravessam a longa estiagem com suas cisternas de consumo e produção, sob duas dimensões: pragmática e subjetiva.

Na pragmática, registram-se os percursos de construção das políticas públicas de Segurança Alimentar e da Convivência com o Semiárido, que possuem elementos impulsionador em comum, a exemplo da extrema pobreza e do flagelo da fome (INSAN Grave). Esses dois campos temáticos se entrelaçam e se fortalecem no propósito de não só garantir a saciedade da fome orgânica, mas fundamentalmente intervir para saciar a fome de um conjunto de políticas públicas adequadas e funcionando integralizadas dentro do semiárido.

As cisternas construídas pela ASA são instrumentos de debates, comprovação da viabilidade do semiárido, e apresentam-se como catalisadoras das discussões sobre direitos e participação social e cidadã dos agricultores familiares na região. As visitas realizadas às comunidades revelaram que o acesso a água, alimento essencial, está mais facilitado e que a cisterna de produção contribui sobremaneira para manter a produção animal (caprinos) de pé. Convém destacar como dado importante a contribuição da ATER, realizada por organizações que estão dentro do semiárido, e que desenvolvem o trabalho técnico na perspectiva de Convivência com o Semiárido, a exemplo do IRPAA. Essa atuação tem feito a diferença, principalmente porque os técnicos e técnicas conhecem as comunidades, e estas já possuem um bom trânsito de comunicação e cooperação com a instituição, condição importante para os entendimentos e experimentações.

Com relação a dimensão subjetiva, as principais observações vão no sentido da notável autoconfiança mais fortalecida dos agricultores familiares, que se sentem valorizados e estimulados a ir mais adiante, sonhar e empreender para realizar este sonho. Sentem-se orgulhosos ao falar que mesmo com os apertos provocados pela longa estiagem, conseguem manter seus filhos e filhas estudando, em que pese o fato destes estarem cada vez mais afastado das roças. Destacam também, a importância de terem organizações acompanhando-os, pois sentem-se esquecidos pelos poderes públicos locais.

Outro fator a ressaltar é o efeito que o acesso a água perto de casa tem no fazer cotidiano e na autoestima das mulheres, em comparação a outros tempos quando tinham que carregar a água na cabeça e/ou no lombo dos animais, água esta que se perdia em 50% nas estradas. Todas apontaram esse como o principal valor das cisternas em suas casas. No entanto, essa conquista não representou mudanças significativas nas relações das famílias, ainda fortemente patriarcas. As mulheres ainda são as primeiras a levantar e as últimas a dormir, e também a se alimentar. As questões de gênero e geração prescindem de atenções e metodologias adequadas, para se trabalhar o princípio da equidade, que é também um dos pilares da Convivência com o Semiárido.

Conhecer de perto a história e o funcionamento da COOPERCUC, possibilitou compreender melhor a importância deste trabalho que envolve número significativo de mulheres sertanejas, em sua maioria associadas, no beneficiamento dos frutos da caatinga. Nos potes de doces fabricados pela Cooperativa estão depositadas histórias de vida, superação da extrema pobreza, construção de autonomias, fortalecimento da autoestima, empoderamento, participação social e construção de protagonismos. Nas falas observa-se uma nova relação com a natureza em construção, pautada no reconhecimento e valorização das riquezas do semiárido. A ampliação dessa experiência para outros municípios e até estados do semiárido é fundamental, principalmente pelo valor do seu efeito na vida das participantes e também para a ressignificação da imagem do semiárido.

O trabalho desenvolvido pela ASA, de mobilização e fortalecimento das organizações populares da sociedade civil, para a construção participativa do desenvolvimento sustentável no semiárido é revolucionário. A ASA é uma rede capilarizada, que reúne mais de 3.000 entidades em torno da Convivência com o Semiárido, e consegue, em meio a esta diversidade, estabelecer relações de sinergia em torno deste projeto político. O trabalho desenvolvido pela ASA, dialoga construtivamente com diferentes segmentos da sociedade civil e do poder público. Tem reconhecimento internacional pelas experiências exitosas de acesso a água, através da implantação de tecnologias sociais de captação das águas das chuvas para consumo humano e produção. A ASA não só constrói cisternas, ela ambienta o desenvolvimento de protagonismos e está ajudando a reconstruir um novo semiárido.

A realização deste trabalho provocou desconstruções e novas compreensões sobre o semiárido brasileiro e principalmente baiano. Geralmente, quando se olha para esta região de longe, só se vê aquilo que foi condicionado e cristalizado como simbólico na mente, seja por meio de imagens ou por descrições. Para olhar o nordeste, e mais particularmente o semiárido

é preciso antes romper as “cercas invisíveis”, colocadas pela história de colonização e ocupação desigual desta região, perpetrada pelos poderes instituídos, que permanecem até os dias atuais.

O semiárido é uma região viável, de potencialidades ainda pouco conhecidas e que precisam ser desveladas. A maior riqueza do semiárido é o seu povo, que traz no sangue força, coragem, conexão com a natureza e crença no sagrado, o que os impulsiona a trabalhar e resistir. Resistir não às condições climáticas, porque entendem ser natural daquele lugar, mas sim ao processo de histórica invisibilidade social, política, econômica e cultural, impetrado pela sociedade capitalista.

Olhar o semiárido pelas lentes da Segurança Alimentar e Nutricional, revelou a manipulação da fome para subjugar, estabelecer e legitimar “novos” formatos de escravidão no campo. Também proporcionou o aprofundamento da análise, em bases realísticas, sobre a importância da realização desta política de forma participativa, na construção do paradigma da Convivência com o Semiárido.

Conhecer a história e o trabalho desenvolvido pelo IRPAA, assim como seu protagonismo na estruturação da ASA, foi fundamental para entender a extensão do seu compromisso em demonstrar a viabilidade econômica e social do semiárido. O IRPAA desenvolve metodologias participativas e contribui em processos organizativos e no fortalecimento da agricultura familiar no semiárido. Tendo como lema “Viver no Semiárido é Aprender a Conviver, o IRPAA movimenta a sua missão que é a consolidação da Convivência com o Semiárido, tendo como horizonte vida plena para todos.

A revolução silenciosa gestada na região, a partir da implantação de tecnologias sociais de captação e armazenamento das águas das chuvas, vem modificando em tempos distintos paisagens externas e internas. A pauta primordial é a relação homem – meio ambiente e a reconstrução desta relação como base da concepção de outro modelo de desenvolvimento, pautado na perspectiva da sustentabilidade.

O trabalho de reconstituição das consciências deve ser iniciado a partir de quem o defende, realizando inicialmente um olhar crítico para dentro, como primeiro passo para enxergar o exterior tal como é, e não como foi atribuído. Acreditar naquilo que prega faz toda diferença nos resultados do que se empreende. A rede ASA proporciona essa aprendizagem no seu fazer, e ao chamar a atenção para o fato de que é preciso investimento no processo educativo e político contextualizado, de ressignificação do semiárido nordestino. A ASA trabalha buscando evidenciar outra imagem para esta região, ressaltando suas potencialidades e trabalhando coletivamente a superação dos desafios.

O processo de participação neste Mestrado Profissional, equilibrando jornadas outras de trabalho e enquanto mulher chefe de família, envolveu dor e amor, racionalidade e sentimentalidade, reconhecimento e autoconhecimento, distanciamento e pertencimento. E tudo isso, foi motivado por uma energia de paixão pelos estudos sobre o mundo rural brasileiro, particularmente pela causa do semiárido, originada no estágio profissional e de vida vivenciada na Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Quanto aos momentos de estranhamento e indignações que surgiram em todo o percurso de estudo e escrita, ficou o estímulo a continuar nessa caminhada sob o sol do semiárido ou na frondosa sombra de um umbuzeiro, desvendando suas, minhas e nossas histórias, que precisam ser recontadas para as novas e próximas gerações, neste processo de reinvenção desta região e do Nordeste. Questões? Muitas... Algumas das quais ainda requerem encontrar caminhos de compreensão, sem a urgente pretensão de chegar a respostas rápidas e conclusivas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão.** In “Uma nova extensão para a agricultura familiar”. São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992. In: Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF, Anais, 1997, p. 29 (Texto para discussão).
- AB’SABER, Aziz Nacib. **Os Domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas.** Ateliê Editorial. São Paulo, 2003. 151 p.
- ALAYÓN, Norberto. **Assistência e Assistencialismo – Controle dos Pobres ou Erradicação da Pobreza?** Editora Cortez. São Paulo. 2^a edição. 1995.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes.** São Paulo, Editora Cortez, 1999.
- ALCANTARA, Denílson Moreira de; GERMANI, Guiomar. **Fundo de Pasto: um conceito em movimento.** ANAIS do VIII Encontro Nacional da ANPEGE 2009. Espaço e tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Setembro / outubro de 2009; Curitiba – Paraná. Disponível em: <https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar_alcantaragermani_fundopasto_conceitoemmovimento.pdf>. Acesso em junho/2017.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste.** Editora Brasiliense. 1º Ed. São Paulo, 1963.
- ASA (Articulação Semiárido Brasileiro). **P1+2 (Programa uma terra e duas águas).** (Site). Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/>>. Acesso em 05/janeiro/2016.
- _____. **Carta do IX Encontro Nacional da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA).** Mossoró, 21 a 25 de novembro de 2016. Povos e territórios, construindo e transformando o Semiárido. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/Carta-Politica-IX-EnconASA.pdf>. Acesso em: Janeiro de 2017.
- _____. **Articulação no Semiárido Brasileiro. Publicação comemorativa dos 10 anos da ASA.** ASACom (Elaboração). Texto: Fernanda Cruz, Márcia Rodrigues e Viviane Brochardt. Recife, 2009.
- _____. **Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais – P1MC.** Anexo II do Acordo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre FEBRABAN e AP1MC. Recife, 2003.
- ASSARÉ, Patativa do. **Ispinho e fulô.** São Paulo: Hedra, 2005. p. 38-41.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiros. Preses Universitaires de France, 1977. Edições 70. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/RonanTocafundo/bardin-laurence-anlise-de-contedo>>. Acesso em: março de 2017.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. In Coleção Memória e Sociedade. Ed. Bertrand Brasil, Lisboa, 1989. 311 p.

BAHIA. Lei de Segurança Alimentar e Nutricional nº 11.046 de 20 de maio de 2008. Salvador, 2008.

_____. **Lei 13.204/2014 – Institui a Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia.** Salvador – BA, 2014.

_____. **Diagnóstico de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado da Bahia.** GGSAN. Casa Civil. Salvador, 2015. 183 p.

_____. **Plano Plurianual Participativo 2016 – 2019. Lei nº 13.468/2015.** Salvador, 2015. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=30>>. Acesso em: maio/2017.

BAPTISTA, Naidison de Quintella; CAMPOS, Carlos Humberto. **A Convivência com o Semiárido e suas Potencialidades**. In Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social. Irio Luiz Conti e Edni Oscar Schroeder (organizadores). Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAUFRGS/REDEgenteSAN, Instituto Ambiental Brasil Sustentável – IABS, Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS. Editora IABS, Brasília-DF-Brasil, 2013. 208p.

BRASIL. Lei de Segurança Alimentar e Nutricional nº11.346 de 15 de setembro de 2006. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Brasil sem Miséria. Organizadores: Tereza Campello, Tiago Falcão, Patrícia Vieira da Costa. – Brasília: MDS, 2014.848 p.

BRASIL. DECRETO Nº 7.272, DE 25 DE AGOSTO DE 2010 - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN. Brasília, 2010.

BRASIL. Lei nº 175, de 7 de janeiro de 1936. Regula o disposto no art. 177 da Constituição de 1934 - O plano sistemático da defesa contra os efeitos das secas nos Estados do Norte. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L175.htm. Acesso em: maio/2017.

BURSZTYN, Marcel. O Poder dos Donos: Planejamento e Clientelismo no Nordeste. 2ª edição. Editora Vozes. Petrópolis, 1985.

CALLADO, Antônio. Os industriais da Seca e os "Galileus" de Pernambuco: aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil. Editora Civilização Brasileira. Original de Universidade do Texas, 1960. 171 p.

CASTRO, Iná Elias de. Natureza, imaginário e a reinvenção do Nordeste. In ROSENDALH, Zeny et CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). Paisagem, imaginário e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome: dilema brasileiro – pão ou aço.** Editora O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 1946.

CONSEA. **A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil: indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais.** Brasília, 2010, 284p.

_____. **I Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Brasília, 1995.** 201 p. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/1a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>>. Acesso em: julho/2016.

_____. **II Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Brasília, 2004.** 48 p. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/site/relatorio-final-2de-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/view>>. Acesso em: julho/2016.

CONTI, Irio Luiz. **Segurança Alimentar e Nutricional: noções básicas.** IFIBE. Passo Fundo, 2009. 62 p.

DAGNINO, Renato. **Tecnologia Social: base conceitual.** In Revista do Observatório do Movimento pela Tecnologia Social da América Latina Ciência & Tecnologia Social. Volume 1, número 1. Julho de 2011.

DUQUE, José Guimarães. **O Nordeste e as lavouras xerófilas.** Banco do Nordeste do Brasil. 4a ed. Fortaleza, 2004. 330 p.

FAO. **Relatório O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo 2015.** Disponível em: <<http://www.fao.org/hunger/en/>> Acesso em: janeiro/2017.

_____. **The State of Food and Agriculture, 2000.** Disponível em:<http://www.fao.org/docrep/x4400s/x4400s00.htm>. Acesso em: abril/2017.

_____. **The State of Food and Agriculture, 2016.** Disponível em: <<http://www.fao.org/publications/sofa/2016/es/>>. Acesso em: abril/2017.

FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio; BURSZTYN, Marcel. **Das Sesmarias à Resistência ao Cercamento: Razões Históricas dos Fundos de Pasto.** In Caderno CRH, Salvador, v.23, nº 59, p. 385–400, maio-ago. 2010.

FLICK. Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Tradução Joice Elias Costa. 3ª Ed. Artmed. Porto Alegre, 2009. 405 p.

FURTADO, Celso. **Seca e poder: entrevista com Celso Furtado.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/seca_e_poder.pdf>. Acesso em: julho/2016.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina.** Tradução de Galeno de Freitas. 43ª edição. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 2002.

GNADLINGER, João. **A Busca da Água no Sertão: Convivendo com o Semiárido.** IRPA. Cartilha. 5ª Ed. Juazeiro – BA, 2011. 84 p.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de Administração de Empresas da EAESP/FGV, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

IBGE. **Censo Agropecuário, 2006.** Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: dezembro/2016.

_____. **Censo 2010.** Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: março/2016.

_____. **Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios - PNAD 2004 – Segurança Alimentar.** Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv29775.pdf>>. Acesso em: março /2016.

_____. **Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios - PNAD 2009 – Segurança Alimentar.** Disponível em:<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv47241.pdf>>. Acesso em: março/2016.

_____. **Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios - PNAD 2013 – Segurança Alimentar.** Disponível em:< <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf>>. Acesso em: março/2016.

IRPA. **25 Anos Trabalhando pela Convivência com o Semiárido.** 1^a edição. Juazeiro-BA, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5^a ed. Editora Atlas. São Paulo, 2003.

LEÃO, Marília et al. **O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** ABRANDH. Brasília, 2013. 263p.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil.** Editora Alfa-Omega. São Paulo, 1976.

LONDRES, Flavia. **As sementes da paixão e as políticas de distribuição de sementes na Paraíba.** In Caderno Sementes Locais: experiências agroecológicas de conservação e uso. AS-PTA, Rio de Janeiro, 2014, 83 p.

MALUF, Renato; MENEZES, Francisco. **Caderno segurança alimentar.** In Conferências do Fórum Social Mundial, 2000.

MALVEZZI, Roberto. **Semiárido Uma Visão Holística.** Brasília: CONFEA, 2007.

MEDEIROS, Salomão de Sousa et al. **Sinopse do Censo Demográfico para o Semiárido Brasileiro.** Instituto Nacional do Semiárido – INSA. Campina Grande, 2012. 103p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde.** 6^a edição. São Paulo (SP); Rio de Janeiro (RJ): Hucitec – Abrasco, 1999. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/73739733/Fase-de-Analise-O-Desafio-do-Conhecimento>>. Acesso em: maio/2017.

_____, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

ONU. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: fevereiro de 2017.

PELIANO, Maria T.M. (Coord). O Mapa da Fome: subsídios à formulação de uma política de Segurança Alimentar. In Documento de Política nº 14. IPEA. Brasília, 1993.

RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932.** Imprensa Universitária. Fortaleza, 2014. 144 p.

SANTOS, Ana Paula da Silva dos. [et al...] **O Semiárido Brasileiro: Riquezas, diversidade e saberes.** In Coleção Reconhecendo o Semiárido I. INSA/MCTI. Campina Grande, 2014. 33 p.

SAUER, Sérgio. **Agricultura Familiar versus Agronegócio: a dinâmica sóciopolítica do campo brasileiro.** Embrapa Informações Tecnológicas. Texto para discussão 30. Brasília, 2008. 73 p.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: Transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento.** Tese de doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Brasília, 2006. 298p.

VALENTE, F.L.S. **Direito Humano à Alimentação: desafios e conquistas.** Cortez Editora, São Paulo, 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração.** São Paulo: Atlas, 2005.

WEID, Jean Marc Von Der. **Segurança Alimentar no Semiárido.** Rio de Janeiro, outubro de 2003.

WHITAKER, Francisco. **Rede: uma estrutura alternativa de organização.** In Revista Mutações Sociais. V.2, N.3. Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: <<http://www.apoema.com.br/REDEU11.pdf>>. Acesso em: julho/2017.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos.** Tradução: Daniel Grassi. 2^a edição. Bookman. Porto Alegre, 2001.

ANEXO 1

CARTA POLÍTICA DA V CONFERÊNCIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA BAHIA

Realizou-se, entre os dias 26 e 28 de agosto de 2015, na cidade de Salvador-Bahia, a V Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional da Bahia, com o lema “*Comida de Verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar*”. A Conferência reuniu mulheres e homens de variadas raças, etnias e gerações, marisqueiras, pescadores artesanais, agricultores familiares e camponeses, geraizeiros, ribeirinhos, comunidades de fundos e fechos de pasto, extrativistas, povos indígenas, acampados e assentados da reforma agrária, povos de terreiro e de matriz africana, quilombolas, população de rua, profissionais de diversas áreas, gestores públicos municipais, estaduais e federais, todos inseridos na construção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Os debates em torno do lema da Conferência resultaram no conceito de que comida de verdade é uma alimentação adequada e saudável, produzida por sistemas agroecológicos, sem agrotóxicos e transgênicos, em sintonia com hábitos e culturas alimentares regionais, respeitando e cultivando a biodiversidade e os biomas. Ela se relaciona com a justiça e equidade, não podendo ser produzida em situações onde os direitos das pessoas não sejam respeitados. Considera o alimento como patrimônio das comunidades e povos e o ato de comer não como simples reposição de energias e nutrientes. No ato de comer, homens e mulheres exercitam a comensalidade, o estar juntos na mesma mesa partilhando, para além da comida, a vida.

Há, no Brasil e na Bahia, a presença de dois sistemas de desenvolvimento. Um para o qual a comida é mercadoria e em lugar de produzir comida de verdade, produz: desmatamento, destruição de nascentes, morte de rios, trabalho escravo, extinção de comunidades tradicionais, monoculturas diversas, contaminação por agrotóxicos, transgênicos e insegurança alimentar; em contraposição práticas e concepções que veem o alimento e o ato de se alimentar como sagrado e acreditam que única forma de se ter comida de verdade é no respeito à natureza, na garantia do acesso à terra, territórios e água, como direito de todas as pessoas, no incentivo à sistemas diversificados e sustentáveis de produção, valorizadores das culturas locais e regionais.

O modelo hegemônico a que nos referimos acima está inserido em um modelo global detentor de um padrão de produção e consumo criador de uma sociedade portadora de doenças oriundas da má alimentação. Estudos publicizados comprovam o aumento de índices de sobrepeso, obesidade, câncer e doenças respiratórias entre outras. Mesmo neste contexto adverso, a nação brasileira e o Estado da Bahia experimentaram nos últimos anos a construção e execução de políticas públicas, que foram capazes de reduzir a pobreza extrema e parte das desigualdades sociais ocasionadas pelo modelo hegemônico. Neste processo saíram da fome e da miséria milhões de brasileiros e brasileiras, e o Brasil saiu do Mapa da Fome da ONU. Vale ressaltar que esta construção foi firmada num processo participativo e de ação parceira entre sociedade civil e poder público, e fruto de muita determinação.

Há, no momento atual, uma crise econômica internacional e nacional, para cujo enfrentamento o Governo optou por um severo ajuste fiscal. Este ajuste, por sua vez, está levando à violação de direitos dos(as) trabalhadores(as) e poderá trazer consigo o retrocesso em muitas das políticas inclusivas, sobretudo as de segurança alimentar.

Diante do quadro acima apresentado, a V Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional da Bahia, na perspectiva da garantia da “Comida de verdade no campo e na cidade”, recomenda:

1. Dinamização e ampliação do acesso a terra e território

- 1.1. – Dinamizar e ampliar o acesso a terra e territórios no Estado da Bahia, através de reordenamento, regularização e regulamentação fundiária, tendo-se especial atenção ao tamanho da propriedade;
- 1.2. Superação dos entraves jurídicos, políticos e burocráticos que estão impedindo a aplicação das Leis que garantem o acesso a terra e territórios por parte de comunidades de fundo e fecho de pasto, de comunidades quilombolas, comunidades indígenas, povos de matriz africana e de terreiros;
- 1.2. Estruturação dos assentamentos, dotando-os de energia, água, moradia escolas, creches, equipamentos públicos, unidades de agroindústria familiar, assistência técnica agroecológica, crédito e acesso aos mercados;
- 1.3. Adotar medidas legais efetivas para proteger os territórios dos fundos e fechos de pasto, quilombolas, povos de terreiros, povos indígenas e de matriz africana e geraizeiros das ações predatórias decorrentes das grandes obras;
- 1.4. Fortalecer o CDA – Coordenação de Desenvolvimento Agrário e exigir dele uma atuação célere e eficaz para solucionar as questões acima tematizadas.

2. Acesso universalizado à água de consumo e produção

- 2.1.** Universalização das cisternas de placas para consumo humano;
- 2.2.** Universalização de serviços de água nas escolas rurais e urbanas, colocando ponto final na prática de equipá-las com cisternas de polietileno;
- 2.3.** Ampliação da implementação de tecnologias sociais para captação de água para produção, dinamizando a produção de alimentos saudáveis e adequados;
- 2.4.** Regulamentação da água do subsolo e bacias hidrográficas, com ênfase para o rio São Francisco;
- 2.5.** Revitalização de rios e cursos da água;
- 2.6.** Rever métodos predatórios de irrigação.

3. Controle do uso dos agrotóxicos e transgênicos

- 3.1.** Banimento dos agrotóxicos cuja utilização já esteja proibida em outros países;
- 3.2.** Obrigatoriamente seguir as leis nacionais sobre agrotóxicos, quando da liberação de uso dos mesmos;
- 3.3.** Proibição, em caráter de urgência, da pulverização aérea de agrotóxicos, máxime por causa da contaminação indiscriminada por ela gerada;
- 3.4.** Determinação de metas para significativa diminuição de uso de agrotóxicos, elaboração de regulamentação adequada a esta finalidade e fiscalização rigorosa;
- 3.5.** Manter a rotulagem dos produtos transgênicos, como garantia do direito à informação pelos consumidores e do exercício crítico de escolha do que consumir;
- 3.6.** Definir zonas livres de transgênicos na Bahia.

4. Acesso a mercados

Dotar e fazer cumprir, no Estado, mecanismos legais que garantam o acesso dos produtos da agricultura familiar aos mercados institucionais e locais, criando cadeias curtas de comercialização. Para tal:

- 4.1.** Criar uma lei específica que regulamente a inspeção sanitária dos produtos da agricultura familiar;
- 4.2.** Criar no Estado mecanismos capazes de dinamizar e implementar pequenas agroindústrias, através das quais a AF possa agregar valor aos seus produtos;
- 4.3.** Revisão do PAA, desburocratizando-o;
- 4.4.** Ampliar o acesso da agricultura familiar ao PNAE;
- 4.5.** Implementar uma política de incentivo a feiras agroecológicas e outros meios ou pontos de comercialização em todo o Estado, na perspectiva de dinamizar a relação campo e cidade na comercialização e consumo de comida de verdade;
- 4.6.** Dinamizar e apoiar a economia solidária em todas as suas expressões;
- 4.7.** Criar Centrais de Abastecimento Territoriais com espaços para produção agroecológica e de economia solidária.

5. Assistência técnica processual, continua e sistemática

- 5.1.** Realizar Chamadas públicas de ater com ênfase no enfoque agroecológico e atendendo a povos e comunidades tradicionais;
- 5.2.** Incrementar a formação em agroecologia para técnicos/educadores em parceria com os Núcleos de Agroecologia presentes nas Universidades, CETEPs e IF Baianos.

6. Sementes

- 6.1.** Criar o Programa Estadual de Sementes Crioulas, englobando a dimensão vegetal e animal;
- 6.2.** Abolir práticas de distribuição de sementes provenientes de outras regiões do Brasil e Estados;
- 6.3.** Fortalecer e fomentar os bancos de sementes comunitários já existentes, respeitando sua autonomia.

7. Educação Alimentar e Nutricional

- 7.1.** Inserir no currículum escolar conteúdo de educação alimentar e nutricional;
- 7.2.** Implementar a Política Estadual de Alimentação e Nutrição;

7.3. Realizar campanhas sistemáticas de divulgação e conhecimento do Guia Alimentar para a população Brasileira.

8. Equipamentos públicos e acesso aos mesmos

8.1. Dotar as cidades, especialmente as maiores, de equipamentos públicos que acolham e melhorem a situação de vulnerabilidade das pessoas em situação de insegurança alimentar;

8.2. Criar mecanismos através dos quais se facilite o acesso da população de rua aos restaurantes populares referenciados, bem como nos diversos equipamentos públicos.

9. Implementação do SISAN nos Municípios

É urgente implementar o SISAN nos municípios, de sorte que se possa assegurar a efetivação da Política e do Plano de SAN. Para isso, numa ação conjunta do CONSEA-Ba e GGSAN deve-se:

9.1. Implementar uma ampla mobilização que dote os municípios da devida informação sobre o SISAN e seus processos;

9.2. Implementar ampla formação da sociedade civil e poder público na perspectiva do SISAN;

9.3. Agilizar os processos já iniciados de filiação de municípios ao SISAN;

9.4. Formalizar parcerias que se façam necessárias para tal.

10. Políticas estruturantes que impactam na Segurança Alimentar e Nutricional

10.1. Encaminhar para a Assembleia Legislativa Projeto de Lei que institui a Política Estadual de Convivência com o Semiárido, já amplamente debatida com a sociedade através de consultas públicas;

10.2. Criar em regime de urgência, na Casa Civil, um Grupo de Trabalho, com a participação paritária da sociedade civil, para elaboração do projeto de Lei da Política Estadual de Agroecologia;

10.3. Aprofundar o tema de abastecimento alimentar no diálogo entre o CONSEA e o governo do estado na perspectiva da criação de uma política de abastecimento alimentar;

10.4. Implementar a política de alimentação e nutrição já elaborada pela SESAB;

10.5. Criar Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais, assentamentos da reforma agrária, dotando-os de serviços necessários ao respectivo desenvolvimento como energia, água, serviços de saúde, assistência técnica e outros.

Este conjunto de propostas elaboradas na V Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional juntamente com as ressalvas apontadas pelo CONSEA-Ba em plenária de aprovação do Plano, em 3 agosto de 2015, deverão ser instrumentos de monitoramento e controle social do I Plano Estadual de SAN lançado nesta Conferência.

Pelo Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável!

Pela Soberania Alimentar!

Por Comida de Verdade no Campo e na Cidade!

ANEXO 2



**CARTA DO IX ENCONTRO NACIONAL DA
ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA)**

Mossoró, 21 a 25 de novembro de 2016

Povos e territórios, construindo e transformando o Semiárido

De um milhão de mortos a um milhão de cisternas

Há trinta anos, quando lutávamos para enterrar uma ditadura civil-militar e reconstruir nossa democracia, no Semiárido um milhão de pessoas morriam em decorrência dos efeitos da seca e da total ausência do Estado. Centenas de milhares migravam de suas terras em tristes partidas para outras regiões. Tantos outros e outros vagavam sem perspectivas que não a morte. Tantas e tantos foram explorados nas indignas frentes de serviço. As políticas de combate à seca só geraram mais mortes, miséria, fome, sede, doenças, escassez, saques e mancharam o mapa do Brasil. Eram-nos apresentadas soluções humilhantes e que tiravam o que ainda nos restava de vida e dignidade.

Aquela realidade ficou no passado. Vivemos hoje o quinto ano de uma estiagem ainda mais severa e nenhum ser humano teve sua vida ceifada pelos efeitos da seca. Esta nova realidade resulta de políticas de convivência com o Semiárido, pautadas nas estratégias e práticas construídas e desenvolvidas pelos muitos povos do Semiárido que se articulam na ASA. Agricultoras e agricultores, organizações e centros de pesquisa contribuíram para que estas práticas se tornassem políticas públicas, rompendo com esse ciclo de negação de direitos e de morte. Um milhão de cisternas, um milhão de famílias com acesso à água potável dão mais vida à paisagem do Semiárido. Construir a convivência com o Semiárido é romper com 500 anos de negação de direitos e com o jogo político que alimenta a indústria da seca.

Essa mudança de paradigma foi construída passo a passo pela incrível força organizativa e pela criatividade dos povos do Semiárido, e só foi possível porque se estabeleceu uma nova relação entre Estado e Sociedade, na qual a sociedade civil organizada teve vez e voz, participando, em parceria, da formulação, da execução e do controle de políticas públicas|



Anunciamos os Direitos Conquistados

O Semiárido brasileiro hoje é reconhecido pela força, autonomia e capacidade organizativa do seu povo. Juntos, construímos o maior programa de captação e armazenamento de água da chuva do mundo, respondendo aos complexos desafios planetários das mudanças do clima e da escassez de água. A convivência com o Semiárido é o nosso jeito de enfrentar os efeitos das mudanças climáticas, de preservar a Caatinga e o Cerrado e de produzir de forma agroecológica. Articulamos e executamos projetos e ações de armazenamento de água e forragem, resgate e conservação de sementes crioulas, fundos rotativos, organização e empoderamento de mulheres e jovens, democratização da comunicação, de auto-identidade e reconhecimento de povos indígenas e comunidades tradicionais, de educação contextualizada para convivência com o Semiárido, produção agroecológica e economia solidária. Passos iniciais, mas fundamentais, rumo à convivência com o Semiárido foram dados. Eles se materializam em conquistas que representam a autonomia de:

- mais de 4 milhões de pessoas com acesso à água para consumo humano;
- mais de 600.000 pessoas com acesso à água para a produção de alimentos;
- mais de 3.500 escolas com cisternas que possibilitam a continuidade das aulas para mais de 175.000 estudantes;
- mais de 1.000 Casas de Sementes estruturadas por mais de 20.000 famílias, dentre as quais temos centenas de guardiãs e guardiões que protegem a riqueza genética acumulada pelos povos da região.

As políticas de convivência com o Semiárido possibilitaram que avançássemos na conquista de uma vida digna, em contraposição às políticas de combate à seca, historicamente implementadas em nosso território, que geraram e reforçam múltiplas injustiças e desigualdades, concentrando terra, água, saber e poder.

Nossa caminhada tem possibilitado a troca de conhecimentos e ampliado a capacidade dos povos do Semiárido de promover seu bem estar e de construir estratégias para enfrentar seus problemas. Esses saberes acumulados servem de inspiração e fonte de aprendizados para outros povos e nações, tanto em relação ao acesso à água e à soberania e segurança alimentar quanto em relação à gestão de programas construídos em parceria com o Estado.



Sabemos o valor de cada direito conquistado e sabemos que ajudamos a construir um outro Semiárido, mas também sabemos que muito há para ser construído. Mais de 350.000 famílias ainda não têm sua cisterna de água para beber; mais de 800.000 famílias não têm cisterna para armazenar água para produção; muitas comunidades veem ameaçada sua capacidade de guardar suas sementes. Os desafios das mudanças do clima exigem maior atenção à captação de água de chuva também em áreas urbanas e soluções para o reuso de água. Muitas são as famílias que clamam por reforma agrária, muitos são os povos indígenas e comunidades quilombolas que lutam pelo reconhecimento de seus direitos territoriais. Não assistimos às nossas lutas, tampouco ouvimos nossos sotaques nos grandes meios de comunicação. O respeito à diversidade sexual e religiosa persiste como desafios que mal começamos a enfrentar.

Nossos sonhos e nossas lutas mudaram muito o Semiárido, mas queremos avançar. Não aceitamos retroceder! Semiárido Vivo, Nenhum Direito a Menos!

Denunciamos os Direitos Ameaçados

Enfrentamos, no momento presente, duros golpes contra nossas conquistas e nosso futuro. A lógica perversa de deixar de investir na garantia de direitos sociais para alimentar a ciranda financeira dos ricos está sendo implementada de forma avassaladora. Profundos cortes orçamentários vêm sendo feitos nos programas sociais, inviabilizando políticas de apoio à agricultura familiar, a povos e comunidades tradicionais, a garantia de segurança alimentar e nutricional. Esta estratégia política de ação se manifesta de forma assustadora na proposta de emenda constitucional que visa congelar os investimentos sociais nos próximos vinte anos.

A extinção de ministérios e secretarias voltados ao desenvolvimento agrário, aos direitos humanos, à igualdade racial e às políticas para mulheres exemplificam o retrocesso político e social que estamos vivendo e que não são as únicas perdas. Os cortes e/ou enxugamento de programas públicos, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o "Minha Casa, Minha Vida" e o cancelamento da contratação da assistência técnica rural comprovam a diminuição da importância da agricultura familiar e camponesa para os atuais governantes. O Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2017 reduz 630 milhões de reais do investimento nas políticas públicas que atendem à agricultura familiar e camponesa, aos povos e comunidades tradicionais, à reforma agrária e ao



acesso à água. Essa é a mensagem clara do atual governo para nosso campo, para nosso povo e para nossa gente.

A outra face do retrocesso que enfrentamos é o aprofundamento da ofensiva de criminalização contra os movimentos e organizações sociais e suas lideranças, que nos remete aos sombrios tempos da ditadura. Há um endurecimento da violência e da repressão contra os setores organizados da população em luta por seus direitos e que estão sofrendo os efeitos diretos dessa mudança de comportamento institucional, expresso nas forças policiais e jurídicas, com apoio do poder executivo e de setores do poder legislativo. Coerções, grampos, prisões, constrangimentos, despejos, táticas de força e arbitrio, que se agravam a cada dia.

É importante destacar que este foi, também, um golpe midiático, possibilitado pelo monopólio das concessões de rádio e TV do país. Assim, é impossível pensarmos uma nação justa sem democratizarmos a comunicação. É preciso uma revisão ampla dos contratos e concessões e o estímulo de processos comunitários e populares de comunicação.

Neste momento em que temos um projeto de Estado submisso aos interesses do capital financeiro, das grandes corporações e do agro-hidronegócio que avança no Brasil, se impõe mais do que nunca a necessidade de fortalecermos nossa união, nossa organização e nossa capacidade de resistência e de luta. É necessário somar forças aos movimentos e articulações companheiras no Brasil e no mundo e criar espaços de convergência para fortalecer as pautas comuns. Somos desafiados a ocupar espaços para garantir a continuidade de nosso projeto de convivência com o Semiárido, contribuindo, assim, com um projeto de Nação soberana e, de fato, democrática.

SOMOS POVO DO SEMIÁRIDO QUE RESISTE E CONSTROI A CONVIVÊNCIA

Construção de Forças e Convergências para a Luta

A convivência com o Semiárido nos ensinou a força da resistência e da resiliência, nos ensinou que nossos sonhos e nossas lutas mudam o mundo. Somos muitas e muitos e contamos, ao longo de nossa história, com o fundamental apoio de agências de cooperação, governos e instituições públicas e privadas. Nossa diversidade nos fortalece e somos desafiadas e desafiados a criar convergências que potencializem



nossas forças na afirmação da democracia e dos direitos. Somos desafiadas e desafiados a inovar e ampliar nossa capacidade de lutar. É imperativo que fortaleçamos nossas raízes, em cada comunidade, defendendo nossos territórios, nossos direitos, nossas políticas, nossas conquistas.

Somos herdeiras e herdeiros das lutas de Canudos, do Quilombo dos Palmares, de Caldeirão, de Pau de Colher. Somos herdeiras e herdeiros de Ibiapina, de Margarida Alves, do Conselheiro, de Pe. Cícero, do Beato Zé Lourenço, de Nisia Floresta, de Zumbi e Dandara de Palmares, de Josué de Castro. Somos o povo do Semiárido e em nossos territórios resistimos e lutamos, transformando desafios em conquistas!

Pela manutenção das políticas de convivência com o Semiárido

Repudiamos as novas formas de dominação, inspiradas na velha prática do coronelismo sertanejo, que tem o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) como símbolo e que excluem as populações e fortalecem a política do combate à seca.

Exigimos a continuidade de investimentos em programas e políticas, como o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), Sementes do Semiárido, Cisternas nas Escolas, PAA, PNAE, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Seguro Safra, Pronaf, Aposentadoria Rural, que possibilitaram a saída do Brasil do Mapa da Fome e, sobretudo, garantiram uma vida digna as mais de 23 milhões de pessoas que hoje vivem no Semiárido.

Assumimos a luta pela Reforma Agrária junto a diversos movimentos e organizações populares, na perspectiva da democratização dos territórios (onde povos são encurralados pelo monopólio da terra por fazendeiros e grupos ligados ao agro-hidronegócio) e na perspectiva de acesso pleno à terra de tamanho adequado às realidades Semiáridas.

Cobramos que o atual governo honre os contratos pré-estabelecidos, a exemplo daqueles firmados com a ASA para a execução do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, no qual ainda são devidos recursos na ordem de R\$ 70 milhões.



Para avançarmos na construção de um Semiárido Vivo e de uma sociedade mais justa e igualitária

Assumimos o fortalecimento da luta em defesa da democratização da comunicação junto a outras redes e fóruns, além de fazermos incidência política sobre o tema, especialmente no que se refere à regulamentação da mídia. Também queremos avançar na formação das comunicadoras e comunicadores populares nos territórios do Semiárido e no apoio aos meios de comunicação populares.

Assumimos priorizar a participação das juventudes com suas pautas, debates e anseios nos fóruns microrregionais, estaduais e nacional, contribuindo com a unificação das lutas no campo e na cidade pela garantia de direitos. Damos todo nosso apoio àqueles e àquelas que estão, nesse momento, ocupando escolas e Universidades em repúdio à “PEC da Morte”.

Assumimos a luta por escolas no campo, que valorizem os saberes do campo e que garantam a interação com a comunidade onde se encontram. Colocamo-nos contrários ao processo criminoso de fechamento das escolas, da reforma do ensino e de uma pretensa escola sem partido. A favor de uma Educação Pública e de qualidade, lutaremos pelas condições adequadas e necessárias para que professoras e estudantes possam vivenciar um processo educativo adequado às necessidades e potencialidades da região, em especial com acesso à água para consumo humano, não interrompendo o ano letivo em períodos de estiagem prolongada.

Assumimos o compromisso com o fortalecimento da auto-organização das mulheres do campo, entendendo que o empoderamento das mulheres só é possível através da criação de espaços formativos, grupos e organização da luta feminista. Afirmamos a necessidade urgente da ASA em assumir como política a equidade de gênero dentro das instâncias e espaços organizativos e decisórios da rede. Não existe convivência com o Semiárido sem o enfrentamento da cultura do estupro e da violência contra as mulheres nas suas várias dimensões, abrangendo a violência física, violência psicológica, violência patrimonial. É preciso incidir politicamente para a ampliação da Lei Maria da Penha para o campo. Vamos lutar pela desconstrução da cultura do machismo e afirmar os princípios feministas, fortalecendo ações dos movimentos de mulheres e a Marcha das Margaridas e das Mulheres Negras. Sem feminismo não há convivência com o Semiárido!

Seguimos unidos na luta por um modelo de desenvolvimento que fortaleça uma nação soberana e democrática e reafirmamos nosso compromisso com a soberania dos povos.

É NO SEMIÁRIDO QUE A VIDA PULSA, É NO SEMIÁRIDO QUE O POVO RESISTE!!!!

ANEXO 3

Galeria de fotos da imersão de campo

Juazeiro

Centro de Formação D. José Rodrigues - IRPAA
(Um espaço para se aprender um pouco do que é Conviver como Semiárido)



Casa onde morei por 15 dias



Aprisco



Filtro onde colhia minha água de beber
Tecnologia difundida pelo IRPAA



Bomba d'água Manual

Curaçá

Comunidade Bom Socorro (Povoado de São Bento)



D. Maria Dejalva(D. Preta)



Quintal com as plantas de Preta



Naelson (filho de D. Dejalva que ficou na roça),
D. Dejalva, Eu e Augustinho (Técnico do IRPAA)



Uma das cisternas de Preta

Povoado de São Bento (sede)



Eu, Sr. Julio, acima Alex – estagiário do IRPA, Augustinho e D. Socorro (participa da Coopercuc)



Cisterna de enxurrada



Canteiro medicinal de D. Socorro



Comida ofertada na visita com suco de umbu caseiro ao fundo

Fazenda Urtiga de Cima



Sr. Bilú, D. Maria e a filha Cristina



Sr. Bilú colhendo batata doce



Sr.Bilú colhendo aipim com a filha Cristina



Poço existente nas terras do Sr. Bilú com vazão de 30 mil litros por hora

Participação como observadora em duas reuniões organizadas pelo IRPAA na Casa Paroquial em Curaçá



Fórum de Entidades atuantes na região



Formação para trabalhar com a juventude

Massaroca

Comunidade Lagoa do Jacaré



Cisterna Calçadão com canteiro de alface
o excedente é vendido para vizinho e feira local



Um dos inúmeros umbuzeiros de onde D.Irene tira renda



Campo de palmas plantadas,
esperando as chuvas



D. Irene e D. Joana (81 anos)
“Sei quando vai chover pelo cheiro do tempo”
Frase pronunciada por D. Joana, pouco antes
de caírem algumas gotas de chuva.

Comunidade Lagoa do Meio



Josivane (Agente de Saúde), D. Bel, Sr. Lourival e o irmão

Comunidade da Fazenda Cachoeirinha



Poço com retirada de água por
Catavento, manual e bomba



Cisterna calçadão com sistema de
encanamento para levar água da cisterna
ao bebedouro dos animais



Na casa de D. Marisa e Jamille (Técnica do IRPAA)



Sr. Pedro, marido de D. Marisa



D. Marisa e Jamille a frente, mais ao fundo vê-se o plantio de palma e um pedaço de área preservada com umbuzeiros, coqueiros, araçazeiros,etc.

Casa Nova

Comunidade Ladeira Grande



Eu, D.Luísia (parteira tradicional),
Elisangela (Técnica do IRPAA),
Thiago (Escola Família Agrícola),
Naldo (Técnico do IRPAA),
José Ailton (filho) e Sr. Alonso



Cisterna Calçadão – José Ailton



Caixio – reservatório de águas das chuvas
Sr. Alonso ao fundo



Cisternas de consumo humano

Sede da Associação Comunitária de Ladeira Grande
onde grupos de mulheres produzem biscoitos



Comunidade Melancia



Sr. Jorge, D. Raimunda um neto e um filho com deficiência



Cisterna de enxurrada

Uauá

Comunidade Lagoa das Canas



Horta de coentro



D. Marcolina, Sr. José Correia, a filha e dois netos

Comunidade da Injeitada



D. Maria, Sr. José Bispo e Kauane



D. Maria e os canteiros plantados com verduras



Outro ângulo dos canteiros de D. Maria com cisterna de produção ao fundo

Fazenda Papagaio



D. Raimunda e Sr. Evandro cortando palma para alimentação do rebanho



D. Raimunda debaixo do umbuzeiro carregado de frutos



D. Raimunda fazendo o cozimento do umbu para compor a base do suco, da umbuzada e do vinagre



Cisterna calçadão com seu entorno plantada com pés de mamão, maracujá, verduras

Sede da Agroindústria de Processamento de Frutas
COOPERCUC – Uauá



Antiga fábrica da COOPERCUC



Nova fábrica da COOPERCUC



Cisternas de produção



Viveiro de mudas da COOPERCUC



Umbuzeiro: a árvore sagrada do Sertão